

FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

A EXTENSÃO RURAL E OS LIMITES À PRÁTICA DOS
EXTENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Prêmio SOBER – 1991
Menção Honrosa da Área
de Sociologia Rural –
Sociedade Brasileira de
Economia e Sociologia
Rural

SANTA MARIA, RS, BRASIL
1991

A EXTENSÃO RURAL E OS LIMITES À PRÁTICA DOS
EXTENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO

POR

FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Extensão
Rural da Universidade Federal de
Santa Maria (RS), como requisito
parcial para a obtenção do grau de
MESTRE EM EXTENSÃO RURAL.

SANTA MARIA, RS, BRASIL
1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A DISSERTAÇÃO

A EXTENSÃO RURAL E OS LIMITES À PRÁTICA DOS
EXTENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO

ELABORADA POR
FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM EXTENSÃO RURAL

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. José Renato Duarte Fialho – Orientador

Engº Agrº João Carlos Canuto – M. Sc.

Engº Agrº José Antônio Costabeber – M. Sc.

Santa Maria, 11 de Janeiro de 1991

RESUMO

A EXTENSÃO RURAL E OS LIMITES À PRÁTICA DOS EXTENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO

Autor: Francisco Roberto Caporal

Orientador: José Renato Duarte Fialho

Vários autores têm se dedicado ao estudo histórico-crítico da extensão rural, do seu discurso e do caráter de sua prática. Não raro, eles concluem que a extensão rural é uma atividade orientada para o desenvolvimento capitalista no campo, sendo sua prática determinada, ideologicamente, para ser um processo educativo domesticador/excludente. Resultaram destas conclusões e destes estudos inúmeras sugestões de mudanças na prática da extensão rural, sem, no entanto, serem efetivamente incorporadas à instituição.

Mais recentemente, verificou-se que surgiu um movimento instituinte, respaldado por condições histórico-conjunturais específicas, levando o aparelho de extensão a realizar o chamado “repensar”, que culminou com mudanças sensíveis em seu instrumento teórico, em suas bases filosóficas, objetivos e diretrizes, abrindo possibilidades para transformações na prática dos extensionistas de campo. Todavia, passamos vários anos, o que se observa é que a prática extensionista não mudou, sendo, em geral, a mesma prática dominante e reprodutora do “status quo” historicamente criticada por setores da intelectualidade brasileira.

Diante desse cenário, o presente trabalho procura identificar relações que impedem mudanças na prática dos extensionistas de campo e o obstáculos que estabelecem limites dentro dos quais deve se enquadrar essa prática.

O estudo do problema mostrou que, ao assumirem funções de aparelho de Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder relacional do Estado classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes. Por sua parte, as próprias organizações, motivadas para o cumprimento de suas funções e visando assegurar sua auto-justificação e manutenção, desenvolvem mecanismos internos, capazes de garantir, pela coerção ou pelo consenso, a reprodução da prática nos moldes historicamente instituídos.

Assinalou-se, ainda, obstáculos à mudança da prática que são impostos pelos próprios extensionistas, em especial, devido a sua ideologia e posição ambígua de classe.

Conclui-se, então, que sob o comando do Estado capitalista as organizações extensionistas tenderão a desempenhar, sempre, o mesmo papel, atuando através de seus agentes-intelectuais subalternos, no sentido do desenvolvimento excludente do capitalismo no campo, agindo mediante um processo educativo disseminador da ideologia burguesa, capaz de abrir caminho para a reprodução das relações capitalistas de produção.

Finalmente, do conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu que-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Autor: Francisco Roberto Caporal

Orientador: José Renato Duarte Fialho

Título: A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.
Dissertação de Mestrado em Extensão Rural
Santa Maria, 11 de janeiro de 1991

ABSTRACT

RURAL EXTENSION AND LIMITS OF EXTENSIONISTS' WORK IN PUBLIC SERVICE

Author: Francisco Roberto Caporal

Adviser: José Renato Duarte Fialho

Several authors have devoted themselves to the historical-critical study of rural extension, of its discourse and the feature of its practice.

Many times they conclude that rural extension is an activity guided to the capitalist development of the countryside, and its practice is determined ideologically, to be an educational-domesticador/excludable process.

These conclusions and learnings resulted in a lot of suggestions to change the practice of rural extension, without, however, being, really assimilated by the public service (or institution) as rules and norms, socially ratified.

More recently, one verified that an action from the institution has come out supported by specific historical-conjunctural conditions leading rural extension to adopt a “new thought” what culminated with perceptible changes in its theoretical instruments, in this philosophical bases, objective and directions, showing great possibilities for transformations of rural extensionists' practice. But, some years already passed and the extensionists' practice didn't change and it continued being, generally, the same dominant and producing of “status quo” practice, that is criticized by part of the Brazilian intellectual, historically.

Having this scene before the eyes, the present work tries to identify relations that impede changes in the extensionists' practice in their work and the obstacles that establish limits, in wich, we must put this practice.

The study of the problem showed us, that, working as a service of the state, the extensionist organization receives, immediately, the influence of the class-dividing State power, that is strongly determined by the interest of the dominant-leading classes.

On the other hand, the organizations themselves, motivated to fulfill their functions and aiming to guarantee their self justification and maintenance, develop intern mechanisms able to guarantee, by coercion or by consensus the reproduct of old fashioned practice, historically, instituted.

Also, one analyzed obstacles to the change of the practice imposed by the

extensionists themselves, especially, due to ideology and ambiguous class position.

One concludes that under the ruling of the capitalist state, extensionist organizations will tend to play, always, the same role, acting through their subordinate intellectual agents in the same role, acting through their subordinate intellectual agents in the sense of excluding development of capitalism in the countryside, acting by means of an educational process, disseminator of bourgeois ideology, that is able to spread capitalist relations of production.

Finally, from the set of fulfilled analyses, it seems to be possible to state that the overcoming of obstacles to the change of the rural extension practice will depend on the conquered spaces inside the State and its mechanism and principally on that overcoming that may occur related to ideology and class position that move the extensionists in their “what-to-do” and guide to the interests which they defend in their daily work. Therefore, it needs changing men and women who do rural extension so that it's possible to change its practice.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
POS-GRADUATE COURSE IN RURAL EXTENSION

Author: Francisco Roberto Caporal

Adviser: José Renato Duarte Fialho

Title: Rural Extension and limits of extensionists' work in public service.
Master Dissertation in Rural Extension
Santa Maria, January, 11th, 1991.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIações E SÍMBOLOS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.
- ABEAS** – Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior.
- ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural.
- ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.
- ACAR – MG** – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais.
- ACARPA** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.
- AIA** – American International Association for economic and social development.
- ARER** – Assistente Regional de Extensão Rural.
- ARS** – Assistente Regional de Supervisão.
- ASAE** – Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER – RS.
- ASCAR** – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.
- ATE** – Assistente Técnico Estadual.
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural.
- ATR** – Assistente Técnico Regional.
- BNCC** – Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
- CETREISUL** – Centro de Treinamento da Região Sul.
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EMATER – PR** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná.
- EMATER – RS** – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- ETA** – Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos.
- FASER** – Federação das Associações dos Servidores do Sistema EMBRATER.
- IBC** – Instituto Brasileiro do Café.
- MA** – Ministério da Agricultura.
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura.
- SSR** – Serviço Social Rural.

SUMÁRIO

RESUMO -----	i
ABSTRACT-----	iv
LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS -----	vii
CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO -----	1
1.1 INTRODUÇÃO -----	1
1.2 O PROBLEMA ESTUDADO -----	2
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS -----	12
2.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA -----	12
2.2 SOBRE O USO DE ALGUNS CONCEITOS -----	16
2.3 OS DADOS IMPÍRICOS E A AMOSTRA -----	21
2.4 OBJETIVOS -----	27
2.4.1 OBJETIVO GERAL -----	27
2.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS -----	28
CAPÍTULO 3 - A PRESENÇA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL -----	28
3.1 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO EXTENSIONISMO RURAL -----	28
3.2 – A INTERNALIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL -----	36
3.3 A EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL E SUA ADEQUAÇÃO AO SISTEMA EMBRATER -----	47
3.4 A CONTRAVÉRSIA HISTÓRICA SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO DA EXTENSÃO RURAL -----	55
3.5 O REPENSAR E AS NOVAS PROPOSIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL NA EMATER/RS -----	71
CAPÍTULO 4 - OS VÍNCULOS DA ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA COM O ESTADO E SUA FUNÇÃO -----	82
4.1 O ESTADO CAPITALISTA E A EXTENSÃO RURAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA -----	82
4.2 A FUNÇÃO DO APARELHO EXTENSIONISTA -----	90
CAPÍTULO 5 - O ESTADO, O APARELHO E A PRÁTICA DO EXTENSIONISTA LOCAL -----	101
5.1 O DUPLO PAPEL DAS NORMAS E REGRAS INSTITUÍDAS -----	102
5.2 A CONTRAVERTIDA AÇÃO DA HIERARQUIA, NA MOLDAGEM DA PRÁTICA DOS AGENTES LOCAIS -----	119
5.3 RELAÇÕES DE PODER E DIREÇÃO POLÍTICA NA PRÁTICA DOS EXTENSIONISTAS -----	131
CAPÍTULO 6 - O EXTENSIONISTA DE CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE SUA PRÓPRIA PRÁTICA -----	144
6.1 O EXTENSIONISTA LOCAL, ENQUANTO INTELECTUAL -----	144
6.2 POSIÇÃO DE CLASSE E IDEOLOGIA NA DELIMITAÇÃO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA -----	152
6.3 OUTROS ASPECTOS DA ANÁLISE SOBRE O EXTENSIONISTA RURAL -----	173
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	201

CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO O OBJETIVO DE ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

Os limites à prática dos extensionistas rurais, inclusive dos funcionários da EMATER – RS, podem ser identificados como resultantes de um processo histórico/dialético, permanentemente em construção/adaptação. Estes limites, que enfim determinam o modo pelo qual a ação é desenvolvida e o objetivo que move e direciona esta ação, são resultantes de um movimento “instituinte” que acaba dando forma a um pensar e agir característicos da “instituição” extensão rural.

Organizada como entidade jurídica da chamada esfera pública, a extensão rural passa a atuar na sociedade civil, respondendo ao papel de Aparelho Ideológico de Estado. Quer se chame EMBRATER, EMATER ou INSTITUTO, a extensão rural organizada pelo Estado tem sua ação no âmbito das relações sociais. Interfere no desenvolvimento no modo de produção capitalista no campo e como “política agrícola” e executora de políticas para a agricultura ou de “programas de desenvolvimento rural” serve de suporte para a reprodução das relações de produção capitalistas.

Desta forma, qualquer mudança que possa ser sugerida na prática dos extensionistas, para ter coerência, precisa conhecer, antes, os mecanismos que interferem na elaboração desta prática, não só por parte daqueles que estudam e propugnam por mudanças, desde fora dos aparelhos, como, sobretudo, por aqueles que são os agentes da prática e que, por vezes, se defrontam com os limites a ela impostos, sem saber donde surgem e como poderiam ser superados.

O presente trabalho, embora não seja definitivo, mesmo porque o tratamento dos conceitos implicados não permite resolver todas as questões que se apresentam em uma só dissertação de mestrado, espera constituir-se numa contribuição a mais para o estudo da extensão rural. E mais, deseja-se que, antes de ser contruído nas malhas da erudição,

possa representar um esforço de linguagem e de seqüência didática que permita o fácil manuseio, leitura e análise no seio das organizações que fazem da extensão rural o instrumento de sua prática.

1.2 – O PROBLEMA ESTUDADO

O Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMATER – RS, PROATER, que estabelece a linha mestra de atuação da organização para 1990, rompendo com as mudanças introduzidas a partir de 1987, volta a centrar o objetivo da prática extensionista na busca do aumento da produção e produtividade agropecuária. O objetivo estabelecido em 1987 foi sutilmente modificado, de forma que o objetivo perseguido em 1990 (EMATER – RS; 1989,9) retoma a linearidade do objetivo tradicional das entidades que atuam em extensão rural e assistência técnica no âmbito do Estado. Embora não tenha realizado um outro “repensar”, aquele que, em 1987, havia sido instituído como objetivo a ser perseguido, pelo menos até 1991, já está desprezado. Pode-se inferir daí, que a organização, enquanto aparelho do Estado, reorientou-se sem adotar o mesmo processo antes estabelecido para referendar mudanças.

Este não é um caso isolado na história da extensão rural. Merece destaque porque foi a própria organização que “adotou” o movimento instituinte de 1986/87 e que, agora, nega o que fora instituído, ou pelo menos minimiza sua importância oficial.

Para quem não se detém num estudo mais profundo sobre a extensão rural, pode passar despercebido que o aparelho público responsável pelo extensionismo no Brasil, acusou uma série de alterações em seu discurso nos anos 80. Estas alterações, que passaram pelo Planejamento Participativo ou pela retomada do trabalho com base na “propriedade como um todo”, práticas que estavam nas origens da extensão ou na instituição do Farm and Home Administration, ocorrida nos Estados Unidos após a II Grande Guerra, incluíam uma nova perspectiva para a ação extensionista. No Paraná, por exemplo, o chamado “Modelo 80” tentou resgatar o “humanismo” como centro da orientação da atividade da extensão rural. A “filosofia do trabalho” passava a ser “baseada em três princípios: educação, participação e realidade”, sendo a educação considerada como uma “busca consciente do conhecimento, da percepção da realidade, feita pelos agentes (produtor, extensionista e pesquisador) ligados pelo diálogo”. (EMATER – PR: 1986,3)

A EMBRATER, empresa-mãe do aparelho público de extensão rural¹, criada com o objetivo de garantir a “transferência de tecnologia altamente competitiva”, orientava, já no

início da década de 80, que o planejamento local (municipal) dos escritórios de extensão deveria ser modificado e dizia que “A maneira participativa de planejar é a mais afetiva para realizar o trabalho educacional de Extensão”. E definia o novo método proposto da seguinte forma: “Entende-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem”. (EMBRATER: 1981,8)

Embora persistam alguns senões como a definição de “comunidade” e “categoria”, tornando ambígua a proposta, verifica-se que a EMBRATER começava a se enquadrar no “espírito” de abertura “lenta e gradual” que se iniciara a nível de governo federal no mandato do General Geisel e continuara no governo do General Figueiredo. Havia, por certo, razões objetivas para que o aparelho de extensão rural também adotasse nova prática ou novo discurso. Por um lado, os movimentos sociais reorganizados a partir do final da década de 70, a tensão gerada pelos conflitos pela terra, a grande diferenciação social ocorrida no campo em razão do processo de modernização, o êxodo rural de enorme contingente de pessoas e o empobrecimento da grande maioria da população rural, exigiam uma nova postura dos aparelhos de Estado diante da população. Por outro lado, as próprias contradições internas dos aparelhos, aliadas à necessidade do Estado atuar no sentido de amortecer as tensões crescentes e as demandas criadas a partir da “abertura política”, justificavam que a EMBRATER se propusesse a mudar seu discurso, influenciando de maneira direta nas suas filiadas EMATER's, nos estados da federação. A mudança no discurso, todavia, não estava presente na mudança da prática, como analisa Canuto (1984).

As críticas que Paulo Freire² fizera nos anos 60, ainda eram pertinentes. O extensionista continuava a ser um “repassador” de informações, um trabalhador da “educação bancária”. Os conceitos de adoção e difusão de inovações, proposto por Everett

1Durante o período em que estava sendo escrita esta dissertação a EMBRATER foi extinta pelo Governo Federal. Pelo Decreto n.º 99.916, de 19 de outubro de 1990, da Presidência da República, são transferidos o acervo técnico-patrimonial e as atribuições da EMBRATER para os órgãos a seguir relacionados: I a coordenação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária, para a Secretaria Nacional de Reforma Agrária, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; II a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural passa para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA também do MARA.

2 - Freire, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Trad. Rosisca D. Oliveira. 7.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93p.

Rogers³ continuavam a servir de base para a ação do agente local de extensão, que utilizava a chamada metodologia de extensão rural para, enfim, educar, no sentido de persuadir o seu público a utilizar o “novo” por ele proposto. Embora já se houvesse iniciado um debate profícuo sobre a questão da “neutralidade da tecnologia” e sobre os reflexos sociais e ambientais da modernização, no interior do SIBRATER, é bem verdade que a maioria dos extensionistas continuava atuando de forma acrítica, centrando seu esforço na transferência de tecnologia, utilizando-se, inclusive, de estratégia de comunicação, entendida como o arranjo cronológico dos métodos, ferramentas e mensagens (inclusive os seus tratamentos) a serem usados pelos extensionistas e seus cooperadores num certo período... permitindo alcançar um objetivo pré-estabelecido que conduza para o desenvolvimento rural. (Pulshen apud Schmitt, sd.p.1)

Com a chegada da Nova República, constitui-se o primeiro governo civil após o golpe de 1964. Inúmeros compromissos no sentido da redemocratização do país, assumidos nos palanques durante a campanha das Diretas Já e, posteriormente, por Tancredo Neves, acabaram por determinar novas alterações na extensão rural. Romeu Padilha de Figueiredo, um dos críticos do extensionismo brasileiro, transforma-se em presidente da EMBRATER. Em seu discurso de posse, em 15/05/85, lança para a extensão uma série de desafios, inclusive acrescentando que dos extensionistas locais e regionais, tem sido dito serem **a cara do governo no campo**. Não nos furtamos de sê-lo. Queremos, entretanto, ter vergonha na cara. EMBRATER (1986:9)

A partir de então, a EMBRATER e suas filiadas eram chamadas à resgatar aqueles que ficaram à margem do processo de modernização, a trabalhar junto aos mais pobres do campo e a colaborar na definição de uma tecnologia tanto agropecuária, quanto sanitária-alimentar nacional e popular. Nacional na medida em que, partindo das demandas dos grupos e classes sociais de nosso país, funde suas bases tanto no real conhecimento e no uso, conservação e defesa de nossos recursos naturais, quanto no trabalho, na cultura e na criatividade de nosso povo. Popular, enquanto procure incorporar o saber e a experiência dos contingentes majoritários de nossa população e tenha como essencial o princípio de servir às classes e frações de classes, que nos campos e nas cidades, ainda não têm atendidas suas necessidades básicas. (EMBRATER: 1986,12)

3 - Rogers, Everett M. Ver vários textos citados na bibliografia.

Como se pode observar o discurso encaminha para uma linha político-ideológica clara, avessa àquela até então seguida pela extensão rural. O aparelho de extensão abria-se, então, para um profundo repensar de seu papel, indo inclusive, mais tarde, estudar processos educativos desenvolvidos junto às populações rurais com a colaboração de Organizações Não Governamentais e Organizações Governamentais de fora do SIBRATER⁴, com o objetivo de esclarecer parâmetros para sua auto-crítica e trocar experiências. Estava em curso um movimento instituinte no seio dos aparelhos de Estado de extensão rural.

Neste processo de repensar da extensão rural acentua-se a crítica ao modelo difusionista-inovador. Aliás, cabe notar que há uma repetição da crítica que já havia se iniciado a bem mais tempo. Na verdade, o termo repensar em referência à extensão rural, já se encontrava em um texto de Bordenave, elaborado como contribuição para os debates ocorridos na Reunião Técnica de Professores da Extensão Rural⁵, onde o autor aborda criticamente desde o conceito de comunidade rural utilizado pela extensão, os conceitos de difusão e adoção de inovações, a transferência de tecnologia, os processos de comunicação, até o ensino de Extensão Rural nas universidades.

A retomada da crítica no interior do SIBRATER, leva a EMBRATER e as EMATER's a buscarem novos caminhos para sua atuação, dando mostra evidente de que o aparelho de Estado, embora subordinado a objetivos definidos pelas classes dominantes não é monolítico, apresenta contradições internas e relações de força que vão determinar a orientação principal de sua atuação, ou de seu discurso, em um determinado momento histórico.

No Rio Grande do Sul, a EMATER, movida pelas mesmas condicionantes surgidas a nível nacional também realiza o seu repensar. Conforme relato contido no item 3.5 deste trabalho, o seu repensar da extensão rural gaúcha culmina com a realização de um

4 - EMBRATER. **Experiências de Processos Educativos no Meio Rural Brasileiro.** Brasília. EMBRATER. 1988. 135p. Neste documento são feitos relatos de “estudos de casos” realizados por uma equipe designada pela empresa, no período de agosto de 86 a fevereiro de 87, apresentados na Reunião Técnica sobre Processos Educativos realizada em julho de 87.

5 - BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O Ensino da Disciplina Extensão Rural nos currículos de Ciências Agrárias.** Rio de Janeiro. 1977. 16p. Mimeo O texto foi apresentado na Reunião Técnica de Professores de Extensão Rural, em Belo Horizonte MG de 11 a 14/04/77. O autor usa o termo re-pensar no sentido de teorizar sobre a teoria da Extensão. Eu chamaria isto de 'repensar' a Extensão, em termos de uma melhor maneira de transformar a realidade agrícola e rural em que vivemos nos países subdesenvolvidos.

seminário, cujas propostas aprovadas são consolidadas no documento intitulado Seminário: Extensão Rural – Enfoque Participativo (EMATER – RS, 1987), em cuja apresentação o então presidente da empresa afirma que “O conjunto de diretrizes e estratégias aprovadas pelos representantes das diversas unidades operativas são consideradas por esta diretoria como orientação básica a ser seguida pela EMATER – RS no período de 1987/91 e deverão estar consubstanciadas no Plano Diretor da Organização para este período... é importante que, desde já, cada funcionário procure analisar e internalizar as diretrizes aqui apresentadas, bem como considerá-las no seu processo de trabalho e na operacionalização das suas ações de Ater...

Algumas das mudanças preconizadas revelavam-se importantes, na medida em que rompiam com as posturas históricas da extensão rural. O processo educativo, até então, utilizado para “induzir” mudanças, passava a ser substituído pelo “processo educativo dialógico”. A população rural, antes vista como depositária do conhecimento dos técnicos, passa a ser considerada como “agente ativo e responsável pelo próprio progresso”. A atuação, antes baseada na transferência de tecnologia, de fora para dentro das comunidades, deveria passar a considerar a realidade e as necessidades da sociedade em geral. Para que isto fosse possível, o objetivo da atuação da EMATER RS, que antes preconizava a transferência de tecnologia como caminho para o aumento da produção, produtividade e renda das famílias rurais, passa a determinar aos extensionistas que participem do processo de desenvolvimento rural através de uma metodologia de educação não formal participativa. (EMATER RS, 1987:9)

As diretrizes preconizavam a valorização do homem, o apoio a suas organizações, a busca de respostas aos problemas reais e a atuação, inclusive, nas transformações estruturais, numa clara mudança em relação ao que, até então a extensão rural priorizava em suas ações. Estas mudanças contavam com o aval da Diretoria, como demonstra o discurso do presidente da EMATER RS ao afirmar, no encerramento do Seminário, que A partir de hoje passamos realmente do discurso para a prática. Será institucionalizada a nova proposta de atuação da Extensão Rural. (...) É uma ampliação do enfoque de trabalho, que não é mais somente transferência de tecnologia, mas uma atuação mais abrangente, preocupada com a conscientização política, social e cultural do meio em que atua.(EMATER - RS; 1987:39)

Abria-se, desde então, um leque de possibilidades para a atuação dos extensionistas

da EMATER RS, que atuam no campo, junto às populações rurais. Estavam consolidadas, no Rio Grande do Sul, as mudanças preconizadas a nível nacional. Os extensionistas eram oficialmente conclamados a assumir uma nova postura em seu trabalho, pois a educação dialógica, participativa, bem como a conscientização política, deveriam servir de base às suas atividades, rompendo, desta forma, com as barreiras até então estabelecidas a partir do modelo difusionista-inovador, que, por sua concepção, definia o processo de mudanças como necessariamente induzido desde fora das comunidades, capaz, este sim, de levar ao desenvolvimento, que, por sua vez, seria fruto da modernização do setor agrícola.

A leitura do PROATER – 90 (EMATER – RS; 1989), ao mesmo tempo que indica um retrocesso, serve para alertar que, neste período, não ocorreram as mudanças esperadas na prática dos agentes locais de extensão. Aquilo que foi objeto de anos de análise e de estudos que culminaram na proposição de mudanças, não se realizou na prática, mesmo quando, aparentemente, se ofereceram condições objetivas para tanto. Esta constatação leva a inúmeras indagações. Foram os extensionistas que não quiseram ou não souberam agir diferente? A empresa, a par de propor mudanças, não estaria reforçando mecanismos internos impeditivos a tais mudanças? Estaria a empresa subordinada de tal forma ao Estado que sua relação com o público beneficiário devesse ser mantida em função dos interesses dominantes? Ou ainda, partindo destas perguntas-hipóteses, quais os elementos que são determinantes da prática dos extensionistas locais? É, pois, no sentido de buscar respostas para estas perguntas, que se desenvolveu o presente trabalho, acreditando que ao encontrá-las estará sendo dado ao nível da prática diária junto às classes e frações de classe que se constituem em público prioritário das entidades de extensão rural, como é o caso da EMATER – RS.

CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS

2.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA

O presente estudo se propõe a identificar e esclarecer os papéis e as relações dialéticas que se estabelecem entre o Estado, Organização e Extensionistas e que implicam no estabelecimento de limites à prática destes últimos, inviabilizando ou dificultando mudanças nesta prática, mesmo quando estas mudanças são oriundas de propostas elaboradas e sustentadas pelas próprias organizações. O objeto construído, portanto, não é nem o Estado, nem a Organização, nem o Extensionista, embora a partir deles se tenha

caminhado na busca do verdadeiro objeto de pesquisa, ou seja, funções determinadas e relações que se estabelecem a partir destas funções.

Partiu-se do pressuposto, estabelecido com base na experiência do pesquisador, que atua a 14 anos na extensão rural, de que os entraves às mudanças da prática da extensão encontram-se principalmente, dentro e não fora do contexto Estado/Organização/Agente. Assim, embora o público, em determinadas condições, possa influir na elaboração da prática do extensionista, o que seria objeto para outra pesquisa, fixou-se o trabalho na busca e análise de elementos que digam respeito ao extensionista, à Organização e ao Estado.

Segundo Queda (1987; p.2,3) as avaliações internas dos serviços de extensão podem ser feitas mediante o estudo dos métodos que dizem respeito à relação com o público, dos critérios de mediação de eficácia e ainda mediante a avaliação de obstáculos que impedem um serviço de extensão de atingir um desempenho satisfatório. O presente trabalho tenta se enquadrar neste último aspecto, embora seu campo de pesquisa situe-se fora daqueles apontados pelo autor acima citado.

Dado este primeiro passo, considerou-se necessário seguir a pesquisa com o apoio nas técnicas da metodologia qualitativa aplicadas às ciências sociais. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um esforço para permanecer numa perspectiva crítico/dialética. Entretanto, o fato de se trabalhar com e no interior de uma organização, determinou a necessidade de buscar apoio na Análise Institucional, muitas vezes de corte estrutural-funcionalista, o que não se caracterizou como prejuízo, posto que propiciou enriquecimento no conjunto da análise.

Trata-se de um trabalho que não aborda a extensão rural em geral. O estudo detém-se no âmbito da chamada extensão rural pública, ou seja, dos servidores de assistência técnica e extensão rural oferecidos, organizados juridicamente e financiados pelo Estado. Logo, está se tratando do trabalho da EMATER e suas filiadas EMATER, constituídas na forma de empresas públicas e caracterizadas como instrumentos de política do Estado, logo, sofrendo influência direta dos governos que administram e falam em nome do Estado. Não se nega que este trabalho, suas generalizações e conclusões possam ser úteis fora do âmbito dito público, pois, como lembra Poulantzas (1978:325) a distinção entre privado e público é uma distinção puramente jurídica, e mesmo porque, todas as instituições extensionistas se constituem na sociedade civil e atuam no campo das relações de produção, mediando as relações determinadas no nível da estrutura econômica do modo de produção capitalista e atuando ao nível da superestrutura através da ideologia.

O âmbito da pesquisa exigiu, então, que se fizesse um levantamento bibliográfico, não

só relativo a estudos mais recentes sobre a intervenção do Estado no campo, ou de clássicos como Poulantzas e Gramsci, mas também se utilizando de textos e documentos oficiais das empresas públicas, de circulação aberta ou restrita, tais como boletins, manuais, relatórios, programas e planos diretores, que orientam a prática e estabelecem objetivos e diretrizes para a atuação.

Certamente o trabalho poderia ser desenvolvida simplesmente a partir de teorias e conteúdos dos documentos oficiais. Entretanto, isto implicaria, mais uma vez, em permanecer apenas no nível teórico, razão pela qual optou-se por completar as informações a partir da coleta das percepções de uma amostra de extensionistas, sobre aspectos gerais e específicos da prática em si e das relações com o Estado e com a organização. Esta decisão se deu também por outra motivação, que pode ser aqui postulada como o objetivo política da escolha do tema de pesquisa, pois seria ingênuo pensar em neutralidade da ciência, quando se faz um estudo desta ordem. Assim, um grupo de extensionistas previamente participantes, gerando informações, constitui-se, de imediato, num grupo de referência para o debate posterior, ao mesmo tempo que passa a dar embasamento às análises, que não tratam mais de idéias gerais, de qualquer extensionista, mas sim do conjunto de funcionários de extensão, historicamente localizados no serviço público, como agentes de mudança. Isto fará com que os debates posteriores, sobre o tema, levem os extensionistas a olharem o trabalho como o reflexo de sua realidade, cuja perfeição ou deformação exigirão dele uma reação e, portanto, uma atitude de estudo, de problematização sobre o real apreendido, uma reflexão sobre a própria prática.

Todavia, é preciso reter, desde já, que a coleta de informações junto aos extensionistas não pretende se constituir no aspecto mais importante deste trabalho. A enquete foi realizada como um instrumento de apoio para as análises e para a identificação de elementos que limitam a prática dos extensionistas rurais.

2.2 SOBRE O USO DE ALGUNS CONCEITOS

Para que a leitura e a interpretação deste trabalho possam se dar sob uma mesma base de entendimento, torna-se necessário explicitar alguns conceitos nele contidos. No momento, é indispensável tratar-se do ponto central sobre o qual gira a análise, ou seja, a extensão rural.

Os discursos gerais e a bibliografia tratam extensão rural de forma diferenciada. Basta

uma verificação das frases seguintes, muito comuns em diferentes momentos, para se ter uma idéia desta dificuldade: Extensão rural é uma atividade educativa; extensão rural é um instrumento de política agrícola, a EMATER é uma instituição; eu sou extensionista porque minha tarefa é fazer extensão rural.

Freitas (1990:101) buscando uma conceituação de extensão rural, através do uso do método de Delfos, verificou que há um grau de 97% de concordância entre aqueles que consideram a Extensão Rural como sendo a arte de interagir tecnicamente junto aos produtores rurais, a partir do conhecimento da realidade em todos os níveis, na incessante busca de combinar saber científico com o saber popular, visando o aumento da produção, produtividade e da melhoria de vida da família rural, sem agressão ao meio ambiente, enquanto que com 94% de consenso ficou o conceito que define Extensão Rural como sendo um serviço público de caráter técnico prestado às famílias de pequenos e médios produtores rurais, por profissionais devidamente qualificados, visando ajudá-los a melhorar os níveis de vida...

Verifica-se, da análise dos conceitos, que se trata de uma prática socialmente sancionada, executada por uma organização, mediante a atuação de profissionais. Os conceitos indicam ser uma atividade capaz de ajudar as famílias rurais a resolverem seus problemas e melhorarem seus níveis de vida, a partir da intervenção nas relações de produção, mediante um processo educativo. Permanece, entretanto, uma questão não resolvida. É a extensão rural uma organização, uma atividade ou uma atividade de organização?

Para resolver esta questão, muito comum na bibliografia e que, historicamente, tem implicado nas dificuldades de análise, optou-se por estudar a extensão rural enquanto instituição, conforme ensinamento da Análise Institucional. Ou seja, extensão rural constitui-se de um conjunto de normas, regras e valores, sancionadas pela sociedade¹ em um determinado momento histórico, como necessários ou funcionalmente adequados. Ou ainda, como ensinam Rodrigues & Souza (1987:32), segundo os quais uma instituição é um conjunto de formas de relações sociais, tomadas como gerais, que se instrumentam nas organizações e nas técnicas, sendo nelas produzidas e reproduzidas, transformadas e/ou

1. Poulantzas (1986 p.111 nota 22) diz que uma instituição é um “sistema de normas ou de regras socialmente sancionado”.

subvertidas.

A instituição, portanto, não é algo dado e imutável. Ela se forja a partir das exigências e necessidades de um determinado modo de produção e da relação de forças presente na historicidade de uma formação social.

Neste sentido, pode-se dizer que a instituição extensão rural é o resultado do movimento dialético instituinte/instituído, que, historicamente, elabora e reelabora as normas, regras e valores que devem orientar a prática dos extensionistas. Esta verificação permite inferir que é desta relação dialética que nascem as alterações no discurso, nos objetivos explícitos e os retornos que levam a extensão rural, por vezes, de volta às suas origens. Embora socialmente sancionada e instrumentalizada numa organização, não está imunizada contra os movimentos existentes no seio da sociedade, principalmente em uma sociedade de classes, onde interesses e necessidades são diferentes e até antagônicos.

Assim, quando tomamos extensão rural como uma instituição, somos levados a vê-la explicitamente utilizada por certas organizações, quer sejam da esfera pública, quer da esfera privada, ou como está atualmente em uso Organizações Governamentais (OG) ou Organizações Não Governamentais (ONG's), que apesar de sua natureza jurídica diferenciada podem ser enquadradas como Aparelhos de Estado. Estes, por sua vez, embora tenham um papel específico no Estado capitalista, quer seja através da ideologia, apresentam-se, portanto, como instrumentos que não podem fugir às lutas travadas na sociedade. Daí que a dialética instituinte/instituído, que se reflete no interior dos Aparelhos de extensão rural é observável a partir de análises da prática e do discurso da extensão em seus diferentes momentos históricos.

Por outro lado, é necessário ter em conta que os próprios agentes que manejam a instituição extensão rural, no interior das organizações, não podem ser considerados como um bloco monolítico. Embora, enquanto agente de Estado, o extensionista “organiza as decisões dos poderosos, transmite as informações e controla os resultados, recebendo, como recompensa, a distribuição de uma parte da expropriação da mais-valia”, (Barbier; 1985:139) ele, por outro lado, pode participar da reelaboração da sua prática e, portanto, de um movimento contra-instituição ou contra-hegemônico, na tentativa de romper com a hegemonia dominante² para cuja manutenção existem os Aparelhos Ideológicos de Estado.

O conceito, pois, de Aparelho Ideológico de Estado – AIE, foge dos limites indicados por Althusser (1985), uma vez que admite a influência da luta de classes no interior do Aparelho, pois como diz Poulantzas (1978; 329) “Eles (AIE) constituem, de fato, os aparelhos mais suscetíveis de concentrar, de modo eficaz, o poder das classes e frações

não hegemônicas: são assim, ao mesmo tempo, o “refúgio” privilegiado destas classes e frações, e a sua presa por excelência”. Os AIE detêm uma autonomia relativa em relação ao poder do Estado, donde surge a possibilidade de emergência da dialética instituinte/instituído na elaboração/reelaboração da instituição extensão rural. Logo, a extensão rural, enquanto instituição, apreendida pelos AIE e por eles manejada é passível de transformações, pois as “instituições são de fato estruturas objetivas que se impõem ao nosso espírito, mas seu futuro é sempre incerto porque elas são ao mesmo tempo reproduzidas e produzidas pela ação humana” (Barbier: 1985; 167), daí porque é importante analisar-se em conjunto a tendência da prática e das concepções dos extensionistas em atividade nos AIE.

Por último, cabe referenciar que o termo organização é utilizado no sentido comumente empregado, donde pode-se dizer que, na esfera pública, a extensão rural é uma instituição manejada e “delegada” ao conjunto das EMATER (ou entidades assemelhadas, como veremos) que ao se constituírem, no seio do Estado capitalista, passam a desencadear ações que lhes são atribuídas pelo Estado, utilizando o instrumental de extensão rural, instituído num dado momento histórico, através do qual está apta a desempenhar seu papel de AIE, no sentido de produzir as relações de produção, embora sujeita a movimentos instituintes capazes de gerar um instituído novo.

1.3 – OS DADOS EMPÍRICOS E A AMOSTRA

Como vimos, o estudo pretende fixar-se no âmbito da esfera pública do serviço de extensão rural, o qual desde 1974/75 passou a ser exclusivamente do chamado SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Como ensina a EMBRATER (1990:21) “Operacionalmente descentralizado, o sistema EMBRATER é composto por uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que o coordena, por 26 empresas públicas

2 - “O conceito de hegemonia, aplicado à dominação com direção hegemônica de classe das formações capitalistas, conota aqui as características específicas mencionadas da ideologia capitalista dominante, por meio da qual uma classe ou fração consegue apresentar-se como encarnando o interesse geral do povo-nação, e condicionar, por si mesmo, uma aceitação política específica da sua dominação por parte das classes dominadas” (Poulantzas: 1986; 215)

estaduais vinculadas as secretarias de agricultura dos estados da federação e do Distrito Federal (as EMATER, a Empresa de Pesquisa, a Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul – EMPAER, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, e a Fundação de Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural de Roraima – FADER – RR), e pelo Instituto Rural do Tocantins – Ruraltins, da Prefeitura Municipal de Combinado, Tocantins”.

A legislação pertinente, que dá origem ao SIBRATER, está principalmente consubstanciada em cinco documentos:

Mensagem n.º280 de 06/06/1974, do Poder Executivo, que encaminha ao Congresso Nacional a Exposição de Motivos n.º08/74 dos ministros da Agricultura e Planejamento e o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir a EMBRATER; a Lei n.º 6.126, de 06/11/1974, que autoriza a criação da empresa; o decreto n.º75373, de 14/02/1975, que cria a EMBRATER, regularmenta a Lei 6126 e dá outras providências; e os Estatutos da EMBRATER³.

A partir desta Legislação, pode-se afirmar que passa haver no País, uma certa uniformidade não só na estrutura organizacional do serviço a nível dos estados, mas, sobretudo, na formação de ação, sob a coordenação e orientação da EMBRATER, como deixa claro o artigo 5.º da lei 6126, que exige, das empresas sob controle dos estados, para que recebam apoio financeiro, que se “sujeitem”, cumulativamente, a “adotar diretrizes organizacionais e critérios de escolha de dirigentes semelhantes” ao da empresa-mãe, operar em consônância com os sistemas de programação e de controle, “ajustar a metodologia de trabalho e de avaliação às normas preconizadas e constiuir-se no principal instrumento de assistência técnica e extensão rural do estado”. Desta forma, em atenção à legislação, passamos a contar com uma EMPRESA de nível nacional, atuando através de seus “satélites” de nível estadual, majoritamente, constituídas como EMATER's. (EMBRATER: 1975)

Assim, diante da relativa uniformidade gestada e ajustada desde então, um estudo que tome base qualquer das EMATER, certamente não pecará por generalizações, quanto à prática dos extensionistas, razão pela qual o presente trabalho centra-se na prática desenvolvida pelos extensionistas da EMATER – RS, considerando esta empresa como

3 – Ver: EMBRATER – **Atos Constitutivos** – Documentos, 1. Brasília/EMBRATER, 1975. 27p.

representativa do universo das empresas públicas executoras da atividade de assistência técnica e extensão rural, antes referidas como componentes do SIBRATER.

Por outro lado, a escolha da EMATER – RS, com apoio central para análise, também se dá devido ao compromisso do pesquisador com sua empresa empregadora, além do fato de ser assim facilitado o trabalho de pesquisa em razão da proximidade das fontes de informação e do conhecimento que o pesquisador acumulou durante o seu trabalho em diversos escalões da empresa.

A decisão de buscar informações junto aos extensionistas, levou também à adoção de medidas que impusessem, não só a garantia da representatividade da amostra, como da região de coleta destas informações. Neste sentido o conhecimento do pesquisador foi de fundamental importância, surgindo daí a escolha, num primeiro passo da área geográfica compreendida pela região de Santa Maria⁴.

Esta “região” de trabalho da extensão rural, no Rio Grande do Sul, apresentam características que garantem ser representativas de diferentes áreas de trabalho da extensão rural. Nela se encontra desde o minifúndio até o latifúndio característico da região da Campanha do RS. Esta estrutura fundiária se dá sob diferenças de solo e relevo bastante acentuadas, que podem ser encontradas em outras regiões do estado, ao passo que as explorações agropecuárias são amplamente diversificadas, indo desde o cultivo de hortigranjeiros, fumo, feijão e milho, passando por atividades empresariais como arroz e soja, incluindo a pecuária bovina e ovina tecnificada e tradicional. Na região, ao lado de grandes e médias propriedades prevalecem numericamente os estabelecimentos pequenos, com área inferior a 50ha. Existem ainda, oito assentamentos de “reforma agrária” resultantes das ações dos agricultores sem-terra, a partir do início dos anos 80, o que torna ainda mais diversificado o “público” da extensão. Podem também ser encontrados inúmeros núcleos de trabalhadores assalariados, do tipo bóia-fria, diaristas, que vivem ao redor de pequenas cidades e vilas rurais, constituindo uma reserva de mão-de-obra para as

4 – A região compreendida pela Coordenadoria Regional da Depressão Central, com sede em Santa Maria é formada por 34 municípios. Na época da pesquisa de campo 34 escritórios municipais contavam com extensionistas, lotados nos seguinte municípios: Santa Maria, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Mata, Cacequi, São Francisco de Assis, Jaguarí, Santiago, Ivorá, Agudo, Nova Palma, Faxinal do Saturno, Dona Francisca, Formigueiro, Restinga Seca, São Sepé, Cachoeirinha do Sul, Cerro Branco, Candelária, Sobradinho, Segredo, Arroio do Tigre, Prejuçara, Salto do Jacuí, Ibirubá, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul, Cruz Alta, Tupanciretã, Julio de Castilhos, São Borja e Itaqui.

atividades agropecuárias, o que também auxilia para ampliar a representatividade da região.

Por último, mas não menos importante do que a amplitude de situações de trabalho onde se dá a prática do extensionista na região, esta tem a peculiar característica de receber inúmeros extensionistas que já atuaram em outras regiões do estado, portanto, com experiências diversificadas, facilitando assim a tiragem de uma amostra que pudesse ser considerada como representativa do conjunto dos extensionistas locais da EMATER – RS.

Desta forma, para se ter um conjunto de informações diversificado e representativo, optou-se por compor uma amostra com a participação de um extensionista rural de cada escritório municipal da região. A partir daí, de posse da listagem oferecida pela Coordenadoria Regional da EMATER, com sede em Santa Maria, onde constavam os nomes dos extensionistas locais, por escritório, adotou-se o procedimento da amostragem probabilística aleatória simples, numerando em ordem crescente os extensionistas, seguindo a ordem da listagem e realizando um sorteio dos números para cada escritório. A amostra ficou composta por 32 extensionistas, estabelecendo-se como exigência única um mínimo de 4 anos de trabalho na empresa de extensão rural, posto que a prática da extensão é universal e igualmente desenvolvida pelos diferentes profissionais, enquanto dirigida por filosofias, objetivos, diretrizes, normas e valores identicamente orientados.

Para coletar as informações junto aos 32 extensionistas utilizou-se um questionário. O questionário foi previamente elaborado, com um total de 96 questões. Depois de testado, com o auxílio de extensionistas locais não participantes da amostra, o questionário foi ajustado, reorganizado, de forma a minimizar as deficiências inerentes ao instrumento, resultando num questionário com 43 questões. As perguntas, mesmo aquelas cujas respostas poderiam ser de sim ou não, ou de múltipla escolha, solicitava que o respondente justificasse a sua resposta, caracterizando assim a abertura do questionário para as respostas dos extensionistas, que não ficaram tolhidos pelos direcionamentos que pudesse haver nas perguntas como respostas fechadas. A distribuição dos questionários foi feita mediante contato direto do pesquisador com cada um dos extensionistas componentes da amostra, ocasião em que se explicitou os objetivos da pesquisa, a importância da sinceridade das respostas e a garantia do sigilo das observações individuais, entregando para cada um deles um documento com esclarecimentos sobre possíveis dificuldades. A coleta dos questionários preenchidos foi feita através do correio, sem que tivesse havido nenhuma resistência para responder ao questionário.

Deve-se registrar, ainda, dois aspectos. Primeiro, houve casos de escritório onde havia um único extensionista lotado que atendesse à exigência mínima estabelecida, logo, o

sorteio tornava-se desnecessário. Em segundo lugar, merece ser registrado que o sorteio não foi feito pelo pesquisador, que tendo trabalhado na área, conhecia a maioria dos extensionistas locais, evitando, desta forma, qualquer tipo de interferência de caráter pessoal na composição da amostra.

No seu conjunto, o trabalho traz elementos de um estudo de caso, embora possa ser também situado como uma pesquisa exploratória, o que não parece relevante discutir, já que não acrescentaria nada em seu resultado. Procurou-se, isto sim, manter uma linguagem acessível e uma seqüência didática na abordagem dos temas, de forma a permitir que o trabalho possa, efetivamente, se constituir num documento útil para os extensionistas e para a sociedade.

2.4 – OBJETIVOS:

2.4.1 – OBJETIVO GERAL

Realizar um estudo sobre as relações que envolvam a prática dos extensionistas o serviços público, buscando desvendar os limites impostos a esta prática e os obstáculos que dificultam mudanças na prática da extensão rural, adotando como referencial empírico o extensionismo desenvolvido pela EMATER-RS.

2.4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A – Identificar as formas de adesão da organização extensionista ao Estado;

B – Identificar funções da Organização enquanto Aparelho Ideológico do Estado;

C – Verificar como as funções do Estado e seu Aparelho são traduzidas em diretrizes e normas que interferem na prática extensionista;

D – Identificar normas e diretrizes institucionais que assumam importância como instrumento de pressão e coerção no sentido de orientar a prática extensionista;

E – Identificar aspectos ideológicos, inerentes ao modo de pensar dos extensionistas, que interferem em sua prática.

CAPÍTULO 3 – A PRESENÇA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

3.1 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO EXTENSIONISMO RURAL

O estudo histórico da extensão rural, enquanto prática “educativa”, instituída para a transferência de informações técnicas na agropecuária, assumiu características diversas na história da humanidade, com papéis determinados e especificidades inerentes ao modo de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas em cada momento¹.

Desde esta perspectiva, pode-se inferir que o trabalho de extensão, mesmo sem o privilégio de ter este nome, certamente já foi desempenhado pelo homem do período Neolítico, embora não fosse uma atividade sistematizada sob o rigor científico que marca seu desenvolvimento no mundo capitalista.

Como lembra Ohlweiler (1987:98), “o aspecto revolucionário do Neolítico foi a introdução da prática da agricultura – o cultivo da terra e a criação de animais – e a correlata sedentarização das comunidades humanas em aldeias”. Como se sabe, esta “revolução agrícola neolítica” expandiu-se geograficamente e, com ela, as técnicas de cultivo e preparo de utensílios necessários para o trabalho da terra, inventados pelo homem. Estes, mesmo sem serem chamados de extensionistas rurais, em suas migrações para formação de novos aldeamentos, nos contatos exigidos pelo incipiente mercado de trocas ou ainda em razão da coexistência de grupos sedentários com grupos nômades, trocaram informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho, passando de uns para os outros os aperfeiçoamentos alcançados, o que levou Ohlweiler (1987:106) a afirmar que “O mais importante desses intercâmbios entre os povos deve ter sido a troca de experiências”.

A característica central, que, necessariamente, precisa ser observada é que, no modo de produção primitivo, as comunidades viviam e se reproduziam a partir da produção de

1 – As categorias Modo de Produção e Forças Produtivas são aqui usadas, conforme são conceituadas por Harnecker: Modo de Produção: “Chamamos Modo de Produção ao conceito teórico que permite pensar na totalidade social como uma estrutura, dominante, na qual o nível econômico é determinante em última instância”. (p.139) “Chamaremos de Forças Produtivas propriamente ditas as forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob relações de produção determinadas. Seu resultado é uma determinada produtividade do trabalho”. (p.69) Harnecker, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. 1973. Chile s/ed. 317p. Ver ainda Santos, Theotônio. **Forças Produtivas & Relações de Produção**. Petrópolis, Vozes, 1986. 86p.

subsistência. Desta forma, a troca de informações “técnicas” revertia em benefício da comunidade. “As comunidades eram organizadas sobre o regime de propriedade comum do solo... O homem trabalhava para obter da natureza os bens necessários à satisfação de suas necessidades. A apropriação dos bens se fazia numa divisão igualitária... Todos eram donos da terra, todos eram donos da produção. Não se encontrava, nestas sociedades, nenhum indício da existência do Estado, nem a formação de classes.” (Mendonça, 1988:66)

Da inexistência do Estado e vivendo em comunidades sem classes anatômicas, a história da humanidade caminha para suas fases subseqüentes engendrando formas distintas de relações técnicas e sociais de produção². Se nos primórdios da “revolução agrícola”, o trabalho humano e a “exploração” da natureza se dava mediada pelo atendimento das necessidades de subsistência, tão logo se ampliam as forças produtivas colocadas à disposição do homem, começam a se modificar suas relações. Assim, já na Idade do Bronze, com a incorporação de animais de tração, com o aperfeiçoamento de técnicas de armazenagem de alimentos, dos utensílios agrícolas e domésticos, ou mesmo com o desenvolvimento de processos de irrigação e drenagem, começam a se esboçar transformações profundas na história da humanidade.

Não se trata aqui de fazer uma reconstituição histórica. Trata-se de tentar apreender as origens do extensionismo, determinado que foi por emergentes necessidades dos homens de cada época e pelas exigências das relações sociais e econômicas do modo de produção dominante. Neste sentido, não se pode creditar como obra do acaso ou à, ação divina, o fato de que a videira, originária do Anatólia, tenha se espalhado pelo Oriente próximo. Pode-se, sim, dizer que, na medida em que os homens se organizavam em comunidades e modificavam seus instrumentos e formas de trabalho, os seus conhecimentos eram dissimulados através das trocas de informações, cujos conteúdos eram apropriados em benefícios das comunidades³, porque até então, as mudanças nas bases técnicas se davam sob o domínio do homem, que “humanizava” a natureza, ao mesmo tempo em que dela extraía os produtos necessários, primeiro para a subsistência e, logo depois, para a troca.

2 – Os conceitos são utilizados conforme ensina Santos (1986). O autor mostra a dialética entre as relações técnicas e sociais que dão origem a determinadas relações de produção, e alerta para três elementos que compõem estas relações: relações de trabalho, relações de propriedade, relações de troca (p.56 a 67)

3 – Ohlweiler (1987:132) diz que “Em todas as partes em que a agricultura prosperou, os homens tratavam de importar as novas espécies vegetais: oliveira, videira, figueira, macieira, pereira, etc...”

Assim, em diferentes modos de produção, os homens transferem informações técnicas, cujo resultado final é determinado pelas relações dominantes em cada um deles. É, portanto, a partir das novas relações desenvolvidas pela evolução do capitalismo que a “extensão” passa a ter novos contornos. Segundo Dobb, (1987:27) no exame da história, este capitalismo, que determina novas relações, tem seu início situado “na segunda metade do séc. XVI e início do séc. XVII, quando, o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalistas e assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado “sistemas de encomenda caseiro”. Havia que adaptar-se um extensionismo para a exigências desta nova realidade. Esta instituição, extensão rural, não ocorre por passe de mágica. Surge de um movimento instituinte que acompanha a evolução histórica da humanidade, da mesma forma que o surgimento do capitalismo não se deu como um corte na história, pois com se sabe, em suas origens o capitalismo coexistiu com outros modos de produção. Sobretudo no campo o feudalismo⁴ continuava predominando, marcada pelas relações servis que mantinham os camponeses sob dominação dos senhores, membros da aristocracia ou da Igreja. “A emergência das relações da produção capitalista – diz Ohlweiler (1987, p.12) – é um processo que ocorreu, classicamente, no seio da própria sociedade feudal”.

A partir destas verificações de caráter histórico, é possível interferir que o processo de transferência de informações técnicas para o campo assume feições novas com o surgimento do capitalismo. Não se nega que mudanças técnicas, mesmo sob o feudalismo, permitiram maior apropriação de renda por parte dos senhores feudais, quer através da substituição da mão-de-obra escassa em alguns períodos (Peste Negra), quer pelo aumento da produtividade da mão-de-obra existente, todavia, é provável que a introdução de serviços especializados de extensão agrícola tenha sido uma resposta às exigências do processo de acumulação primitiva. A técnica, introduzida no campo, desde então, é uma exigência do desenvolvimento capitalista, o que está, historicamente comprovado.

Jones (1989:01), diz que “possivelmente, o primeiro e moderno serviço de educação e extensão agrícola foi estabelecido na Irlanda, durante a grande fome da batata, em meados

4 - “O século XVI, no entanto, foi o período em que a servidão de camponeses entes livres e semi-livres estava aumentando bastante e as obrigações feudais (no uso econômico comum da expressão) do campesinato estavam sendo acrescidas em grande escala”. (Dobb, 1987. p.43,4)

do século XIX”. Temos que considerar que já vivia a humanidade um novo período, agora marcado pela existência do Estado e pela divisão de classes, bem como, pela propriedade privada dos meios de produção. A terra, que na Europa, havia sido acumulada mediante o processo de “cercamento dos campos” marcada pela expropriação e expulsão de camponeses, concentrava-se nas mãos de poucos donos.

Apesar da Carta de Claredon, citada pelo autor, acima referido, enviada pelo Conde de Claredon ao Duque de Leinster, Presidente da Real Sociedade de Agricultura da Irlanda, apresentar uma nítida conotação de preocupação com os mais pobres, não se pode descartar os interesses capitalistas embutidos na proposta de 1847. Do mesmo modo, a predominância da empresa privada no ensino e na pesquisa agrícola da Inglaterra até o fim do séc. XVIII, como relata Rae (1989:12), ou mesmo as iniciativas pioneiras da Sociedade Filadélfia, organizada em 1785, nos Estados Unidos⁵ podem indicar o caráter dominante do modo de produção capitalista, em desenvolvimento no campo, e o jogo de interesses dos detentores do capital.

O trabalho humano e as trocas de informações que, nas sociedades primitivas, respondiam aos anseios e necessidades dentro de um processo de “cooperação”, de divisão social da produção, sofre profundas mudanças. Inclusive, admitindo que o resultado do primitivo, é necessário admitir que, com o desenvolvimento das forças produtivas, começa a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Sob o capitalismo, como ensina Santos (1986:46) “A função de planejar, a tarefa de definir o objetivo do trabalho, escapa do trabalhador direto e incorporar-se-á ao proprietário dos meios de produção”. Esta separação, que começa tão logo a sociedade primitiva começa a deteriorar-se, torna-se nítida e fundamental à medida em que evolui o capitalismo, assumindo sua feição industrial e sua etapa monopolista/imperialista.

O Estado, como veremos mais adiante, assume, então, o papel de “mediador”, como querem alguns autores, que na verdade não passa de um instrumento capaz de garantir a reprodução do modo de produção capitalista. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia

5 – Kelsey & Hearn (1966:20) dizem que as primeiras organizações formais de agricultores norte-americanos foram as Sociedades Filadélfia e Massachusetts. Segundo os autores “Registros da Sociedade Massachusetts para a Promoção da Agricultura, em 1792, mostram que eram realizadas reuniões para incentivar melhoramentos na agricultura. Em uma ocasião foram expedidas 1000 cartas circulares”.

aliado ao acesso limitado dos conhecimentos científicos a pequenos segmentos da população acentuam a separação entre o trabalho manual e intelectual de tal forma que oportuniza o fortalecimento de categorias intermediárias de indivíduos, não diretamente ligadas ao processo produtivo, que assumirão o papel formal de transmissores de informações técnicas. Estavam, então estabelecidas as bases para a “profissão” de extensionista rural, cuja “instituição” seria elaborada e socialmente sancionada em momentos seguintes da história.

Pelo menos duas outras questões relacionadas ao mesmo processo devem ser traduzidas ao estudo histórico da extensão rural. A primeira diz respeito à “educação”, enquanto mecanismo de dominação capitalista e reprodução do “status quo”. A segunda, relativa a alguns aspectos teóricos que deram sustentação ao modelo de desenvolvimento da sociedade industrial em sua componente rural. Estas questões, de suma importância, serão abordadas ao longo dos próximos itens.

3.2 – A INTERNALIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Embora a maioria dos autores cite momentos específicos como marcantes da institucionalização da Extensão Rural no Brasil, e, inclusive, na atualidade, alguns setores falem em “lutar” pela institucionalização da extensão rural, é bem verdade que o extensionismo, no Brasil, já nasceu como instituição, que se utilize este conceito sob a ótica de um conjunto de normas estabelecidas pela sociedade, quer se utilize instituição como sinônimo de organização patrocinadas ou não pelo Estado.

O caráter institucional da extensão rural no Brasil, está nitidamente relacionado ao processo de interferência imperialista nos países periféricos. No caso, se evidencia um dos aspectos da dialética dependência/dominação exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil (e América Latina) no período Pós-Guerra, como já ocorrera em momentos históricos anteriores, com a dominação do colonialismo ou não-colonialismo.

Quanto à instituição extensão rural, no momento se deve ressaltar apenas o fato de que ela já nasceu no Brasil sob o comando do capital e mais, sob forte influência do capitalismo monopolista norte-americano. É, pois, com razão, que a maioria dos autores que fazem uma análise histórico-crítica do extensionismo no Brasil, demonstram que a introdução da extensão rural, como prática organizada e organizativa da produção no campo, está intimamente relacionada às políticas e à ideologia norte-americana estabelecida no período da chamada “guerra-fria”.

Como assevera Queda (1987:70) “No caso do Brasil, o seu alinhamento à política da guerra fria” teve como consequência a sua amarração às tentativas de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. O debate sobre as condições do seu atraso, bem como das alternativas de superação se processa dentro deste quadro. É também dentro desse quadro que surge um projeto de extensão rural, com um dos instrumentos de uma estratégia de superação do atraso na agricultura”.

Embora os anos 40 fossem marcados por um grande debate sobre o modelo de desenvolvimento que devíamos seguir, estavam em predominância, no Brasil, as teses de CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, cujo pensamento econômico, embora propusesse mudanças estruturais – na questão agrária propugnavam pelo fim dos latifúndios -, optava pelo chamado nacional-desenvolvimentismo. Para Mantega (1987:34,9) “A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo... A saída para essa situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade”.

Esta teoria nacional-desenvolvimentista, que tentava reorientar o desenvolvimento “para dentro”, com base em um processo de produção industrial para o mercado interno, ao invés de romper com os mecanismos de dominação estabelecidos pela expansão dos monopólios internacionais, acaba servindo como base para a acumulação capitalista dos países desenvolvidos, posto que o modelo ficava aberto para o capital estrangeiro que estivesse disposto a investir para o desenvolvimento nacional, mostrando-se, por outro lado, insuficiente para explicar todos os mecanismos econômicos que determinavam o subdesenvolvimento no Brasil. Inclusive estas teses encobriam o fato de ser o subdesenvolvimento exatamente uma produção do desenvolvimento e da acumulação capitalista. E, encobrendo este aspecto fundamental, abre-se o caminho para a introdução de um serviço de Estado, cujo papel central será “educar” o povo rural para que passe a introduzir processos e produtos capazes de modernizar suas atividades agrícolas e do lar, passando de uma fase de atraso para um estágio moderno¹.

É bem verdade que a agricultura, nessa época, passava a ter uma função qualitativamente nova. Como diz Oliveira (1987:20) “De um lado, por seu sub-setor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa... De outro lado, por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo

interno, agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo de alimentação e secundariamente, o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial”.

Ao Estado caberia, então, o papel de intervir não só no sentido de construir as infra-estruturas necessárias – estradas, por exemplo – como no sentido de garantir instrumentos de interiorização do progresso técnico, a fim de dar meios para que a agricultura cumprisse suas funções. Deve-se ter em conta que não é só Estado nacional que investe neste sentido, senão que há um significativo aporte de recursos materiais, técnicos e humanos dos Estados Unidos da América do Norte por seus tentáculos públicos e privados, como mostram diversos autores². Aliás, é bom deixar bem claro que o capitalismo monopolista norte-americano necessitava de novos mercados, por isso que a continuidade do processo de acumulação dependia da expansão além-fronteiras para dar vazão ao desenvolvimento das forças produtivas cujo potencial havia crescido no período anterior.

É, neste contexto, que a figura de Nelson Rockefeller se destaca, como um dos “aliados” dos brasileiros, para a introdução da extensão rural. Seus interesses no Brasil se difundiam por vários campos, onde contava com agentes internos. Como lembra Karavaev (1987:126), em 1947 (ano da implantação do projeto extensionista de Santa Rita do Passa Quatro – SP, sob o patrocínio da AIA) foi criada pelo governo uma comissão para normatizar a questão do petróleo “A comissão era composta de partidários evidentes do capital estrangeiro, em particular, a sua direção foi confiada a O. Braga, presidente da companhia Gás-Esso, filial brasileira da Companhia Standard Oil de Rockefeller”.

Fonseca (1985) destaca “a trajetória de Nelson Rockefeller” como empresário, “filântropo” e representante dos Estados Unidos, na articulação com o Estado brasileiro,

1 – Francisco de Oliveira em sua obra “Crítica à Razão Dualista” analisa as teorias que deram sustentação ao modelo brasileiro implantado a partir dos anos 30 e afirma que “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal em um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: este tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia”. Oliveira (1987, p.12)

2 – Ver, por exemplo: Fonseca (1985), Queda (1987), Oliveira (1987) e Canuto (1984)

através de governantes de diversos níveis, para a implantação do serviço de extensão rural. Seus encontros, mais tarde, com o presidente Juscelino Kubitschek, em cujo programa de metas de governo estava explícito o apoio à industrialização e à abertura ao capital estrangeiro, demonstram ter havido grande interesse dos grupos do capital internacional, aqui instalados, na superação do “atraso” da agricultura, de forma a fazer com que o setor desse respostas necessárias à sustentação da política de industrialização³.

Estavam, então, criadas as condições para a realização da experiência de Santa Rita do Passa Quatro e para posterior criação da ACAR – Minas Gerais, em 1948, pólos centrais de irradiação, não só do modelo, mas, sobretudo, da doutrina do extensionismo norte-americano no Brasil.

Araújo et alil (1981:13) diz que “Os entendimentos com o governo mineiro e com os líderes de mentalidade progressista conduziram à assinatura de um convênio, em 06/12/1948, entre o governo do Estado (MG) e a AIA (Associação Internacional Americana – braço filantrópico do grupo Rockefeller), pelo qual se fundou a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), com a finalidade de estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilitasse a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural”.

Para Padilha (s.d.), no entanto, “os grandes patrocinadores do crescimento da Extensão Rural no Brasil e na América Latina”, podem ser divididos em três grupos: O governo norte-americano, através de suas instituições (IIAA – Institutos Interamericano para Assuntos da América e o ETA – Escritório Técnico Brasil – Estados Unidos, são exemplos clássicos); as associações ou entidades “filantrópicas” (como as Fundações Ford e Rockefeller, inclusive o AIA) e por último as organizações internacionais (OEB, BID, IICA, FAO, BIRD).

A partir deste momento, a ACAR – MG, segundo AMMANN (1987:31) “passa a reproduzir no Brasil o modelo americano de extensão agrícola levado ao cabo desde o início do século e testado pelos Estados Unidos em alguns países, como foi o caso da Índia,

3 – Brum (1988:46) afirma que “Quanto ao Brasil, ainda em 1943 Nelson Rockefeller, então um dos chefes do poderoso grupo econômico, visitou o nosso país, ocasião em que fundou três empresas vinculadas ao grupo> a Cargill; ligada principalmente à comercialização internacional de cereais e à fabricação de rações; a AGROCERES, destina às pesquisas genéticas com o milho e produção de sementes de milho híbrido; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas), voltada para a fabricação de equipamentos para a lavoura”.

através do projeto ETAWAH”. Em síntese, foram colocados em prática as linhas do Serviço Cooperativo de Extensão Rural, do modelo gerado pelos Land Grant Colleges e dos instrumentos criados pelo governo norte-americano, chamados Farm and Security Administration e Farm and Home Administration, estes criados para dar suporte ao grande número de agricultores atingidos pelas consequências da crise capitalista, marcada pela quebra da Bolsa da Nova Iorque, em 1929⁴.

Não obstante as alterações ocorridas ao longo dos anos em sua estrutura e organização, a extensão rural no Brasil já nasceu com o firme propósito de educar para a assistência técnica, ou seja, promover um processo de interiorização dos progressos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo industrial, de maneira a fazer da agricultura, um lugar propício para a acumulação capitalista do setor dinâmico da economia. Suas fases centradas no “desenvolvimento de comunidades” ou na idéia da “propriedade como um todo” não passam de estratégias capazes de garantir a aderência e a posterior subordinação da agricultura ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial. A instituição extensão rural não foi jamais alterada em seus eixos centrais, embora tenham existido propostas de mudança.

As políticas agrícolas encetadas a partir de meados da década de 50, bem como as mudanças ocorridas nos anos 60 e 70 foram acompanhadas “pari-passu” pela extensão rural, atrelada que estava ao papel desempenhado pelo Estado, no sentido de suprir os setores mais fracos e mais “atrasados” com instrumentos capazes de fazê-los mais dinâmicos e, portanto, mais adequados aos fluxos do capital.

O historicismo, ou como querem alguns autores, a historicidade da extensão rural no Brasil, já foi por demais abordado⁵, razão pela qual optou-se por não retornar ao tema, senão que adendar aspectos que pudessem trazer mais luz à análise do papel da extensão rural, enquanto instrumento do Estado capitalista. Papel este que assume suas características mais clara e menos ambígua, a partir de 1974, com a criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que passa a ser o braço forte do Estado junto ao povo rural, empenhada que se mostrou em garantir o modelo

4 – Sobre os modelos de extensão rural nos Estados Unidos, ver, entre outros: Bechara (1954), Kelsey e Hearn (1966), Ramsay et alii (1975) e Araújo et alii (1981)

5 – Sobre a história da extensão rural no Brasil, inúmeros trabalhos publicados mostram, em seu conjunto, e com diferentes enfoques uma bem elaborada informação. Ver, entre outros: Queda (1987), Oliveira (1987), Canuto (1984), Fonseca (1985), Silva (1986), Figueiredo (s.d.), Luppi (s.d.) e Araújo et alii (1981), citados na bibliografia.

modernizante/excludente que se desenvolvia no meio rural.

Deve-se observar que a criação da EMBRATER, não é um fato isolado. Ela ocorre após a criação da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e é seguida por uma série de atos executivos (Governo Geisel) que estabelecem, inclusive, a criação do COMPATER – Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, encarregada de “assegurar articulação orgânica” entre as atividades de pesquisa e de assistência técnica.

Podem se tornar mais claras as motivações do Estado, quando se lê, na exposição de Motivos n.º 08/74, dos Ministros da Agricultura e Chefe da Secretaria do Planejamento, enviada pelo presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional em 06/06/1974, que: “A concretização de um plano de desenvolvimento agrícola depende, basicamente, da conjugação de esforços para aumentar os níveis de produção e produtividade da nossa agricultura que, como se sabe, são ainda muito baixos. A conjugação ordenada da pesquisa, do crédito e da assistência técnica torna-se essencial aos esforços do governo para acelerar o processo de desenvolvimento do setor agropecuário, através da incorporação maciça de tecnologia e da melhoria da produtividade da mão-de-obra no campo”. (EMBRATER; 1975, a:p.9).

É, pois, através de um “organismo forte e ágil, flexível e poderoso, capaz de atender às necessidades de informações tecnológicas que tem o produtor”, que o Estado passará a contar, desde então, “com um instrumento rápido e eficiente para a execução de programas integrados visando o aumento da produção e produtividade assim como à promoção do homem do campo”. (EMBRATER, op. cit.)

Deste momento até a sua extinção, a EMBRATER coordenou, no País, a ação do Estado para o meio rural. Isto, de certa forma, corresponsabiliza a EMPRESA e o SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelos resultados da aplicação do modelo de desenvolvimento urbano-insdustrial, que fizeram do campo um palco de grandes transformações sociais, de grande exclusão de trabalhadores e suas famílias e, sobretudo, de intensa e contínua subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro.

É a própria EMBRATER (1990:11), em um de seus últimos documentos, que se informa que “O processo de modernização adotado e a rápida expansão das fronteiras agrícolas acarretaram, como conseqüência, os seguintes fatores:

- A ocupação desordenada do espaço rural, com nítidos e indesejáveis prejuízos ecológicos;
- Uma alteração profunda da base tecnológica da produção agrícola, da composição das culturas e dos processos de produção, de forma concentrada, marginalizando a maioria dos agricultores;
- Uma concentração da propriedade da terra, afetando sensivelmente as relações de trabalho no campo;
- Um forte êxodo rural, o crescente assalariamento da força de trabalho agrícola e a alta sazonalização do emprego rural;
- Alterações quantitativas e qualitativas no processo de urbanização;
- O aumento da dependência da produção agrícola a interesses extra-agricultura e ao mercado internacional”

Ora, estas são as conseqüências óbvias do modelo de desenvolvimento capitalista, algumas delas já denunciadas no século passado. Portanto, pode-se concluir que a extensão rural no Brasil, desde seus primórdios até o momento atual, esteve institucinalizada como prática de suporte do Estado ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Resta saber a quem serve o Estado e qual o papel de seus aparelhos, para verificar que não poderiam ser outros os resultados das “políticas” instriorizadas pelo processo educativo da extensão rural.

3.3 – A EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL E SUA ADEQUAÇÃO AO SISTEMA EMBRATER

Criada a ACAR – Minas Gerais, em 1948, logo começa a expandir-se a idéia da organização de serviços semelhantes, no restante do País, puxadas por uma conjuntura favorável. Os anos 50 chegam com redobrado impulso modernizante. Como lembra Caio Prado Junior (1987:305) “Em 1947, o valor das importações ultrapassa o da exportação”. Havia necessidade de buscar o equilíbrio do balanço comercial que, embora melhorasse em 48 e 49, continuava a ser uma ameaça ao desenvolvimento do País. “O ano de 1950 trará pra o Brasil um saldo comercial vultuoso, cerca de U\$ 300 milhões, reequilibrando-se em conseqüência as contas externas do País”. Esta situação coincide com o início do novo governo do Presidente Getúlio Vargas, que se aproveitará dela para lançar um programa de fomento da atividade industrial”. (op.cit.) Por sua vez, a agricultura precisava dar respostas,

sendo para isso mobilizando o setor rural.

No Rio Grande do Sul, experiências extensionistas se desenvolviam, já no final do século passado¹. Nos anos 50 outras experiências foram desenvolvidas, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, através das Missões Rurais. Diz Ammann (1987:53) que “nascidas num momento histórico brasileiro de otimismo pedagógico, as Missões Rurais partiam da convicção de que na educação de base encontrava-se a solução para o problema da marginalidade social e para o “atraso cultural” de nossas populações camponesas. Essas populações eram consideradas o setor “disfuncional” do sistema e necessitavam ser a ele integradas para salvaguardar a harmonia e o equilíbrio da sociedade”.

Existiam, pois, condições prévias que indicavam a possibilidade e a “necessidade” de ser criada uma ACAR, no Rio Grande do Sul, dadas por um lado, pelo discurso educativo “salvador” e, por outro, pelas exigências do nível econômico, determinadas pelo rumo do desenvolvimento. Possivelmente estas tenham sido as principais motivações que levaram à reunião de um grupo de cidadãos decididos a criar a ACAR – RS. Segundo relato histórico (EMATER:1983) “Os movimentos iniciais, que levariam à concretização de tal idéia, foram liderados pelo Sr. Kurt Weissheimer, que com sua penetração e influência nos meios econômicos locais, conseguiu sensibilizá-los para a iniciativa, levando-os a apoiá-la e a interessar-se pela sua concretização”.

A primeira reunião, com o objetivo de criar a ACAR – RS, se realizou em setembro de 1951. Dela participaram as maiores autoridades civis e eclesiásticas do estado, inclusive o governador, e, não por coincidência, estavam também presentes os senhores Robert W. Huggens e Henry Wight Bragley, Diretores da American International Association (AIA) – do Grupo, Rockefeller, o Sr. Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América e ainda Mr. Walter L. Crawford, Assistente Técnico da ACAR, ela não foi implementada, o que viria a ocorrer em 1955, com a criação da ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.

A leitura dos documentos históricos da ASCAR, admitem inferir que os mesmos interesses do capital internacional e dos setores do capitalismo industrial, financeiro e

1 – Kliemann (1986) relata atividades dos Jesuítas, da Sociedade União Popular, da Liga de União Colonial, que tinham, em parte, um caráter extensionista, na medida em que publicavam “almanaques, anuários e jornais com a finalidade de educação agrícola e defesa dos interesses dos colonos”. (p.119) desenvolvimento capitalista.

comercial do país que haviam adotado outras iniciativas, no sentido de “desenvolver o meio rural” estavam presentes também, nesta ocasião. Basta lembrar que foram instituições fundadoras da ASCAR, a Federação das Associações Comerciais, a Federação das Associações Rurais, a Federação das Indústrias, o Centro Cívico e Social da Produção, o Sindicato dos Bancos e o Banco Agrícola Mercantil².

Deve-se ressaltar que a ASCAR só começou a ter atuação efetiva a partir da assinatura de um convênio entre o Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura (RS), o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos e a ASCAR – são garantidos os recursos técnicos e financeiros, mediante a responsabilidade da nova entidade de ser a executora da extensão rural no Rio Grande do Sul.

Isto posto, pode-se traduzir para o extensionismo gaúcho as análises referidas por diversos autores para a extensão rural no Brasil. Inclusive, cabe ressaltar que a ASCAR passa a atuar em 1956, ano de fundação da ABCAR, que irá congrega todas as ACAR do Brasil, segundo um modelo vertical de orientação. Falando sobre a ABCAR, Rodrigues apud FONSECA (1985:114) diz que, “O período é profundamente marcado pela influência americana: AIA e ETA são membros fundadores e mantenedores, junto com o Banco do Brasil, a Confederação Rural Brasileira e as filiadas (posteriormente ingressarão a MA, MEC, SSR, IBC e o BNCC). Técnicos americanos integram a Assessoria da ABCAR e técnicos brasileiros obtêm oportunidades de treinamento nos EUA”.

Todos os aspectos antes relacionados ganham maior dimensão na medida em que a ASCAR, ao filiar-se à ABCAR, passa a ser mais uma das organizações a seguir as orientações centralizadas no Sistema, posto que era exigido das filiadas que, embora autônomas, deveriam subordinar-se aos princípios gerais adotados pela ABCAR. As exigências gerais da ABCAR para com as suas filiadas levam Fonseca (1985:120) a dizer “A descrição de todos estes aspectos demonstram como o documento era exaustivo quanto ao que se devia entender por um órgão central extensionista, pelo tipo de vida a ser levado por suas filiadas, pela postura no comportamento a ser exigido de seu pessoal, seja no âmbito do trabalho de campo... revela os esforços para consolidar um organismo de forte conteúdo ideológico a ser veiculado no seu interior e no interior de seus ramais, a fim de garantir a

2 – O Sr.Kurt Weissheimer, idealizador e precursor da idéia da criação da ACAR em 1951 e que, posteriormente, foi o primeiro presidente da ASCAR, esteve presente na fundação da ASCAR como representante do Banco Agrícola Mercantil.

lealdade de seus membros à crença de um trabalho harmônico e unificado”.

É necessário resgatar o fato de que a “ideologia” extensionista não tem sua expansão só no interior do Brasil, com a criação das ASCAR. É marcante, nesta mesma época, a disseminação de serviços de extensão rural por toda a América Latina. Inclusive através da leitura de alguns documentos, verifica-se uma certa uniformidade, não só no projeto e suas bases ideológico-políticas, que caracterizam a instituição, como também nos modelos organizativos propostos³. Fica evidenciado que, à idéia central de que a extensão é um processo educativo, cada autor acrescenta outras idéias sobre os propósitos, objetivos e métodos da extensão, sem, no entanto, fugir da visão produtivista, segundo a qual o atingimento de melhores níveis de bem estar para o povo rural deveria passar pela introdução (ensino) de técnicas capazes de garantir aumentos de produção e produtividade. Além disso, cabe registrar que as entidades extensionistas, inclusive a ASCAR, passam a se inscrever no âmbito do setor público agrícola, reportando-se às políticas do Estado, como se refere o item I do art.4.º dos Estatutos da ASCAR (EMATER:1983): “integração à política estabelecida pelos Governos Federal, Estadual e Municipais para o desenvolvimento do meio rural”.

Esta característica passa a ter um significado político cada vez mais importante, tanto que, após ser criada a EMBRATER, a liberação de recursos para a extensão rural nos estados da federação ficará condicionada à existência das EMATER, conforme fica claro no Art.6.º dos Estatutos da EMBRATER (EMBRATER, 1975:21). Este artigo estatutários e reportava ao art.5.º da Lei 6.126 de 06/11/74, segundo o qual, “Poderão a EMBRAPA e a EMBRATER dar apoio financeiro a empresas sob controle estadual constituídas para os fins previstos no inciso III do art.1.º, desde que se sujeitem estas à seguintes condições cumulativas”. (EMBRATER:1975:13). Seguem-se as condições, que vão desde a adoção das diretrizes organizacionais e critérios para a escolha de diretores, dos ajustes dos sistemas de programação e metodologia, até a necessária incorporação das ACAR, ficando assim garantida a reprodução da instituição extensão rural mesmo em nova organização.

Logo, surgem as EMATER, como fruto de uma exigência legal do governo federal, não deixando escolha às unidades da federação que desejassem receber apoio financeiro e

3 – Neste sentido ver, por exemplo: IICA, Fundamentos de Extensión Agrícola. IICA, Montevideo, Uruguai, 1954. 102p. Law, Howard E. Extensión Agrícola. Principios Básicos Y Metodos de Enseñanza. Consejo de Bienestar Rural. Caracas, Venezuela, 1955. 92p.

técnico da nova Empresa-mãe, que em seu documento-Marco Geral de Referência (EMBRATER: 1975) irá detalhar a forma de relacionamento, bem como as diretrizes e estratégias de trabalho.

No Rio Grande do Sul ocorreram uma série de desdobramentos políticos que impediram a criação de uma Empresa Pública, apesar do governo do Estado ter encaminhado Projeto de Lei à Assembléia Legislativa (n.º 116/75). O projeto do Poder Executivo não foi aprovado e, em seu lugar, a Assembléia votou por um substitutivo que criava uma autarquia, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, o qual foi vetado pelo governador. (EMATER: 1983;3). O Rio Grande do Sul contava, na época, com um governador nomeado pertencente, pois, ao mesmo partido que dava sustentação política ao governo militar. Isto fazia com que os interesses imediatos do governo, e dos seus segmentos de apoio, estivessem montados para “cumprir” as orientações emanadas da esfera federal, sem, no entanto, permitir que a oposição ao governo militar e aos governos estaduais nomeados, “tirasse proveito” de qualquer situação. Assim, se o Executivo propunha a criação de uma autarquia proposta pelo Legislativo, mesmo que, para resolver o impasse, o Estado tivesse que optar pelo apoio à criação de uma empresa privada, o que ocorreu.

Foi assim que, a partir do atendimento prioritário aos interesses político-partidários, nasceu a EMATER – RS, cuja sigla foi mantida tão somente para garantir a fachada do sistema que se criava sob as ordens da EMBRATER. A EMATER – RS leva o nome de Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e, conforme o art.1.º dos seus estatutos (EMATER; 1983:1), “é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos...” A EMATER – RS nasceu, pois, sob o comando político do Estado autoritário vigente no regime militar, ajustada às exigências da EMBRATER. Inclusive, a não extinção da ASCAR e a sua existência ainda hoje, se faz mediante um protocolo intitulado “Protocolo Operacional de Ação Conjunta”, segundo o qual a ASCAR abre mão de sua história, devendo a EMATER assumir “as ações que impliquem em formação de imagem pública”.

Uma análise mais detalhada dos documentos acima citados, permite inferir que a criação da EMATER, como empresa privada, constituiu-se num ato desnecessário, porque, na realidade, as exigências poderiam ser cumpridas apenas mediante modificações nos Estatutos da ASCAR, e convênios com a esfera estadual e federal, donde se pode afirmar que o interesse político do regime militar prevaleceu no momento da criação da entidade.

3.4 – A CONTROVÉRSIA HISTÓRICA SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO DA EXTENSÃO RURAL

Já foi dito que a extensão rural baseada no modelo norte americano se organizou no Brasil a partir de 1947/48. Como vimos, depois da experiência inicial ocorreu uma expansão rápida deste tipo de serviço, com a criação das ACAR, nos estados da federação. Este crescimento horizontal teve como pólo orientador a ACAR – MG, que contou com assessores norte-americanos e treinou seu pessoal nos Estados Unidos. É da ACAR – MG que saem os primeiros extensionistas-instrutores, aos quais caberá a tarefa de orientar a organização de outras entidades e ministrar cursos sobre extensão rural para os novos extensionistas que passam a ser contratados. Esta análise ficaria incompleta se não fosse mencionado o papel da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa – MG, que, fundada em 1928, sofreu desde o início a influência norte-americana, e, por sua vez, influenciou na internalização da instituição extensão rural.

As influências externas ao país vão mais longe, pois como relata Luppi (s.d.11), quando da criação da ACAR – MG, “Além da sua contrinuição financeira; que no primeiro acordo era de 5%, a AIA forneceu os primeiros técnicos americanos que, com experiência trazida de seu país, ajudaram a implantar a ACAR nos moldes do Farm Home Administration e do Extension Service. Um destes técnicos foi Mr. Walter L. Crawford, que foi diretor da ACAR por alguns anos”.

É pois sob a influência daquilo que já fora instituído nos Estados Unidos, que, a partir de 1952, começam a ser realizados os treinamentos para extensionistas brasileiros, sendo os primeiros para os Supervisores, para logo em 1956, “a ABCAR fixar uma política de treinamento permanente... Nessa ocasião, nas instalações da Fazenda Ipanema, perto de Sorocaba (SP), pertence ao Ministério da Agricultura, eram ministrados cursos de treinamento em serviços de Engenharia Rural, de Extensão Rural e Economia Doméstica, esses dois últimos realizados por força de convênio com o ETA-Projeto n.º6, de 1955. Em 10 anos, foram aí treinados 400 técnicos para o sistema ABCAR”. (Araujo et alii; 1981:18)

Com o crescimento das filiais do Sistema ABCAR, passaram a ser criados centros de treinamento regionais – CETREINO (Nordeste), CETREISUL (R.G.Sul), CEE (Viçosa – MG) e, logo em seguida surgem os Centros de Treinamento (CETRE), criado em Florianópolis (SC), onde foram treinados muitos dos extensionistas gaúchos e grande número de professores das áreas de Ciências Rurais das nossas Universidades¹.

Esta seqüência de informações tem por finalidade indicar o estreito vínculo que se estabelece, ao longo dos anos, com as orientações centrais destinadas à capacitação do pessoal, o que, de certa forma, viria a garantir uniformidade nos conhecimentos. Tanto isto é verdade, que em certa época, os formandos de Agronomia da UFSM eram dispensados do curso de “Pré-Serviço” na ACAREC, ACARPA e ASCAR, posto que os professores haviam sido treinados pelo Sistema e o currículo da disciplina se adequava às necessidades do extensionista².

A capacitação dos extensionistas consistia, sobretudo, na reprodução de uma série de conhecimentos sobre ensino-aprendizagem, processos de adoção, liderança, comunidades, crédito rural.

O objetivo central, no entanto, era ensinar ao extensionista os métodos e estratégias que deveriam ser utilizados para fazer com que os agricultores e suas famílias passassem a adotar inovações tecnológicas na agricultura e no lar, bem como garantir a ideologia que deveria orientar a ação geral dos extensionistas. De certa forma, a 1.^a Reunião de Especialistas em Treinamento (ABCAR; 1958) confirma esta generalização. O documento diz que “Considera-se como treinamento de Capacitação Inicial de Técnico o preparo e aperfeiçoamento teórico e prático a que são submetidos os técnicos antes de ingressarem no Serviço de Extensão Rural”. (p.11). E vai além, ao afirmar que “O treinamento tem sido um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento da Extensão Rural no Brasil, não somente pela uniformização dos seus princípios doutrinários, mas também, pela oportunidade que tem dado a diversas pessoas de desenvolver suas potencialidades, capacitando-as à realização de um trabalho de educação extra-escolar”. (p. 5)

Os Especialistas em Treinamento, reunidos nesta ocasião (nominalmente citados nas pag. 30-31 do documento supra citado, são em grande número pertencentes ao AIA e ETA) decidem pelo estabelecimento de um currículo mínimo para os treinamentos iniciais, constituído por oito disciplinas básicas: Extensão Rural, Noções de Crédito Rural, Administração Rural e do Lar, Higiene Rural, Relações Públicas e Associativismo Rural. Extensão Rural, com 125 horas abrange o maior tempo curricular de um curso de oito

1 – Quase todos os professores da UFSM, que, na época, se dedicavam ao ensino de Extensão Rural, no Curso de Agronomia, foram treinados no CETRE

2 – Ver: Caporal, F.R. & Fialho, J.R.D. A disciplina de Extensão Rural no Curso de Agronomia da UFSM: Análise Geral e Sugestão de um novo programa. Santa Maria, set/1989, 41p. Mimeo (não publicado)

semanas, enquanto Sociologia deverá ter uma carga mínima de dez horas.

A partir destes esforços a ABCAR passa a garantir a reprodução ideológica de seus princípios, dando “forma” aos extensionistas que ingressam no sistema, considerados como “agentes de mudanças”, aos quais são impostos deveres e responsabilidades³. Não requer este estudo que se entre em detalhes sobre os aspectos gerais dos treinamentos, é fundamental, no entanto, que sejam verificados alguns dos princípios teóricos brasileiros da prática extensionista, cujo detalhamento é oferecido nos documentos do sistema ABCAR – EMBRATER.

A visão de comunidade ensinada aos extensionistas, diz que “poder-se-ia conceber a comunidade como um grupo de pessoas que vivem em uma área definida e que reformam uma unidade cultural integrada, tal como um todo composto de parte independentes”. CETREISUL (1964) esta visão funcionalista, implicará nos pressupostos teóricos que orientaram o “desenvolvimento das comunidades”. Vem daí o segmentos dos chamados “líderes” formais e informais que se tornaram auxiliares dos extensionistas.

E também, a partir daí, que o desenvolvimento rural passa a ser visto, pelas organizações extensionistas, como um processo de sociedade rural. Logo, desenvolvimento é resultado de melhoramentos dos aspectos estruturais e culturais, o que implica em mudança social. Assim o extensionista passa a ser considerado um agente “cuja missão fundamental é produzir mudanças na agricultura, concebida como uma atividade na qual entra em jogo tanto o agricultor quanto a família”. (CETREISUL; 1964:64).

Dentro desta mesma perspectiva teórica, a extensão é considerada como uma “empresa educativa”, porque “A extensão promove educação. Seu objetivo é elevar o nível socio-econômico da família rural, levando-lhes novos conhecimentos, desenvolvendo habilidades e, acima de tudo, formando novas atitudes”. (CETRISUL; 1964:80). Do mesmo modo, às teorias (e leis) da aprendizagem correspondiam, de uma forma clara, os métodos de trabalho utilizados, chamados de “métodos de extensão”. Assim, se o objetivo é informar sobre determinada prática, usa-se a reunião-palestra, se se pretende ensinar uma habilidade, deve-se adequar o método, usando uma demonstração, e assim por diante trata-se da reprodução do instituído no exercício da prática do extensionista.

3 – Ver CETREISUL: Extensão Rural: Coletânea. CETREISUL – ETA – Projeto 61. Apostilha usada no IV Curso de Treinamento Pré-Serviço em extensão Rural. Fev/Mar/Abr de 1964. Vol. I. Pag.71 a 73.

Diversos autores, especialmente norte-americanos, desenvolveram pesquisas que passaram a servir de subsídio à extensão rural. Everett M. Rogers⁴ pode ser considerado o “papa” deste tema, tendo com ele realizado pesquisa, em países do terceiro mundo, inúmeros outros estudiosos do assunto. Com acuidade científica foram estudados os mecanismos que levam os agricultores a adotar inovações, os processos de comunicações que favoreciam ou dificultavam a adoção, inclusive o papel do “líder” rural e dos efeitos da heterofilia e homofilia que poderiam ser resolvidos através dos líderes, bem como dos tipos de mudança social que poderiam ocorrer numa comunidade. Esta influência Rogeriana pode ser identificada, por exemplo, no “Manual do Extensionista” da EMATER – RS⁵, onde além de trazer o autor nas referências bibliográficas de diversos textos, faz referências diretas ao “ideário” difusionista de Rogers, quando diz que: “É por isso que Rogers define estratégias de comunicações como um plano para mudar o comportamento humano em ampla escala através da transferência de novas idéias”. (Emater – RS – Manual – s.d. Cap.19. Pag.2)

A constatação destas fundamentações da extensão rural, que, historicamente, se apresenta como um “processo educativo”, implicaria no surgimento da crítica ao extensionismo – difusionista. Paulo Freire⁶, ao escrever *Extensión o Comunicación?* centra sua análise no modelo de ação dos extensionistas. Segundo ele o agrônomo trabalha para a transferência de tecnologia, sem levar em conta o saber de seu público. Neste processo diz Freire (1983:67) não há comunicação, porque “o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Desta forma, na comunicação não há sujeitos positivos. Os sujeitos co-intensionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo”.

É esta prática extensionista-difusionista propostas por Rogers e seguida pela extensão rural no Brasil, que leva Freire (1983) a concluir que “parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até

4 – Um dos principais escritos de Rogers, que é citado e traduzido com frequência entre nós foi: Roger, E. M. *Modernizations Among Peasants: The impact of Communication*. Holt, Rinehart and Winston Inc. New York, 1969. Vários capítulos deste livro foram traduzidos e divulgados pelo IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA.

5 – EMATER – RS Manual do Extensionista. Porto Alegre – EMATER – Núcleo de Recursos Humanos – CODES – s.d. Mimeo (Catalogado sob n.º 63.001.8 (2) E 55e, na biblioteca do Escritório Regional de Santa Maria)

6 – O livro *Extensión o Comunicación?* de Paulo Freire, foi publicado pela primeira vez, em 1969, pelo Instituto de Capacitación e Invetigación em Reforma Agrária, em Santiago, Chile.

os camponeses, em lugar de (plena comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos”. (p.70)

Desta forma, verifica-se que as bases teóricas que orientam a “educação”, na prática extensionista, exigem uma atitude autoritária. Se a mudança deve ser “induzida”, se a percepção da necessidade de mudança é exógena, se é a entidade, o Estado ou o técnico que a percebem e se, por outro lado, também vem de fora da “comunidade” da tentativa de solução dos problemas detectados, normalmente pela transferência de tecnologia, cria-se um cenário próprio para uma educação autoritária de cima para baixo e, sobretudo, anti-dialógica, na medida em que o sujeito da relação é o extensionista, ao qual cabe a tarefa de transferir idéias para seu “público”. Esse público, no caso, será passivo, objeto receptor de informações.

Diante da constatação desta prática, Freire (1983) vê o trabalho assim desenvolvido como uma espécie de “adestramento” técnico dos agricultores e suas famílias, que sequer se apropriam do saber mesmo porque segundo Freire (1983:27) “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos”. Entretanto, na medida em que os extensionistas são orientados para a inculcação de novas idéias, para fazer com que seu conhecimento técnico seja prevalecer nas relações com o povo rural, de forma a garantir pela “modernização” as mudanças que possam fazer do setor “atrasado” um setor “moderno”, mediante a introdução de elementos que quebrem o equilíbrio de determinado “sistema social” para que este se reequilibre num patamar mais elevado após a “adoção das novas idéias”, fica claro que esta expressão “extensão educativa” só tem sentido se toma a educação como prática da “domesticação”. Mas, “educar e educar-se, na prática da liberdade, segundo Freire (1983:25), não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para “salvar, com este saber, os que habitam nesta”.

Não obstante o debate crítico proposto para Paulo Freire, o difusionismo prevaleceu como orientação maior da prática extensionista. O processo educativo, presente em todas as definições sobre extensão rural, é encarado como meio para fazer com que a população rural “atrasada” compreenda a necessidade do progresso que passe a modernizar suas atividades. Este processo parte do princípio que “desenvolvimento” é um tipo de mudança social na qual se produziu novas idéias em um “sistema social”, (Rogers: 1972) e que a via para o desenvolvimento pode se dar pela modernização, ou seja. “o processo pelo qual os indivíduos mudam de forma de vida tradicional, para um mais complexo, tecnologicamente avançado e rapidamente mutável, estilo de vida”. (Rogers:1972)

Era necessário, pois, educar o povo rural para torná-lo predisposto a mudanças, ou seja, para fazer com que as novas idéias introduzidas desde fora, fossem adotadas. Deve o extensionista, portanto, apoiar seu trabalho numa teoria sólida, que permita sucesso na tarefa educativa. Esta teoria, de adoção de inovações, parte do pressuposto de que a adoção é uma ação que se dá numa determinada situação, ou como explicitam os autores Kaveus e Rogers (1972:38) “A adoção de inovações é uma conduta que implica ação. Isto é, os indivíduos não existem no vazio. Estão comprometidos em uma situação social, atuando e orientando sua ação para algum fim”. Partindo daí, verifica-se porque o educador-extensionista deverá influenciar para que a ação do povo rural, se movimente em uma direção desejada por ele - “educador” - e, no caso, para a adoção de processos técnicos capazes de modernizar as atividades agrícolas, aumentando a renda e propiciando seu ingresso no mercado, de forma a fazer dinâmico o processo de mudança.

Este modelo de educação para adoção, instituído, que via na modernização uma alternativa para as mudanças estruturais, como os próprios autores americanos ressaltam, encontra outros opositores, ao longo de sua história, no Brasil. Cabe destacar um grupo de professores universitários que, reunidos por ocasião da XVI Reunião Anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, em 1976, questionou o ensino da Extensão Rural nas Universidades brasileiras e passou a debater o tema em reuniões sucessivas, propondo um novo currículo para a disciplina⁷.

A preocupação destes professores, segundo indicam os documentos, estava centrada na “tentativa de mudar a abordagem tecnicista tradicional de uma extensão rural importada de realidade econômica e social diversa da brasileira, para uma abordagem voltada para a compreensão dos problemas locais e a criação de alternativas e propostas de soluções adequadas aos mesmos”. (M.A. SUPLAN/ABEAS, 1979;6).

Apesar destes esforços o Sistema EMBRATER mantinha-se firme em suas bases teóricas, difusionistas, revelando, inclusive, sua tentativa de cooptar os professores que preconizavam mudanças na base teórica da extensão, ao copatrocinar o II Encontro, no qual “Pretendia-se, em última análise, proporcionar uma oportunidade adicional para ampliar e aprofundar mais as reflexões já feitas, visando otimizar o “programa padrão” a ser implantado considerando, mais detidamente, os requisitos do SIBRATER”.

7 – Ver: EMBRATER – ABEAS II Encontro Nacional de Professores de Extensão Rural. Relatório. Viçosa – MG. 1977. 46p. M.A. SUPLAN/ABEAS. Programa de Ensino de Extensão Rural. Relatório Final do Projeto. Rio de Janeiro. 1979. 67p.

(EMBRATER/ABEAS; 1977:7).

Os “requisitos”, no caso, diziam respeito ao tipo de profissional requerido pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, o qual deveria estar preparado para a transferência de tecnologia agropecuária, sendo um modo de ação baseado em processos educativos voltados para mudança de mentalidade do povo rural de forma a introduzi-lo à modernização de suas atividades. Sem dúvida, os extensionistas deveriam adequar-se às exigências da extensão rural oficial, para que pudessem agir pragmaticamente na realização dos seus programas. Deve-se considerar que a EMBRATER, já em seu Marco Geral de Referência (EMBRATER:1975), caracterizava como “altamente pragmático” o seu objetivo elaborado no sentido de “contribuir para o aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira” (p.11), ao passo que, ao dizer necessário “explicar claramente sua ideologia de ação”, a empresa reafirma a sua “função básica” de “promover o aumento da produtividade na agricultura através do incremento, respectivamente, da produtividade da terra e do trabalho, sendo estes os pontos de convergência dos objetivos de desenvolvimento do setor e do produtor rural”. (p.17)

A educação, nesta perspectiva extensionista, passa a ser um instrumento através do qual o técnico desperta no povo rural, a necessidade de mudança, para, logo em seguida, propor o rumo, o caminho a ser seguido, quando indica as tecnologias agropecuárias e gerenciais que devem ser utilizadas para suprir as novas necessidades criadas. Ao caráter de desequilíbrio introduzido pelo processo educativo, alia-se o caráter reequilibrador dado pelos processos e técnicas vindos de fora, ensinados pelo detentor do saber acadêmico, que proporcionará uma nova situação de equilíbrio, orientada pela mudança ocorrida, agora em um novo patamar.

Ora, esta “educação” é, antes de tudo, um processo de persuasão, trabalhado pelo extensionista, consciente ou inconscientemente, a partir de mecanismos muito bem estudados. Esta educação se dá mediante uma comunicação dirigida da fonte do receptor, num fluxo unilateral, portanto, autoritário e antidialógico, numa relação sujeito/objeto, sem sequer problematizar a inovação que estará sendo introduzida a partir deste processo educativo.

Há, como se pode observar, uma questão não resolvida na atuação extensionista no que diz respeito ao processo educativo. Assim, em diferentes momentos históricos, quando assumem destaque os debates sobre extensão rural, coloca-se em “xeque” este processo educativo, partindo daí as principais propostas de alteração na atuação da extensão rural. Neste sentido o ressurgimento dos movimentos sociais no campo e nas cidades, no final da

década de 70, exige que a extensão assumira um discurso onde incluía a participação do público em suas atividades. Desta forma, junto com a emergência dos conflitos no campo, quando se explicitam os desejos de mudança do povo rural, a extensão propõe o Planejamento Participativo, que será uma nova bandeira do extensionismo dos anos 80. Do mesmo modo, passa-se a verificar, no discurso da extensão, propostas de mudanças na prática educativa. Ou seja, a extensão rural reconhece o equívoco da sua prática, embora não desenvolva mecanismos capazes de efetivamente transformá-la numa prática democrática.

É assim que, mesmo quando incorpora a idéia do Planejamento Participativo (EMBRATER;1981), imediatamente disseminada para as filiadas do Sistema (EMATER – RS; 1982), onde inclusive sugere-se a utilização das “linhas básicas da pedagogia de libertação, desenvolvidas por Paulo Freire” (p.3), a extensão rural o faz com os mesmos propósitos difusionistas, que baseiam sua ação nos moldes antes instituídos.

Certamente a mais forte e concreta atitude no sentido de mudanças, na questão educacional do extensionismo, viria a ocorrer depois de 1985. Em sua posse, em 15 de maio de 1985, o Presidente da EMBRATER (EMBRATER; 1986) sinalizava para uma nova orientação, quando dizia que não priorizava “os pobres e os pequenos para mantê-los na pobreza e na dependência. Muito pelo contrário. A eles devemos servir com competência, a fim de que vençam a luta que travam, para que sejam menos penosos seus esforços, mais amplos os frutos de seus trabalhos e maiores as parcelas que deles consigam reter”. (p.8)

Para atuar junto a este público, o então Presidente propunha a construção de uma extensão rural democrática e popular e dizia que “Temos de tornar os nossos serviços acessíveis a um número bem maior de pequenos agricultores e de suas organizações. Devemos ser bem mais permeáveis as suas demandas. Para isso, não só repensaremos e aperfeiçoaremos, tornando mais democráticos os métodos e processos educacionais do trabalho extensionista, como ambicionaremos a descentralização e a democratização dos processos decisórios de planejamento e de execução da Extensão Rural em nosso país”. (p.13) Propunha um movimento instituinte no Sistema EMBRATER, abrindo “brechas” para o seu surgimento.

Para esta nova tarefa, no entanto, seria desnecessário repensar também a dimensão educacional da extensão. Exigia-se, agora, que o extensionista fosse capaz de interpretar a realidade sócio-econômica e cultural, bem como fazê-lo de forma conjunta com os agricultores, suas famílias e organizações, mediante processos educacionais adequados. Implicaria, desde logo, num rompimento drástico com o modelo tradicional de educação para

a difusão de inovações, cujo passo decisivo é dado a partir das orientações novas dirigidas para a formação dos extensionistas.

Partindo do pressuposto que, para mudar a forma de atuação e democratizar a atividade extensionista, seria antes necessário resolver a política de capacitação de seus quadros, reafirmando o caráter educativo da extensão rural, a EMBRATER (EMBRATER; 1987) orienta para uma nova concepção de educação, não mais entendida como um processo que “se destina a transmitir (ou difundir) conhecimentos, valores e normas de conduta das gerações passadas (ou das fontes de conhecimento, do saber ou do poder) às gerações atuais, para adaptá-las à sociedade” (p.17), mas agora, como um processo dialógico e participativo que “considera o homem sujeito de sua ação, que exercita sua inteligência, seu raciocínio e sua criatividade na busca de soluções e decisões que sejam capazes de modificar ou transformar o mundo físico e social”. (p.18)

Este quadro de referências permite entender que, quase 20 anos depois de Paulo Freire ter iniciado sua crítica à concepção de educação na extensão rural, seguido por um grande número de estudiosos que propuseram críticas e alternativas à forma de atuação dos extensionistas, o Sistema, em um momento histórico propício, incorpora as sugestões e passa a trabalhar internamente no sentido de transformar seus propósitos de mudanças em fatos concretos, a partir da capacitação dos extensionistas, que como sugeria Friedrich (1985:9) deveria ser “neuroticamente participativa, profundamente democrática e autenticamente educativa (não instrutiva nem persuasiva)”, de forma a dar sustentação para semelhante processo no seu trabalho como o povo rural.

Esta mudança “radical” da fundamentação teórica do que vinha a ser educação na extensão rural, bem como o estímulo desenvolvido desde a EMBRATER, no sentido de democratizar as ações do sistema, favoreceu o chamado “Repensar da Extensão Rural”.

3.5 – O REPENSAR E AS NOVAS PROPOSIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL NA EMATER – RS

O momento do repensar da instituição extensionista pode ser lido como um momento de crise do pensamento tradicional – conservador, hegemônico ao longo de quase 40 anos de extensionismo no Brasil. Na EMATER – RS, não são menos importantes as contradições internas que levam ao repensar. Há um enfrentamento claro entre as idéias daqueles que vêm necessidades de mudança no sentido de garantir mecanismos para uma prática mais

comprometida com as classes subalternas e as idéias daqueles que vêm a extensão como um instrumento a serviço do Estado que deve introduzir, através da difusão de tecnologia, elementos que levem à mudança social, a partir da adoção das tecnologias preconizadas. A extensão, neste último sentido, pode ser vista como um simples instrumento de mudança da mudança, na medida em que o processo educativo é utilizado como mecanismo para inculcar novas idéias, reproduzindo a dominação, sem educar, verdadeiramente, o “público” e o “agente”, cuja relação se dá a partir de lugares sociais diferentes, de “status” diferentes, sem consciência de que a aproximação entre ambos não é suficiente para eliminar os interesses de classe que estão presentes em sua prática, que é mediada pela função do Estado.

É, pois, contra esta “educação reprodutora” do “status quo”, que se levantam os argumentos favoráveis às mudanças. Apesar de ser debatida a estrutura organizacional e o papel da EMATER – RS, enquanto aparelho do Estado, o debate foi centrado na questão da prática do extensionista, principalmente, enquanto tida como prática educativa e, a partir daí, evolui para a verificação das “filosofias”, “objetivos” e “diretrizes” que orientam esta prática.

O momento histórico, vivido a nível nacional que desaguou na “Nova República”, os desafios lançados desde então, a partir da EMBRATER, somados aos efeitos negativos, já bastante evidentes, da modernização ocorrida no meio rural, passaram a exigir que as EMATER's abrissem espaço para o debate e para as proposições de mudança. As contradições que se evidenciam à nível da sociedade, passavam a se tornar presentes no interior do aparelho de Estado, denunciando sua não monoliticidade. As “brechas” passaram a ser ocupadas por aqueles que, comprometidos com os interesses das classes subalternas, pretendiam tirar proveito da crise para introduzir mudanças na prática da extensão.

A crítica e a autocrítica, que já no início dos anos 80, levavam a novas alterações nos objetivos e diretrizes do SIBRATER¹, ganhara espaços nos documentos da EMBRATER. Ao mesmo tempo as diretrizes sobre planejamento participativo determinadas pela EMBRATER, em 1981, e assumidas pela EMATER – RS tiveram também importância na pavimentação do caminho para o “repensar”, pois embora pretendesse resgatar uma “imagem popular favorável, como focos de credibilidade ante os olhos da população e com a legitimidade da coisa desejada...” (EMBRATER; 1981:8), usado, pois, como instrumento de manipulação do “público”, o discurso do planejamento participativo propiciou a abertura oficial da instituição

1 – Sobre as mudanças ocorridas em 80 ver: Revista Brasileira de Extensão Rural. Brasília – EMBRATER – 1 (1) Maio/Junho/1980. p.12 a 14.

extensionista para algumas “teses” antes altamente criticadas internamente.

Na EMATER – RS, as orientações para o Planejamento Participativo, em 1982², diziam em seu item sobre os “fundamentos”: “O planejamento participativo se aproxima muito das modernas teorias de “libertação humana”, de Ivan Lich, que propõe o processo de “diálogo facilitado” pelas “teias do aprendizado” ou do “planejamento humanista”, de Erich Fromm, e utilizará as linhas básicas da “pedagogia da libertação”, desenvolvidas por Paulo Freire”. Desta forma citando oficialmente estes autores, a instituição abriu espaço para linhas teóricas diferentes das usuais, para as orientações dadas por elas e a leitura dos autores citados, permitindo, assim, ampliar a visão sobre as contradições inerentes à prática educativa da extensão.

Documentos oficiais alertavam: “Hoje, mais do que nunca, persistem as dúvidas sobre a eficiência econômica, as conseqüências sociais e os efeitos ecológicos de muitas das técnicas adotadas por certos segmentos de agricultores no Brasil” (...); “A análise crítica da história da Extensão Rural no Brasil permitem constatar que ao entusiasmo com o progresso científico e tecnológico, ocorrido durante a II Guerra Mundial, seguiu-se a convicção de que o povo rural – essa expressão era então usada – melhoraria suas condições de vida e de trabalho na medida em que tecnificasse seus processos produtivos, mercantilizasse suas produções e monetarizasse suas transações. Entretanto, decorridos quase 40 anos, a prática vem, lamentavelmente, demonstrando que poucas dessas expectativas foram concretizadas...” (EMATER: 1987a:13)

Não seria possível, pois, ignorar a história, passar “por fora” da história. Estavam traçadas as condições necessárias para o “repensar” da EMATER – RS, cuja primeira iniciativa é tomada pelos funcionários que, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Servidores da EMATER – RS, votaram, aprovando proposições no sentido de paralisar todas as atividades normais e dedicar o dia 03/06/86 para analisar seu próprio trabalho, em reuniões de grupos das respectivas unidades³.

Imediatamente, após esta decisão, a empresa, através de sua diretoria, “institucionaliza” o processo do repensar, traçando normas e mecanismos para a sua permanência, pois como lembra Mendel (in: Baremlitt:1984. 105), “em nossa sociedade

2 – Ver EMATER – RS – Manual de Programação. Orientações sobre Planejamento Participativo – Porto Alegre – EMATER – RS. p.1 a 16, 15-04-1982

3 – Ver: ASAE. Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada dia 17/05/86, em Santa Maria – RS. POA – ASAE. 1986, 7p. Mimeo

histórica, cada instituição está dividida em níveis técnico e de poder, e que, se trabalha com a instituição inteira, o papel da organização do trabalho e da ideologia é precisamente o de sufocar as contradições internas na instituição”.

Assim, a hierarquização estabelecida para o andamento do processo e o lugar de “obrigação funcional” que o repensar passa a ocupar no dia-a-dia dos servidores, serve para minimizar e ocultar as contradições já evidenciadas no interior da organização, embora não as abafe totalmente, dando curso à construção do “habitus” em sua “dialética instituinte/instituído”⁴. Embora Barbier (1985:153) advirta que “Não há dúvida de que a ordem vigente impõe um sistema de **habitus** instituídos generalizados, que garante a manutenção dos privilégios da classe dirigente-dominante...”, estava em andamento, no interior do aparelho extensionista, o embate de forças entre os defensores do instituído e os que lutavam no sentido de instituir algo novo para a prática da extensão.

Do embate político-ideológico resultou o conjunto de propósitos que passavam a ser assumidos pela EMATER – RS, como sendo suas novas “Bases Filosóficas”, “Objetivo” e “Diretrizes”. Os resultados do processo são representativos do jogo de forças estabelecido naquele momento histórico. Neste sentido, deve-se ter em mente os ensinamentos de Freire (1987:55) segundo o qual “nem sempre é viável a quem realmente opta pelas transformações, fazê-las, há um viável ou inviável histórico do fazer”.

Deste movimento instituinte resultou que a EMATER – RS passa a entender que “o processo educativo-dialógico é o caminho para a população rural ampliar o conhecimento da realidade e das possibilidades que tem para modificá-la na busca de sua promoção”, que a “organização da população rural é condição fundamental para a participação do desenvolvimento”, que deve considerar a “população rural como agente ativo responsável pelo seu próprio progresso” e a partir destas “bases filosóficas” é que a extensão rural se propõe a “Participar do processo de desenvolvimento rural através de uma metodologia de educação não formal participativa, e da organização da população rural (...) tendo como base a sua realidade, visando a elevação do nível sócio-econômico, cultural, político, tecnológico e a preservação do meio em que vive”. (EMATER – RS; 1987:9)

4 – O conceito de habitus é tomado de Barbier (1985:147), segundo o qual “O habitus consiste no resultado do mecanismo de interiorização da exterioridade instituída e, ao mesmo tempo, indica como esse mecanismo se perpetua pela ação e pela organização inconscientes dos agentes sociais”. O autor desenvolve, a partir daí, o conceito dialetizado de habitus.

Também é a partir do “repensar” que a EMATER – RS enfatiza, como primeira das Diretrizes Gerais, a intenção de “Valorizar o homem como agente do desenvolvimento pela sua participação ativa na identificação de problemas e de respostas as suas necessidades reais” e inclui que os extensionistas deverão “Atuar na promoção de mudanças nos processos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais no meio rural, e nas transformações estruturais” (EMATER – RS; 1987:10)

Pela primeira vez na história extensionista fica explícito que “O latifúndio e a Empresa Rural não são público preferencial da Extensão Rural”. Seu atendimento não pode caracterizar “assistência técnica individual” e não pode representar “o comprometimento do objetivo de dar prioridade no atendimento ao pequeno produtor”. (EMATER – RS; 1987:12). Os assalariados rurais, agora público da extensão, devem ser orientados, “mediante um processo educativo adequado” para que se qualifiquem para concorrer no mercado de trabalho, mas também para que compreendam a importância das organizações de apoio, da sindicalização e das formas de se beneficiarem do Plano nacional de Reforma Agrária. (EMATER – RS; 1987:11)

Embora não tenha adentrado na discussão de “para quem” serve a extensão, que “transformações” defende ou ainda quanto ao seu efetivo papel, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, as alterações ocorridas, em contraste com as proposições tradicionais, foram significativas no sentido de servirem como indicadores para mudanças na prática dos extensionistas da EMATER – RS.

Passavam a ser estimuladas as mudanças, inclusive pelo então Secretário de Agricultura e pelo Presidente da empresa, que em seus discursos, por ocasião do Seminário do repensar, proferiram as frases seguintes: “Nenhuma mudança consegue ter efetivo efeito social quando ela é feita de maneira paternalista. (...) Os problemas da humanidade são eliminados quando o próprio povo assume o seu destino e resolve lutar por ele”. (EMATER – RS 1987:36). “A partir de hoje, passamos realmente do discurso para a prática. Será institucionalizada a nova proposta de atuação da Extensão Rural. (...) É uma aplicação do enfoque de trabalho, que não é mais somente transferência de tecnologia, mas uma atuação mais abrangente, preocupada com a conscientização política, social e cultural do meio em que atua”. (EMATER – RS; 1987:39)

Poderia ser vislumbrada então, uma possibilidade objetiva de mudança na prática extensionista, na medida em que os ajustes das normas e regras instituídas orientavam para esta possibilidade. Todavia, segundo a maioria dos 32 extensionistas entrevistados (17) a principal dificuldade para que ocorressem as mudanças propostas é estabelecida pelas

normas e orientações da EMATER – RS.

Além deste aspecto principal, também são apontados como responsáveis pela mudança da prática: Os próprios extensionistas conscientemente (14 respostas), os extensionistas inconscientemente (10 respostas) e os compromissos da EMATER com o Estado (15 respostas).

Este conjunto de respostas, de certa forma, confirmam as hipóteses centrais deste trabalho, como se procurou desenvolver teoricamente. Todavia, parece ficar claro que nenhum destes aspectos determinantes, o são isoladamente. As justificativas dos extensionistas pesquisados apontam para uma tendência de inter-relação entre estes aspectos.-

Respostas como “todos são culpados”, “a estrutura formal da empresa não motivou porque tem compromissos com o governo” (5 respostas), “a idade avançada dos extensionistas não deixa mudar”, “a extensão responde a interesses políticos dos governos” (7 respostas), “os extensionistas não foram preparados pela empresa para mudanças”, “muitos extensionistas julgam seu trabalho perfeito e, portanto não devem mudar”, se confundem com outras respostas tais como: “muitos não sabem como mudar, querem mudar e acabam com a mesma prática, camuflada de democrática”.

Deve-se salientar que não houve, por parte dos extensionistas nenhuma contestação à afirmativa de que existem dificuldades que determinam a não mudança da prática e a adoção das proposições instituídas a partir do repensar. Por outro lado, apenas 6 dos 32 extensionistas, que responderam ao questionário, optaram ainda por indicar outro ou por nenhum dos quatro elementos acima referidos, embora em suas justificativas das respostas mostrem que não são assim tão distantes como pensam os respondentes.

Segundo estes 6 extensionistas, as dificuldades de mudanças na extensão para por em prática o que foi estabelecido no repensar da EMATER – RS são determinadas por “influências da sociedade”, “pelo modelo de desenvolvimento”, “pelo sistema vigente, onde a educação é vista como subversão”, “pelo meio no qual o extensionista trabalha”, pelo “público, que vê o extensionista como técnico e não como educador”, ou ainda “devido à falta de unidade de pensamento sobre um tema que é amplo”.

Analisando o conjunto destas respostas, à luz do que ocorreu na extensão rural, após o repensar, verifica-se que os extensionistas, que responderam ao questionário, indicam um quadro de relativa impossibilidade de mudanças, mas, ao mesmo tempo, apontam para mecanismos que poderiam ampliar o sucesso na implantação das mudanças propostas no repensar.

Como se verificará mais adiante, o atrelamento da EMATER – RS ao Estado, os compromissos da estrutura hierárquica com os programas e projetos, ou mesmo o fato da EMATER – RS responder às políticas dos governos, são elementos indicativos de rumos para mudanças em um cenário político diferente do atual.

O repensar da extensão rural e da EMATER – RS, em particular, com suas novas proposições de atuação, de filosofia, de objetivo, diretrizes e programas, não se completa no campo técnico/organizacional. Os espaços de liberdade de ação dos extensionistas são pequenos, limitados pelos marcos institucionais, que, por sua vez, atendem às demandas geradas pelo papel do Estado.

O repensar, no entanto, teve um aspecto fundamental para o próprio Estado, pois, na medida em que os funcionários do aparelho de extensão estabeleceram um movimento institucionalista, era necessário que este fosse isolado e pudessem vir a permear as classes e frações cujos interesses são antagônicos, contextualizando uma luta maior e indesejável para a ordem social que o próprio Estado deve procurar manter.

Ficou explícito da análise do processo e de seu desdobramento que os funcionários não são “agentes autônomos”, seus limites de ação são dialeticamente estabelecidos e, seguindo-se o raciocínio de Faleiros (1987:108), pode se dizer que “O modelo de integração/concessão foi o recurso político utilizado pelo governo, onde os técnicos controlavam as informações na busca do consenso decisional”, o que de certa maneira ocorreu na EMATER – RS, por ocasião do repensar.

CAPÍTULO 4 – OS VÍNCULOS DA ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA COM O ESTADO E SUA FUNÇÃO

As organizações de extensão rural, criadas e sustentadas pelo Estado, vinculam-se a ele e passam a atuar no sentido de responder às funções de aparelho destinado a apoiar o modelo de desenvolvimento determinado pelas classes política e economicamente hegemônicas.

Daí a importância de abordar este tema, capaz de mostrar limites à prática extensionista, derivados da própria função do Estado e seu aparelho.

4.1 – O ESTADO CAPITALISTA E A EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS

O estudo da extensão rural, no contexto de um país capitalista exige que se

descortine seu vínculo com o Estado e seu papel, enquanto instituição a serviço deste mesmo Estado, para que possa ser melhor atendido, a partir daí, o caráter do extensionismo no Brasil.

Cumpra, de imediato, verificar que Estado é este, que oferece serviços como o de extensão rural, para que não se incorra em dificuldades como as observadas em diversos trabalhos sobre extensão rural, onde aparecem sugestões de mudança que se mostram inviáveis, por serem resultados de análises parciais.

Certamente, quando se fala em Estado, está se referindo ao Estado capitalista moderno. Não se trata do aparelho de representação e não se trata do governo. Aliás, como lembra Harnecker (1973:121), “Toda pessoa ou grupo que se mova dentro das margens estreitas da ideologia dominante, em uma sociedade capitalista, tenderá a substituir o problema da natureza do Estado pelo das formas de governo, e deste modo, se oculta a natureza de classe do Estado que é problema essencial e decisivo”.

Do mesmo modo, deve-se evitar armadilhas comuns, colocadas nos debates teóricos, que podem distorcer as análises realizadas. Assim como o Estado “tipo-ideal” se constitui numa negação da história e do papel do homem na história, posto que ele, o Estado, se modifica na medida em que mudam as relações de produção também deve-se estar alerta como sugere Sweezy (1985:188), para a “tendência da parte dos teóricos liberais modernos, de interpretar o Estado como uma instituição estabelecida no interesse da sociedade como um todo...”.

O Estado capitalista não é, pois, o agente do bem comum. Ele é, segundo Poulantzas (1978:322), “um Estado de classe... é a instância central cujo papel central consiste na manutenção da unidade e da coesão de uma formação social, na manutenção das condições de produção: é, num sistema de luta de classes, a garantia da dominação política de classe”.

Como vemos, além de ser a expressão jurídico-política de uma determinada formação social, o Estado é o lugar de exercício da hegemonia das classes dominantes. Quanto a isto, Gramsci (1989:149) esclarece “que na nação geral do Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)”.

Assim sendo, além de ser o defensor de normas e regras que estabelecem a igualdade e liberdade formais, cumpre ao Estado empenhar-se para que sejam garantidas, ao nível ideológico, as condições de reprodução das relações sociais, que são sua própria garantia de existência.

Ora, se o Estado capitalista se funda a partir das contradições entre capital e trabalho, expressa na luta de classes e, se o Estado incorpora não só a coerção mas também o consenso, como mecanismo para manutenção e reprodução da sociedade capitalista, fica claro que os seus aparelhos, voltados para o meio rural devem fazer, também este mesmo papel. Embora Alves (1987:221) esclareça que, “Nas sociedades onde predominam o modo de produção capitalista a dominação política não se identifica com a relação produção, havendo, por consequência, uma distinção clara entre sociedade civil e sociedade política, a atividade de extensão rural aparece como uma dissimulação da ação política e econômica do Estado, pois atuando enquanto difusora de tecnologias, portanto no nível estrutural, interfere nas relações de produção, enquanto na esfera da superestrutura, estará cumprindo sua tarefa de inculcação ideológica.

Logo, quando se prega que o extensionismo se assemelha a um sacerdócio, que busca o bem estar de todas as famílias rurais, mantém-se encoberta a questão primeira, que diz respeito ao papel do Estado numa sociedade de classes, do qual a extensão não pode se desvincular, por mais que queira. Todavia, poderia se alegar que a extensão atua de maneira diferenciada, prestando serviços em áreas sociais, priorizando os pequenos agricultores, os jovens, as mulheres¹. Esta faceta de Estado bonzinho é, segundo Poulantzas (1986), uma noção ideológica do interesse geral do povo, pois, ao esconder um jogo institucional do Estado capitalista, denota um fato real: esse estado permite, pela sua própria estrutura, as garantias de interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica. (p.135)

Neste ponto, cabe ressaltar que as entidades que atuam em nome do Estado, interagindo e se completando entre si, não possuem poder próprio, emanado de sua própria organização, senão que são movidas pelo poder do Estado, devendo suas atividades atenderem prioritariamente aos interesses das classes dominantes.

Assim, quando se analisa a extensão rural no Brasil, realmente não se pode separar a extensão do Estado, em seus diferentes momentos históricos, mesmo porque ela já nasce e se transforma aderida ao poder do Estado e como instituição a serviço de acumulação

1 - Poulantza, Nicos. O Estado Capitalista e os interesses das Classes dominadas. In: Poder Político e Classes Sociais. 2.ed. São Paulo, Martins Fontes. 1986. p.185 a 188. ... essa política social, embora eventualmente se caracterize por sacrifícios econômicos reais impostos às classes dominantes pela luta das classes dominadas, não pode em caso algum, operada nesses limites, questionar as estruturas do tipo capitalista do Estado. (p.188)

capitalista.

Embora muitos autores cite o ano de 1961, como um marco da institucionalização do serviço de extensão rural no Brasil, quando se formaliza o repasse de recursos da União e dos Estados para a manutenção dos serviços², é bem verdade que o ato representa tão somente a vinculação formal da extensão ao governo, passando a se constituir em instrumento de política para o setor agrícola, ou seja, sancionada socialmente, a instituição passa a ser realizada como instrumento do Estado.

Aqui reside outra controvérsia. É a extensão rural um instrumento de política agrícola ou ela constitui um serviço político do Estado para atuar no meio rural? Na verdade, ao que percebe, ambas as respostas seriam positivas, pois, em certos momentos a extensão atua como instrumento de política (quando transfere tecnologia, induz ao uso de bens industriais, etc...) e em outros atua como instrumento político (ao decodificar, junto ao povo rural, as orientações emanadas dos centros de poder, de planejamento do “desenvolvimento” da agricultura).

De qualquer forma, ficando com o que estabelece o texto constitucional, onde a extensão rural é colocada no rol dos instrumentos de política agrícola, o que temos é o Estado presente, disseminado no meio rural, segundo a EMBRATER (1990), atuando em 3217 municípios de 26 Estados da Federação.

Pode-se concluir daí que as organizações oficiais (públicas = setor público, para diferenciar do setor privado) se constituem em aparelhos ideológicos de Estado³.

Seus vínculos formais, que, no início, se estabelecem, mediante convênios, passaram a assumir novas situações com o passar dos anos, ou seja, na medida em que os aparelhos mostram-se eficientes para os objetivos do Estado, os governos que se sucederam, passaram a trazer mais para junto da estrutura organizacional do Estado, estas entidades. Foi assim que surgiu a EMBRATER, num passo decisivo dado pelo Estado, no sentido de ampliar a situação ao processo de modernização da agricultura, sua industrialização e

2 – Segundo Araújo et alli (1981:1) “Duas manifestações de apoio governamental ao sistema ABCAR foram o decreto Federal 50632 – 19/05/61, que disciplinou a assistência técnica e financeira da União à ABCAR e o Dec.50662 que declarou a ABCAR e as Associadas filiadas como de utilidade pública. Ver ainda: Lopes, Renato Simplício. Evolução Conceitual da Ext. Rural no Brasil. MG. ABCAR – MG – 1971 – 17p.

3 – No item 4.2 volta-se a abordar a questão do aparelho Estado de Extensão Rural

conseqüente subordinação nos complexos agroindustriais⁴.

A criação da EMBRATER é, posteriormente, das EMATER deu ao Estado um novo poder de ação junto ao meio rural, pois como diziam os Ministros na Exposição de Motivos n.º 08/74, que propunha ao Congresso a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER 1975:10), se fazia necessário um “mecanismo de operação flexível e poderoso”, um “organismo forte e ágil”, um “instrumento rápido e eficiente para a execução de programas integrados...”. Desde então, as atividades de Assistência Técnica de Extensão Rural das empresas públicas respondem aos interesses maiores, estabelecidos nos planos do governo, quer no nível federal, quer no estadual.

O caso da EMATER – RS pode servir como exemplo típico da subordinação formal dos programas de extensão a estes planos, independentes do governo ou do partido que ascenda ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, o que demonstra servir a entidade como instrumento de política do Estado. A leitura dos PROATER – Programas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, que se constituem no documento base da ação extensionista, ou dos planos diretores, permite verificar este vínculo. Já no primeiro PROATER, elaborado pela EMATER – RS para o ano de 1978, diz que “o seu conteúdo programático representa uma síntese, devidamente compatibilizada das diretrizes políticas dos Governos Estadual e Federal para o desenvolvimento no setor agropecuário”. EMATER – RS: 1977). Por sua vez para o plano diretor dos anos 80/81 a 84/85, “serviam de base para o estabelecimento dos objetivos, ou III Plano Nacional de Desenvolvimento (IIIPND) – 1980/85 – e o documento “Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – 1979/82”. (EMATER – RS; 1980:25).

Esta aderência do Plano de Assistência de Extensão Rural mantém-se, embora assumindo características diferenciadas, como se observa no Plano Diretor 85/87, no qual além de dizer que “as políticas do Governo Federal e Estadual para o setor agropecuário servem de marco de referência para a definição das diretrizes que devem nortear o serviço de assistência técnica e extensão rural...”, inclui ainda uma síntese sobre estas políticas. (EMATER: 1985,57-60).

Por fim, verifica-se que embora se proponha ao objetivo de elevar a renda e o bem estar de famílias rurais, a extensão rural encontra-se vinculada ao Estado, enquanto organização da “esfera pública”, quer enquanto política agrícola e/ou executora de políticas

4 – Sobre o processo da subordinação da agricultura à indústria. Ver: Kageyama, Angela (Coord.) 1987 e Müller, Geraldo. 1989. citados na bibliografia.

dos governos, que por sua vez falam e atuam em nome do Estado, logo, em favor do poder hegemônico das classes dominantes. As entidades da extensão rural, portanto, no âmbito do Estado capitalista, sob diferentes perspectivas de análise, aparecem sempre com Aparelho de Estado, manejando um conjunto de regras e normas que lhe dão o rumo da ação e a justificação para a sua existência.

4.2 – A FUNÇÃO DO APARELHO EXTENSIONISTA

Vimos que as organizações de extensão rural se inscrevem no círculo das chamadas políticas agrícolas, ou seja, dos aparelhos do Estado dirigidos para o meio rural, e que tem por finalidade prestar assistência técnica e fazer extensão rural. Vimos também que a sua concepção a extensão rural é definida como um processo “eminente educativo”. Por sua vez, este conjunto de atividades, de assistência técnica e extensão rural enquadram-se nas chamadas “Políticas de Desenvolvimento Agrícola” que, historicamente, tem concentrado sua orientação no conhecimento tecnológico e na transferência deste conhecimento, desde os centros de saber, - Universidades, Centros de Pesquisa – até as famílias rurais, para que essas, em adotando, assimilando este novo conhecimento, essas novas idéias, saiam da sua situação de “atraso”, melhorando seus níveis de vida.

A tarefa de extensão “é em essência, um processo de ação educativo, envolvendo os agricultores, suas famílias e as próprias comunidades, orientando de modo a induzir mudanças quanto ao comportamento individual e coletivo...” dizia a ABCAR (1986:5). Por sua vez, a EMBRATER (1975:6-11) afirma que “apesar de seu objetivo altamente pragmático, de contribuir para o aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira... caracteriza sua ação como em eminentemente educativa”. Já, a EMATER - RS, filiada seguidora das orientações da empresa mãe, observa a mesma linha, acrescentado que “Deve-se levar em conta ainda, que as decisões do produtor, se baseiam nas experiências vividas no próprio meio. Vencer tradição, hábitos e costumes já arraigados é **tarefa educativa** (grifo nosso), requerendo habilidade especial do extensionista.” (EMATER s.d 2-10).

Deve-se considerar, antes de avançar na questão, que a extensão rural se propõe como um processo de educação não-formal, extra-escolar. A sala de aula do “agente de mudanças” e o campo, a lavoura, a casa do agricultor ou qualquer ambiente adequado para a mensagem do momento. Neste processo não há currículo fixo. O conteúdo tem a ver com

o objetivo central de transferir tecnologia agropecuária, gerencial e social (saúde, habitação, alimentação). Logo, a extensão rural não trabalha no sentido de transformar a realidade, senão que se empenha para reproduzir as condições de produção, ou seja deve adestrar os produtos e suas famílias para que se adaptem as novas condições impostas pelo capitalismo. Neste sentido, a base “filosófica” que orienta o trabalho, ensina que as mudanças no sentido do “desenvolvimento rural”, do aumento da renda e da consequência melhoria do bem estar da população rural dependem, fundamentalmente, da melhoria dos processos produtivos, capazes de aumentar a produção e produtividade do empreendimento agropecuário, bem como da maior produtividade de mão de obra empregada neste trabalho. Ora, isto está impregnado por uma ideologia tecnicista, que no fim pretende induzir a adoção das novas idéias (máquinas, adubos, etc...) sem questionar, sequer, as bases estruturais onde elas serão empregadas. Na verdade este processo educativo extensionista não discute as relações de produção, nem a forma como estão sendo reproduzidas ou como se dá a apropriação da riqueza criada pela forma de trabalho empregado na produção agrícola.

Assim, pode-se dizer que a função educativa da extensão rural é uma complementação a educativa da extensão rural e uma complementação a educação que ocorreu em período anterior, quer no seio da família, da religião, do Aparelho Ideológico de Estado-escolar ou através de qualquer outro AIE, já que eles se completam em seu papel.

Recapitulando, cabe lembrar que está sendo analisada a extensão rural, no contexto de um Estado capitalista. O Estado que segundo Alves (1987: 241) “é uma forma de organização policial” não direta e intimamente orgânica do processo produtivo, mas que ele mantém relações internas essencialmente vinculadas na medida em que promove, no marco de sua própria natureza, as condições próprias para a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Para garantir essa acumulação, o Estado legisla, organiza e interfere nas esferas da produção e da circulação, empenhando-se também, e, por consequência, no seio das relações da sociedade civil”.

Mesmo considerando que este Estado não tem autonomia absoluta, pois expressa as contradições originadas nas próprias relações de produção de modo capitalista, ele assume um papel importante, senão decisivo, através de suas determinações políticas e programativas, o que passa a ser objeto da tarefa da extensão rural, quando se trata de agir naquele meio geográfico. Desta forma a extensão rural assume decisivamente seu papel de Aparelho de Estado, pois é através dela que, não só o Estado intervém de forma indireta no processo produtivo, como também intervém de forma direta, através da ideologia, na

reprodução das condições sociais de produção.

Assim, no caso da extensão rural no Rio Grande do Sul, embora a EMATER – RS tenha sido constituída como entidade civil, de direito privado, como eram as antigas ACAR e ABCAR, elas assume um vínculo formal com o Estado, na medida em que se compromete, através de convênios, a executar as políticas para o “desenvolvimento” do meio rural, e um vínculo informal, quando se propõe , a ser uma agencia de mudanças, organizada nos moldes estabelecidos pelas leis do Estado e dele dependendo financeiramente para manter sua atividade.

De qualquer forma, como lembra Poulantzas (1978: 325), “O fato dos aparelhos ideológicos de Estado terem, muitas vezes, um caráter ‘privado’, isto é, não oficialmente reconhecido como Aparelho de Estado, não deve surpreender. Com efeito, a distinção entre ‘privado’ e “publico ” e uma distinção puramente jurídica... Esta distinção “privado publico ” não muda, pois, em nada o fundo da questão dos aparelhos de Estado. No caso específico da EMATER – RS, questão fica mais clara, pois seu grau de dependência política e financeira ao Estado, reduz, substancialmente, o possível grau de autonomia dado pelo seu caráter “privado ”.

Chega-se, então, ao ponto central da questão. Em sendo AIE, a extensão rural, em sua pratica, não tem o papel de criar ideologias, simplesmente lhe cabe “elaborá-la”. Ou seja, as ideologias dominantes, numa determinada forma social, devem ser trabalhadas de forma a fazê-las acessíveis ao povo rural - publico da extensão – e através de seus métodos educativos, fazer com que elas passem a ser aceitas por este publico. Pode-se então, comparar o processo de educação dito “informal” ou “não formal” trabalhado pela extensão, com a educação formal, escolar.

Na extensão rural, a base teórica do processo educativo pode ser evidenciada a partir de um conjunto de elementos pertencentes a várias escolas pedagógicas. Tomando por base os escritos de Saviani¹, encontraremos elementos do modelo educativo da extensão rural, pelo menos nas chamadas escolas pedagógicas tradicional, nova e tecnicista. Entre eles destacamos: o professor que sabe tudo e o aluno ignorante, que precisa aprender para elevar-se na posição social: o deslocamento da questão educacional do âmbito político para o técnico-pedagógico; abre-se para a iniciativa do aluno; busca a utilização racional dos

1 – Saviani, Dermeval. As teorias da Educação e o Problema da Marginalidade na América Latina. Cad. Pesq. São Paulo. (42) 8.18 Agosto 1982. Ver também Saviani, Demerval. Escola Democracia. 20.ed. São Paulo, Cortez & Autores Associados., 1988. 103p.

meios. Enfim, pode-se dizer que, trabalhando no marco teórico destas teorias, segue os principais rumos estabelecidos por cada uma das correntes pedagógicas, ou, como ensina Saviani (1982,11) “se para a pedagogia tradicional a questão central é aprender e para a pedagogia nova aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer”. Assim se pensa no extensionismo.

É a partir desta base teórica que a extensão atuará ao longo de sua história e, utilizando-se deste instrumental pedagógico, destacar-se-á, como um dos principais AIE a atuar no meio rural (onde a escola até hoje ainda se constitui numa “deficiência” não resolvida pelo Estado) concorrendo, como diz Althusser (1985:78) para “a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista”. E o autor alerta que “É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande partes, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista...” (p.80), para logo em seguida, desculpando-se com os professores, que lutam contra o sistema, acrescentar: “São uma espécie de heróis. Mas eles são raros, e muitos (a maioria) não têm nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, o que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos)”.

Embora seja retomado o tema do “agente de extensão”, na seqüência desse trabalho, é bem verdade que a a inculcação ideológica nos AIE, não só é tarefa “para fora”, dirigida para o público, como também se desenvolve nos limites internos dos aparelhos levando a “maioria” dos agentes a não compreenderem seu real, papel, como ocorre com os professores lembrados por Althusser.

Mas onde está o caráter ideológico do trabalho extensionista? Em primeiro, lugar, deve ser procurado na própria natureza do Estado capitalista. Logo em seguida, nas funções desempenhadas pelo Aparelho de Extensão. Neste caso, sua atuação, segundo uma linha de raciocínio que entende ser necessário educar os “atrasados” para que se tornem aptos a aderir à modernização do processo produtivo e, conseqüentemente, se subordinarem, cada vez mais ao modo de produção dominante, parece ser o elemento mais evidente. Por outro lado, a compreensão de uma comunidade homogênea ou a negação de uma sociedade de classes, com interesses diferentes, por vezes, antagônicos, leva o povo rural a ser tratado como se todos fossem iguais. Isto, por sua vez, implica em fazer com que o público se coloque numa situação de conformismo diante de sua condição de subordinado, o que

passa a impedir que ele compreenda o caminho objetivo de sua luta para superar as necessidades materiais.

Na mesma linha, pode-se recorrer a Apple (1989:35) quando ele afirma que “Nossa busca de metodologia neutra (para a educação) e a contínua transformação da área em uma “instrumentação neutra” a serviço de interesses estruturalmente não neutros servia para nos ocultar o contexto político e econômico de nosso trabalho”. Da mesma forma, na extensão, a “neutralidade” dos métodos assume um caráter ideológico, mesmo considerando a “liberdade” de participação dos produtores e suas famílias nas atividades patrocinadas pelos extensionistas. Um “Dia de Campo”, para mostrar resultados em uma “propriedade assistida”, o que é, senão uma forma de reforçar “valores meritocráticos” que justificam a distribuição de recompensas diferentes e a separação entre “bem sucedidos” e “fracassados”, propiciando lições de desigualdade”².

O mesmo ocorre nos Concursos de produtividade, um método de extensão considerado “neutro” e usado entre jovens e adultos, reforçados a competição, o individualismo e a pseudo-igualdade entre os desiguais. Assim ocorre com a escolha e treinamento de líderes ou com a implantação de unidades demonstrativas estrategicamente colocadas nas propriedades “mais representativas” de uma “comunidade”.

Voltado ao conteúdo das mensagens extensionistas, pode-se evidenciar outros aspectos da ideologia dominante na prática, desde o uso indiscriminado de máquina e insumo, até as atividades assistencialistas desenvolvidas junto às famílias, no sentido de que para os pobres devem ser recomendadas “tecnologias adaptadas”, devem ser orientadas as formas de utilização adequada de alimentos e de remédios caseiros, sem uma crítica sobre as razões que determinam estas práticas e aquela pobreza.

Deve-se salientar que não só o uso e a quantidade dos métodos usados é uma constante na prática fiscalizatória da supervisão, como sobretudo os resultados alcançados, ao longo dos anos, mediam quantidades de máquinas, equipamentos e insumos que passaram a ser utilizados devido ao trabalho de extensão. Os meios são confundidos com os fins nem sempre estão de acordo com as necessidades materiais da população rural, embora respondam às necessidades gerais do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

2- Karabel e Halsey, **Educational Research: A review and Interpretation**, citado por Apple, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre. Artes Médicas.1989, 201p.

A questão ideológica fica evidente também na seleção do “público assistido”. Não há relatos, na EMATER-RS, sobre o trabalho com assalariados rurais. A posse da terra ou a propriedade são condições para a seleção do público, evidenciando uma das características fundamentais do capitalismo. O trabalho com assalariados rurais, embora não apareçam como “público”, ocorre em ocasiões especiais, quando da realização de “Cursos de Capacitação de mão de obra”, que ocultam, ideologicamente, o significado da mão de obra especializada e da divisão do trabalho em benefício dos “patrões” proprietários, que compram esta mercadoria mão-de-obra para realizar as atividades de produção e realizar a mais-valia, que irá sustentar seu processo de acumulação.

Muito embora os exemplos, pequenos, justamente, por serem tirados do empírico e referirem-se a um dado momento da realidade histórica, pareceu necessário trazê-los, para localizar os aspectos ideológicos da prática extensionista, que de resto, enquanto prática educativa do Estado, serve para “a eliminação de obstáculos ao crescimento econômico – tais como resistência cultural às inovações – e criação de condições imprescindíveis à eficácia do mesmo”. (Ammann; 1987:105).

Verifica-se, pois, que a extensão rural incorpora o papel de reprodução da ideologia dominante e, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, passa a cumprir sua tarefa de trabalhar pela manutenção do “status quo”. Tal como Ammann (1987:164) conclui para a questão do “desenvolvimento de comunidades”, pode-se dizer que também a extensão “no meio rural... acentua a acumulação do capital e a exploração da força de trabalho, colaborando para o aumento da produtividade do trabalho e para a introdução de modernas técnicas- ditadas pelo modo de produção capitalista – das quais redundam uma maior apropriação do excedente do trabalho”.

Por outro lado, o trabalho educativo da extensão, voltado para a modernização, para romper como atraso e para vencer as barreiras ao desenvolvimento do capitalismo no campo, destaca-se por articular as políticas do Estado com as pseudo necessidades criadas junto ao povo rural – visto como homogêneo – conseguindo de maneira educativa o consentimento passivo desta população para que possam ser colocadas em práticas as estratégias políticas, montadas pelos “planejadores” em seus programas para o meio rural.

No limite da ideologização da prática educativa da extensão rural encontraremos a sua própria auto-justificação. Atuando junto ao povo rural, a extensão “difunde” a idéia de que, como atividade educativa, ela é um direito de todos e, portando, se coloca à disposição de todos, como uma obrigação do Estado, um “favor” do Estado. Entretanto, como diz Faleiros (1957:59) “Na realidade, em primeiro lugar, criam-se os programas, para em

seguida criarem-se as necessidades esses programas... A “solução” deve então passar pelas normas estabelecidas para resolvê-los e nós sabemos que as normas estabelecidas para resolvê-los e nós sabemos que as normas estabelecidas criam problemas. Assim a instituição auto-justifica-se, já que se define em torno dos objetivos que venham a responder às necessidades sociais de forma permanente e mais adequada possível”. Este processo de envolvimento, que, por sua vez, conforme público, agente e problema numa teia indecifrável onde começo e fim ocultam-se, implica, necessariamente, num processo de alienação da realidade, no qual a dominação e a subordinação dos atores passa a ter uma feição de legitimidade, logo, sua atuação na relação agente/público tende a ser acrítica, subalternizada ao poder do Estado e, portanto, ao capital.

Deve-se entender que isso tudo não ocorre da forma determinista que pode dar a entender o texto acima, sobretudo, porque o Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estados não são monolíticos e infensos à luta de classes que se desenvolve na sociedade e no seu próprio interior. Tampouco a atuação dos AIE pode desconsiderar e ficar imune que se dá entre os agentes da produção, entre eles próprios, e deles perante os aparelhos do Estado. Por sua vez, os profissionais que atuam no AIE também não formam um todo homogêneo, daí porque sua relação com o público, bem como sua prática, enquanto agente do Estado, são diferenciadas, embora esta diferenciação responda a limites impostos pelo papel de AIE, que deve executar a organização.

CAPÍTULO 5 – O ESTADO, O APARELHO E A PRÁTICA DO EXTENSIONISTA LOCAL

Muitas forças em disputas no interior do Estado, de seus aparelhos e da próprias sociedade civil, acabem por interferir, profunda e decisivamente no rumo dado à prática dos extensionistas de campo. É necessário, numa perspectiva de mudanças, ter claro que “o objeto, pois, da transformação da prática política é a estrutura das relações de poder e domínio na sociedade, para atender aos interesses da classe que se apossa desse poder”, como lembra Pinto (1986:98).

Estas relações de poder, no entanto, chegam ao extensionista de campo, aberta ou dissimuladamente, através de mecanismos, muitas vezes tidos como “normais”, “positivos”, favoráveis para o desenvolvimento de uma “boa prática”, com “resultados satisfatórios”,

razão pela qual, neste capítulo busca-se trazer à luz da análise alguns elementos deste poder e das relações, que de alguma forma auxiliam para o patrulhamento dos extensionistas, no sentido de que sua prática, seja sempre uma prática ajustada aos interesses predominantes.

Estes elementos, como mostra a pesquisa de campo, aparecem não só no interior do aparelho, surgidos do interior da organização, mas também no exterior da organização, a partir de forças externas, sob as quais o extensionista de campo acaba ficando subordinado, como se verifica a seguir.

5.1 – O DUPLO PAPEL DAS NORMAS E REGRAS INSTITUÍDAS

As normas e regras que orientam a ação extensionista, bem como o conteúdo do discurso encontram-se escritos nos Documentos e Publicações da EMATER – RS. Canuto (1984) analisando o discurso da EMBRATER, classifica os Documentos e Publicações (D&P) em quatro grupos, tomando por base sua natureza e público destinatário. Segundo ele, o primeiro grupo dos D&P é aquele destinado a alimentar “instâncias superiores da burocracia estatal”, contendo um discurso justificador das próprias ações da empresa. Um segundo grupo seria formado pelos D&P destinados à população urbana, aos políticos, aos intelectuais, têm a finalidade de “criar uma visão favorável aos serviços da empresa”. O terceiro grupo é formado pelos D&P que se destinam ao público beneficiário, “os quais, além do conteúdo propriamente técnico, informam um conteúdo ideológico ou de propaganda”. E, por fim, existe um quarto grupo de D&P destinados aos próprios servidores, particularmente aos extensionistas, “especialmente constituídos de documentos que informam sobre as diretrizes de ação e sobre a doutrina extensionista”. Entre o público interno também têm circulação outros D&P, produzidos nos escritórios central e regionais, tais como, manuais, resoluções, circulares, jornais, relatórios, “coletâneas”, informes técnicos/administrativos que servem para “integrar o técnico à filosofia” e às normas e diretrizes da Empresa. Para Canuto (1984:80) “Somada a outros meios (contatos, reuniões) estas publicações servem de veiculadoras da ideologia da Empresa e do Estado, fornecendo subsídios que, consciente ou inconscientemente, serão repassados aos agricultores” e acrescente-se, internalizados pela maioria dos extensionistas.”

Na EMATER – RS, pode-se identificar três manuais que assumem especial importância no estabelecimento das normas e diretrizes. O Manual Administrativo de Programação e o Manual do Extensionista (ou de Capacitação Inicial). Estes três manuais,

disponíveis em todos os escritórios da empresa, servem como “catecismo” para os servidores, na medida em que foram concebidos para serem instrumentos de consulta, permanentemente atualizados, de forma a sanar dúvidas sobre normas e procedimentos que devem ser seguidos.

Não importa, neste momento, fazer a análise dos documentos em si, senão verificar que o discurso contido em diferentes documentos pode ser elaborado de forma diferenciada, para atender fins específicos, levando inclusive a contradições entre o que é dito “para dentro” e o que é dito “para fora” da empresa. Importa, ainda, verificar, a partir dos documentos e d pesquisa de campo, alguns aspectos das normas e diretrizes que possam interferir na prática do extensionista.

Uma primeira constatação diz respeito à “democratização”, ocorrida no aparelho de Extensão após o repensar. A leitura dos questionários de pesquisa permite apontar uma tendência generalizada, na percepção dos extensionistas, quanto a estes aspectos. Citações como, “hoje é diferente”, “atualmente as coisas mudaram”, “leva-se em conta realidade”, “o extensionista tem autonomia para decidir” são bastante freqüentes no conjunto de respostas. Entretanto, quando perguntados se a questão de normas, diretrizes e orientações tem sido manejada de forma democrática dentro da empresa, 60% responderam que não, embora mesmo entre aqueles que responderam sim, fiquem explícitas afirmações contraditórias tais como: “existem ressalvas”, “sempre há receptividade para discutir”, “pode-se adaptar à situação municipal”, “depende das pessoas”, “molda-se à nossa realidade”. O certo é que, entre três alternativas oferecidas, dezoito dos trinta e dois respondentes optaram por afirmar que é possível discutir, mas não podem ser mudadas normas, diretrizes e orientações no nível do extensionista de campo, enquanto quatro disseram que a função do extensionista é apenas executá-las, cumpri-las.

Desta forma, como não é praxe a participação dos extensionistas de campo no estabelecimento das “regras do jogo”, pode-se dizer que ao serem impostas, como em qualquer outra empresa, o aspecto democrático restringe-se à forma de repasse aos escalões hierárquicos inferiores. Este repasse deve aparecer, aos olhos dos executores, como algo participado, democrático ou pelo menos necessário, único caminho a seguir.

Este “manejo” democrático, leva os extensionistas a acreditarem em certo grau de autonomia, tanto que dezoito responderam que, ao tomar decisões sobre a forma de executar suas atividades, se sentem livres, com autonomia para agir e assumir compromissos, sem se darem conta de que a execução é resultado das normas pré-estabelecidos. Mesmo assim, há uma percepção sobre seus limites, pois mesmo entre os

que se crêem livres para executar, há inúmeras ressalvas quando dizem que: “o que foge à rotina é discutido”, “pode-se escolher caminho para atingir determinado fim”, “é permitido executar as atividades normalmente, desde que estejam dentro das normas”, “porque tomo decisões dentro daquilo que a empresa propõe”, “algumas vezes há interferência”.

Por outro lado, embora sendo minoria treze optaram por responder que ao executar suas atividades se sentem tolhidos por receio de represálias, avaliações negativas, ou inibidos por pressões da organização. Dentre estes, deve-se destacar afirmações que apontam para o elevado grau de subordinação ainda existente entre parte dos extensionistas, quando dizem: “prevalecem as idéias vindas de cima e por elas somos avaliados”; “cabe-nos executar tarefas impostas”; “temos receio de realizar práticas que não venham ao encontro do que pensam os ARER/ATR, pois podemos ser retaliados”; “você é avaliado pelo grau de submissão”¹.

Verifica-se, pois, que as normas/diretrizes/orientações são, normalmente, o parâmetro balizador da prática dos extensionistas, todavia não o são de maneira absoluta. A particularidade da prática, que se dá, quase sempre, longe dos superiores hierárquicos permite relativizar o grau de pressão e os próprios limites que as normas estabelecem para a execução das atividades.

A mesma constatação das normas em geral, pode ser confirmada tomando aspectos mais particulares, como por exemplo, a questão do planejamento. Este, embora desde o início da década de 80 tenha aparecido no discurso com recomendações para que seja participativo, o que foi referendado e reforçado no repensar, em 1986/87, apresenta-se como um exemplo claro das dificuldades impostas pela organização e suas normas e regras à prática do extensionista. Estas normas, oriundas dos escritórios central e regionais, caracterizadas como diretrizes para o planejamento são, em sua maioria, elaboradas pelos extensionistas das áreas técnicas, os ATE e os ATR. Assim, a noção de que o “planejamento participativo acontece desde o nível municipal tendo início no diagnóstico da realidade rural” (EMATER 1983) é uma noção absolutamente falsa, embora instituída e internalizada como verdadeira.

1 – ATE, ATR e ARER são funções hierárquicas da estrutura organizacional da EMATER – RS. ATE – Assistente Técnico estadual, tem atuação a nível estadual e sede em Porto Alegre. ATR – Assistente Técnico Regional: atuam nos escritórios regionais, na área geográfica de cada coordenadoria Regional. ARER – Assistente Regional de Extensão Rural são funcionários de nível regional, subordinados a uma Coordenadoria Regional e com atuação em uma micro região, formada em média por 7 a 9 municípios.

É falsa, na medida em que o diagnóstico preconizado pela organização é apenas parcial, posto que se constitui em um apanhado de dados de um determinado momento, basicamente composto por elementos da situação econômica das explorações agropecuárias do município, tomadas de fontes secundárias, na maioria das vezes (principalmente usando dados do IBGE e Prefeitura). Há um privilegiamento para informações que dizem da produção e produtividade das culturas e criações, do número de produtores, da composição da população rural.

São raros, nos “Estatutos da Situação”, acompanhados de análises sobre questões estruturais ou conjunturais específicas por “comunidade”, ou mesmo análises que indiquem as relações de produção presentes no meio em que o extensionista irá atuar, o que fica claro quando a diferenciação do público continua sendo feita tomando categorias ambíguas como pequeno, médio e grande produtor rural, jovens rurais e famílias.

Isto mostra que a “liberdade” do extensionista esbarra em formas específicas de atuação exigidas desde cima, que, embora não digam que ele não deve avançar nos seus diagnósticos da realidade, induzem para determinados rumos de ação, ao privilegiarem certos tipos de informação que poderão ser “úteis” no planejamento.

Embora, no discurso, a empresa proponha o “planejamento participativo”, os instrumentos utilizados para o registro do plano dirigem o extensionista para um tipo de “participação”, voltado para atender aos interesses da organização, que produz formulários (CPLAN 1A, 1B e 1C), nos quais os extensionistas devem registrar, por projeto, informações de caráter quantitativo. Assim, o “diálogo” proposto, como mecanismo adequado para a apreciação da realidade, torna-se um diálogo dirigido para atender os aspectos exigidos pelos formulários dos programas/projetos, caracterizando uma “ideologia” da participação histórica na prática extensionista, ou seja, os “assistidos” participam naquilo que a organização se propõe a atuar².

Esta questão fica mais clara quando se verifica, por exemplo, que o processo de

2 – A mesma constatação feita por Amman (1987) sobre o discurso do Planejamento Participativo dos programas de Desenvolvimento de Comunidade, se confirma para o discurso participativo da extensão rural. Segundo a autora, “a participação passa a ser concebida como uma “função” da integração social e esta é traduzida pela adesão às plataformas das classes dominantes, segundo sua aceitação de desenvolvimento. Mediatiza-se, nas condições dadas, o postulado de Parsons, no sentido de que a participação represente uma forma pela qual os membros de uma sociedade dada legitimam o sistema de poder e de que o Estado assegure, pelo aparato legal, o império da integração, de modo a evitar os conflitos e propiciar o equilíbrio e a ordem do sistema social”. (p.138)

planejamento anual não se inicia no escritório municipal, mas é acionado à partir do Escritório Central da EMATER – RS, onde é estabelecido, em conjunto com as chefias regionais, o cronograma das atividades de programação, que, em geral, determina, como primeiro passo, a avaliação do planejamento do ano anterior. Esta “avaliação” significa, na prática, cotejar as metas planejadas com os resultados alcançados e registrados nos formulários CPLAN3, que são utilizados para medir quantidade de resultado em número de produtores, famílias, jovens, grupos assistidos, etc..., produção e produtividade obtida nos projetos/programas pelos assistidos e alguns dados sobre metodologia utilizada pelos extensionistas.

Por outro lado, há uma corrente descendente de diretrizes por projeto/programa, elaborados por técnicos especialistas das respectivas áreas, dos escritórios central e regional, que devem ser levadas em conta pelos extensionistas de campo ao fazerem o “planejamento participativo”. A maioria delas centram sua preocupação em orientar para aspectos que dêem maior garantia de resultados em aumento da produção e produtividade nos projetos ou na melhoria dos aspectos de saúde, habitação, administração, comercialização, etc..., tudo tratado de forma estanque, por cada um destes especialistas que as pensam e escrevem.

As diretrizes por projeto, muitas delas enfocando aspectos gerais, chegam a trazer análises, muitas vezes, de difícil adequação à realidade. Assim, embora dizendo que “o Estado é autosuficiente na produção de cebola, sendo que ainda abastece o restante do Brasil, por ocasião da colheita”, e sendo por demais divulgada a perda de grande parte da produção estadual de cebola, o primeiro objetivo do “projeto cebola”, em sua diretriz estadual, para 89/90, é “aumentar a produtividade, para aumentar a oferta”, acrescentando nas “estratégias”, que “Há necessidade de se transformar a cebolicultura gaúcha de artesanal para empresarial”. (EMATER: 1989a). Embora contenham orientações no sentido de enfrentar o problema grave da comercialização, cura e armazenagem, por exemplo, estas diretrizes induzem a um esforço dos extensionistas bastante alheio ao que devem ser os interesses prioritários dos produtores de cebola, sua cultura (amplo senso), sua história de vida, suas condições sócio-econômicas, etc...

Da mesma forma, verifica-se que o objetivo geral do “projeto-feijão” da região de Santa Maria, para a programação 89/90 é o “aumento da produção e da produtividade da cultura, com vistas a melhorar a renda e as condições de vida do produtor rural”. Este objetivo parece não ser adequado ao “diagnóstico” que consta no mesmo documento. Nele se aponta que “A cultura do feijão tem sido tratada como cultura de subsistência e relegada

a um plano secundário, por sua característica de produto típico de consumo interno, não recebendo incentivos ou atenções que são propiciados aos produtos de exportação” e acrescentando que os entraves dizem respeito à “deficiente estrutura de comercialização”, à “dificuldade de obtenção de sementes melhoradas”, ao “preço mínimo” não estimulante e à “dificuldade de obtenção de financiamento para o custeio e comercialização”. (EMATER: 1989b). Verifica-se mais uma vez que, mesmo quando traz um diagnóstico indicativo dos sérios problemas enfrentados pelo produtor de feijão do RS, o objetivo do “projeto” não leva em conta os problemas apontados, que certamente são os principais problemas enfrentados pelos produtores, direcionando a atuação dos extensionistas para os limites dos aspectos produtivos, que, por fim, serão planejados, registrados e avaliados.

Da mesma forma, podem ser analisadas as diretrizes para a programação 89/90 elaboradas e difundidas entre os extensionistas que atuam na “área de bem-estar social” da região de Santa Maria. Nelas, lê-se, no “diagnóstico”, que “vimos e acompanhamos o nível de vida da maioria das famílias dos pequenos e médios produtores rurais onde há falta e escassez de água potável, desnutrição, escassez de alimentos, quase inexistência de instalações sanitárias, falta de higiene, ocorrências de doenças parasitárias, infecciosas e nervosas, situação precária dos dentes, acidentes de trabalho, poluição ambiental, desmatamento, pouco lazer e má distribuição de renda são uma constante.”

Mesmo apresentando este quadro gravíssimo, as “diretrizes” mandam “atuar com a mulher... qualificando-a e habilitando-a como agricultora e dona de casa”, “atuar com os jovens rurais na busca de solução e atividades alternativas... que venham a contribuir para sua formação profissional integral” e, por último, “atuar no aumento do bem estar da família rural”. (EMATER – RS 1989c). Para isso são sugeridas práticas a serem planejadas pelas extensionistas, sem que, em nenhum momento, se questione as razões do quadro diagnóstico, dando a entender que tudo será resolvido se as famílias forem “educadas” para fazer “saneamento ambiental”, “prevenção de doenças”, “prevenção de acidentes”, “produção, prevenção e consumo adequado de alimentos”, como indicam as “práticas recomendadas”, que incluem a adequação dos recursos disponíveis.

As diretrizes, vindas de cima para baixo, e elaboradas a partir de análises parciais da realidade, acaba se transformando na orientação final a ser seguida pelo extensionista de campo, mesmo que a coordenadoria de planejamento continue afirmando que “A extensão rural, como processo educativo, tem, na programação das suas atividades, um instrumento de integração com grupos e pessoas com quem atua, através de uma ação participativa e dialógica”, embora confirme que “A EMATER – RS é o órgão executor da extensão rural

oficial e é reconhecida como promotora dos programas agrícolas dos governos Federal, Estadual e Municipal”. Logo, mesmo propondo “um posicionamento democrático, participativo e dialógico” diz que o “processo de programação e desencadeamento afim de conciliar as diretrizes governamentais e as reivindicações das comunidades rurais, conseqüências das suas necessidades e aspirações”. (EMATER – RS. 1989d)

Esta “ideologia de conciliação”, que não é nova nas orientações de “planejamento participativo”, sugere a possibilidade de conciliar os interesses dos programas governamentais com os interesses e necessidades do “público assistido”, que, por sua vez, deve ser constituído prioritariamente, pelos “pequenos produtores”. Isto leva o extensionista local a fazer um exercício quase impossível, de conciliação o que fica evidente nas contradições presentes entre os diagnósticos, objetivos e práticas dos programas/projetos, prioritários dentro da empresa, e que se evidencia, também, nas respostas dos extensionistas sobre as questões que envolvem o “planejamento participativo” por eles realizados.

Segundo as respostas obtidas através do questionário 50% dos extensionistas afirmam que o processo de planejamento começa pela seleção de produtos e práticas prioritárias, enquanto os outros 50% preferem afirmar que antes selecionam as famílias ou “comunidades” com quem irão atuar. No primeiro caso, as justificativas dizem respeito às exigências e cobranças superiores, a forma de planejar e as orientações. No segundo caso, entretanto, fica evidenciada uma tendência individual dos extensionistas, quando dizem que fazer primeiro a escolha das famílias ou “comunidades” porque “existem diferenças entre elas”, porque “a extensão rural deve se preocupar com a comunidade rural ou com a propriedade”, porque “as pessoas da comunidade rural é que dizem o que deve ser feito” ou ainda, “porque as famílias rurais são o fim último da nossa ação”.

Embora fique evidente a dialética instituído/instituintes, sempre presente na extensão rural, vem dos próprios extensionistas questionados a afirmação de que para a empresa é prioritário que o trabalho seja embasado em métodos e estratégias para garantir a transferência de tecnologia, como assinalam vinte e três dos trinta e dois pesquisados, embora nove deles também identifiquem normas, diretrizes e orientações que apontam para um trabalho educativo, participativo e dialógico, como outros nove que apontaram unicamente pelas duas respostas. Assim, quatorze disseram que para a empresa só importa a garantia da transferência de tecnologia, os outros nove extensionistas afirmam que a prioridade é para a realização de um processo educativo, participativo e dialógico, enquanto os nove restantes preferiam apontar as duas alternativas.

Há, pelo menos, um enfoque diferenciado nas leituras que os servidores fazem das normas instituídas, o que por certo pode estar sendo influenciado pela não consolidação do processo instituinte do repensar. Todavia, para a maioria, a EMATER – RS ainda não tem, como prioridade, uma prática participativa, educativa e dialógica, pois mesmo entre aqueles que optaram por esta alternativa aos que preferem justificar sua resposta dizendo que: “deveríamos trabalhar mais com a comunidade, mas a realidade faz com que haja mais transferência de tecnologia”; “isso vem mudando lentamente”; “está mudando a forma de transferência de tecnologia, pois a empresa tornou-se mais democrática”.

Isto posto, pode-se inferir que as normas, diretrizes e orientações desempenham um duplo papel, ou seja: apresenta-se para o público interno e externo como “democráticas” e ao mesmo tempo, mantém mecanismos que limitam a prática do extensionista, fazendo com que ele execute sua ação dentro daquilo que for pré-estabelecido como desejável. Ao extensionista, o fato dele ter “liberdade” para dizer com quem vai trabalhar, (embora seja relativa essa liberdade, como veremos) ou mesmo a relativa liberdade para delimitar suas metas, aparece como algo que lhe confere autonomia. Porém, escondida nesta pseudo-liberdade de atuação, encontram-se as exigências da organização, que deve ser cumprida pelos seus servidores.

Para garantir o cumprimento das normas, diretrizes e orientações, a empresa constitui mecanismos tais como a avaliação de desempenho, a supervisão e apoio técnico. Quanto ao papel da supervisão e do apoio técnico, trataremos no ítem seguinte, fazendo agora uma breve análise sobre o papel que desempenha a avaliação de desempenho dos extensionistas.

Segundo o Manual de Orientação para a Avaliação de Desempenho (EMATER – RS: 1986), a AD, realiza anualmente, tem por objetivos específicos: “a – controlar a eficiência do desempenho e a qualificação dos diferentes componentes da força de trabalho em atuação; b – reunir dados, observações e outros elementos indicativos de necessidade de treinamento, remoção, adaptação e dispensa de pessoal; c – formar um banco de dados para uso no processamento de promoções, por merecimento, do funcionalismo; d – oportunizar aos funcionários o conhecimento de possíveis deficiências, para que possam melhorar as suas aptidões”.

Perguntados se a AD influi, de alguma maneira, em seu trabalho, dezoito extensionistas responderam que sim e quatorze responderam que não. Tanto uns quanto outros reclamam da forma como é realizada, dos métodos e parâmetros utilizados pelos avaliadores e do desconhecimento da realidade por parte destes avaliadores. Pelo menos

vinte e quatro dos pesquisados, quer tenham respondido que a AD influi no seu trabalho ou que não influi, justificam suas respostas pelas deficiências que vêm no sistema empregado. Estas justificativas de respostas que podem ser identificadas como contrárias à AD, são indicativos do papel de coerção que este mecanismo representa, pois são os chefes imediatos, especialmente os de nível regional, que têm a maior responsabilidade e o maior peso no estabelecimento das “notas”. São, portanto, os mesmos que estabelecem as diretrizes para atuação nos projetos a nível de região, que devem ser planejados e executados pelos extensionistas, que, enfim, fazem a avaliação de desempenho.

Da mesma forma, é surpreendente o conjunto das respostas, quando perguntado se haveria mudanças na prática do extensionista se não houvesse a Avaliação de Desempenho. A maioria respondeu que não, embora justifiquem que não, porque desacreditam do processo ou estão em desacordo com a forma que a AD é realizada. Dos que responderam que sim, cinco acreditam que haveria mudança da prática para melhor, mas, mesmo os que responderam positivamente preferem justificar sua resposta apontando falhas por eles identificadas.

Verifica-se que a AD funciona como um instrumento de coerção, para alguns explícito, para outros com reflexos no nível psicológico. Embora não admitam ser um mecanismo que influencie em sua prática, optando por negá-la, por ver defeitos e tentar desconsiderá-la, enquanto prática instituída, a avaliação de desempenho dos extensionistas, que tem entre seus objetivos “controlar a eficiência”, ou seja, buscar o cumprimento das normas, diretrizes e orientações da organização, é um elemento que influi no rumo da prática a ser exercida pelos agentes locais.

E por que o duplo papel das normas e diretrizes aparece também aqui? Simplesmente porque, embora a EMATER – RS, desde 1987, proponha-se a uma ação educativa, dialógica, dizendo aos executores ser este o novo caminho da prática, a organização mantém mecanismos de controle contrários às suas próprias orientações como é a Avaliação de Desempenho ou como se caracterizam os registros dos “resultados alcançados”.

Neste sentido, quando se perguntou aos extensionistas de campo, de que forma era avaliado o seu “trabalho educativo”, junto ao “público beneficiário”, as respostas evidenciaram que não há esta preocupação por parte da empresa. Dez dos extensionistas, que responderam ao questionário, preferiram simplesmente dizer que não sabem. Outros nove disseram que o trabalho executivo é avaliado pelos “resultados alcançados”; “pela quantidade e não pela qualidade”; “pelas metas de produção, produtividade e número de

produtores”; “pela difusão de tecnologia”. Segundo estes, se avalia o “resultado da assistência técnica”.

Oito extensionistas responderam que o trabalho educativo “não é avaliado pela empresa” ou que ele “deveria ser avaliado pela mudança de comportamento do público”; “pelos produtores”. Há ainda os que acreditam ser “imensurável o trabalho educativo da extensão rural” ou que ele deva ser avaliado “pelo número de métodos usados”; enquanto outros preferem fazer sua própria avaliação levando em conta “o bom relacionamento com o produtor rural”, “a demanda gerada pelas solicitações de visitas” ou pela “desenvoltura do produtor assistido nas reuniões”.

Como se verifica, o aparelho extensionista, ao propor uma ação educativa, contraditoriamente, continua a “cobrar” resultados alcançados pela assistência técnica. A educação continua a ser confundida com a transferência de tecnologia. A educação continua a ser confundida com a transferência de tecnologia, logo a extensão mudou suas normas e orientações no discurso, mas não só as mudou nos mecanismos de controle, o que gera não só insegurança para quem executa a prática extensionista e precisa mostrar resultados, como evidencia a ambigüidade dos propósitos do aparelho de Estado, explicitada através do estímulo e da coerção presentes no conjunto das normas e regras instituídas.

5.2 – A CONTROVERTIDA AÇÃO DA HIERARQUIA IMEDIATA NA MOLDAGEM DA PRÁTICA DOS AGENTES LOCAIS

Desde seus primórdios, os aparelhos de extensão rural se organizaram mediante uma estrutura hierárquica rígida e com funções e poderes definidos. Esta escala de funções caracteriza-se, no âmbito da ação extensionista (ressalvando os trabalhos administrativos/burocráticos) pelo maior ou menor grau que ocupam os profissionais na função de intelectual e/ou de agente executor.

Assim, embora reportem-se a outros graus mais elevados na hierarquia intelectual, dentro e fora da empresa, os Assistentes Técnicos Estaduais – ATE, desempenham, no seu interior, uma função intelectual mais elevada que os ATR – Assistentes Técnicos Regionais e ARR – Assistentes Regionais de Extensão Rural. Por sua vez os extensionistas de campo, são considerados os agentes, os executores, ocupando o grau mais inferior na escala de funções intelectuais do aparelho extensionista.

A mesma ideologia que orientou a “especialização” dos profissionais, criou graus

distintos de poder, definidos pelo domínio do saber e do discurso, elaborado e difundido a partir destes micro-centros do poder instituídos nos aparelhos de extensão. Pode-se acreditar, a partir daí, que os que mais sabem são os que se encontram mais próximos do centro do poder do aparelho, no escritório central, donde devem partir as orientações e o discurso para o escritório regional, lugar onde são reelaborados e repassados aos escritórios municipais.

Trata-se, pois, de um aspecto da divisão social do trabalho na formação capitalista, ocorrendo no interior de um aparelho ideológico do Estado. Assim, embora não se faça uma separação clara entre trabalho intelectual e trabalho manual, a divisão se objetiva entre intelectuais hierarquicamente superiores, não executores e intelectuais subalternos, executores, agentes.

A ideologia burguesa, desde logo tratou de justificar esta situação. Enquanto é cobrado dos extensionistas locais, mais e mais “tempo de campo”, de execução, os manuais passam a justificar a necessidade dos especialistas. Em uma publicação de 1954¹ “os especialistas na organização de Extensão” eram justificados porque “Los agentes de extensión son personas muy ocupadas; disponen de muy escaso tiempo para dedicar al estudio”.

Esta orientação de base ideológica passou a se incorporar à vida do extensionista. Atualmente, é corrente ouvir os extensionistas de campo disserem que “não têm tempo para ler”. Como se não bastasse, não têm tempo para escrever sobre sua prática e, muito menos, para refletir sobre ela, reproduzindo, dia após dia, as orientações e o discurso que lhes é passado desde cima.

Isto verificou-se na pesquisa de campo, quando vinte e sete dos trinta e dois extensionistas responderam que se sentem, em seu trabalho, como educadores, coisa que é difundida pelo discurso da extensão. No entanto, quando foram perguntados sobre o que entendem por educação, o conjunto das respostas mostra um caos, embora a maioria das respostas indique que educação é igual a “transmissão de conhecimento”, “transmissão de idéias para corrigir falhas”, “repasso de saber”, “agregação de uma cultura geral nos indivíduos”. Apesar das exceções, o discurso dominante, o é também na cabeça dos extensionistas de campo, quando se trata do processo educativo de extensão rural.

Da mesma forma, vinte e cinco dos trinta e dois extensionistas acreditam que a

1 – IICA. Fundamentos de Extensión Agrícola. IICA. Montevideo, Uruguay, 1954. 102p.

extensão rural é orientada para realizar mudanças importantes na sociedade, o que também faz parte do discurso oficial e corporativo. Entretanto, quando respondem à pergunta sobre quais as mudanças fundamentais que os extensionistas julgam necessário ocorrer na sociedade, dez dizem ser a distribuição de renda, dez priorizam mais estímulo à educação, quatro opinam pela necessidade de conscientização, mudança de mentalidade e cinco acham fundamental o estabelecimento de política agrícola. As demais respostas se dispersam muito, sendo de difícil análise. No entanto, pode-se verificar que todas elas não coincidem com a resposta anteriormente colocada. Isto é, os extensionistas julgam que o trabalho da EMATER é orientado para mudanças fundamentais que devem ocorrer na sociedade, a maioria das respostas não aproxima estas mudanças do resultado que se pode esperar da prática extensionista.

É pois, justamente para manter tal situação, que reflete a função principal do Estado capitalista e de seus aparelhos, que a divisão do trabalho, no interior das organizações extensionistas, precisa existir. Esta divisão, por sua vez, também é encoberta sob o manto da necessidade de prestar apoio e orientação aos extensionistas de campo, que não podem se especializar em todas as áreas de conhecimento em que atuam, justificando, assim, as funções superiores.

Este acobertamento ideológico reforça e justifica as funções dos ATR e ARER, ao mesmo tempo em que faz com que o extensionista de campo crie necessidades que possam ser equacionadas por estas funções. Decorre daí que, por exemplo, ao invés de ler um livro, um texto ou um disquete de computador, onde constam todas as informações sobre determinada cultura, eles buscam as informações junto aos seus superiores. Em vez de elaborar programas de trabalho junto com o seu “público”, eles esperam a orientação sobre planejamento, com suas “diretrizes” e “prioridades”. Ao invés de formular um discurso, a partir da reflexão sobre a sua prática, reproduzem o discurso que lhes é repassado pelos níveis superiores da hierarquia.

A auto-justificação das funções intermediárias, faz com que seus ocupantes também assumam papel de vanguarda no sentido de buscar a execução do trabalho que “garantirá” os resultados alcançados nos registros trimestrais. Para que isto ocorra, a presença física junto aos extensionistas de campo, para observar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho, a elaboração de “informes”, “circulares” e outros documentos escritos, além de reuniões e treinamentos, passam a ser instrumental de trabalho da hierarquia intermediária, cujo objetivo final é dar direção à prática extensionista, estabelecendo limites, muitas vezes intransponíveis.

No entanto, tudo isto foi historicamente encoberto, como se vê em distintas publicações sobre a instituição extensão rural. Verifica-se que, segundo Ramsay et alii (1970:19), “El trabajo el nivel local debe ser dirigido, asistido e vigilado mediante supervisores situados em los niveles regional o nacional. Los agentes de Extensión deberán ser informados, adiestrados y asistidos em cada uma de las especialidades más importantes por los especialistas de Extension”. Estes autores, cuja obra foi publicada em primeira edição no ano de 1960, dedicam um capítulo ao tema da supervisão em serviços de extensão rural. Para eles a supervisão é um processo educativo, tendo o supervisor uma função educativa, coordenadora, orientadora, de assistência aos agentes, para que estes consigam os objetivos da extensão.

Já o IICA (1954:21) diz que, “Contituye tarea específica del especialista seguir de cerca y al detalle las alternativas y desenvolvimiento relativos al campo de su especialidad, seleccionar aquellos materiales que pudieran tener aplicación em la solución de los problemas agrícolas, interpretarlos y hacerlos utilizables por los agentes de extensión y la población rural.”

Entre nós, a ABCAR publicou, em 1961, o primeiro livro, em português, que trata da supervisão em serviços de extensão rural. É bem verdade que o livro era uma tradução adaptada da publicação “Supervision in the Cooperative Service”, de 1957, que foi, posteriormente, revisada e editada pela EMBRATER, em 1980, sob o título “Supervisão nos Serviços de Extensão”. No referido texto, a supervisão é definida “como a arte de dirigir esforços de seres humanos” (EMBRATER:1980; p.7), enquanto que do supervisor de extensão se espera que ajude “as pessoas a fazerem o melhor possível, levando em conta a capacidade de cada um”, e entre outras coisas, que o supervisor seja “um instrutor, professor e líder e não chefe ou fiscal”. (p.8).

Ora, este conjunto de idéias, de normas e regras que orientam a supervisão na instituição extensão rural, descritos nos manuais estrangeiros e incorporados às organizações de extensão rural do Brasil, dão a tônica central das funções, ao passo que encobrem aspectos importantes das mesmas. É difícil, por exemplo, que as funções intermediárias da hierarquia não sejam funções de chefia e fiscalização, mesmo porque, os ocupantes destes cargos reportam-se imediatamente aos seus superiores, devendo a eles “mostrar serviço”, enquanto os extensionistas de campo estão a eles subordinados.

Por outro lado, os escalões intermediários são, em geral, formados por pessoas recrutadas dos escritórios municipais, escolhidos pelos superiores, logo, presume-se ue tenham sido “bons” extensionistas, cujas qualidades são adequadas para a necessária

reprodução da instituição. Cabe ressaltar que eles não ocupam estas funções como representantes ou delegados dos funcionários do escalão hierárquico inferior, mas sim, representam, em suas respectivas funções, interesses da empresa, definidos segundo função de aparelho de Estado.

Seu trabalho, portanto, será chefiar, fiscalizar e cobrar a realização dos resultados esperados pelo aparelho do Estado, embora para isto, encubra sua “missão” utilizando os verbos apoiar, educar, coordenar e ajudar, através dos quais tenta se dissimular o autoritarismo, próprio das organizações hierarquizadas, dando-lhes uma face pseudo-democrática.

Este encobrimento ideológico, que se dá no interior dos aparelhos do Estado, reflete-se na percepção dos extensionistas de campo que responderam o questionário usado na pesquisa, como poderia ser esperado. Enquanto um grupo vê o exercício destas funções sendo realizado de forma autoritária, pressionando os extensionistas locais à execução de tarefas e programas “muitas vezes distantes da realidade”, outro, acredita tratar-se de funções de apoio ao seu trabalho.

A análise, aqui realizada, está centrada, principalmente, nas funções dos ATR e ARER. As demais funções a nível regional, por terem um caráter mais administrativo/burocrático e de coordenação dos “Assistentes”, não são estudadas aqui. Da mesma forma, exclui-se o estudo sobre a função dos ATE, embora por razões diferentes. No caso dos ATE, o número de manifestações, por parte dos pesquisados, foi bastante reduzido. A maioria delas mostra o desconhecimento daquelas funções e o distanciamento existente entre seus ocupantes e o extensionista de campo. Isto certamente merece um estudo particular, embora se saiba que, apesar da distância geográfica e física, sua ação, em geral, se dá via escalões intermediários ou através da produção intelectual, muitas vezes não sentida ou não percebida pelos extensionistas locais.

Desconsiderando-se os juízos de valor, que foram formulados e deram a tônica de muitas respostas, por envolverem aspectos que não são fundamentais nesta apreciação, pode-se afirmar que mais de 50% das respostas apontam aspectos negativos das atividades dos ATR e ARER, em relação aos agentes locais e seu trabalho.

As respostas evidenciam, no entanto, que há uma efetiva influência das funções mencionadas, no estabelecimento da prática dos extensionistas, quer seja pela ação da “fiscalização”, “cobrança” ou “fomento” que desenvolvem em torno dos programas, projetos e práticas que eles julgam prioritários e aos quais se dedicam mais, quer seja através de mecanismos ditos de “apoio”, de “orientação”, de “socorro” que utilizam e que são até

estimulados pelos agentes locais.

Verifica-se ainda, das respostas, que há inúmeras variáveis que interferem na forma como se dá a influência da hierarquia sobre a prática do agente. Por um lado isto depende da maneira como atuam – mais “democráticos” ou mais “autoritários” -, do grau de conhecimento da realidade onde os extensionistas locais estão inseridos, da maneira como estabelecem o relacionamento interpessoal com os subordinados, equanto pessoas e colegas, e ainda, depende da flexibilidade com que cobram a execução das atividades que envolvem os projetos/programas sob seu comando.

Assim, do ponto de vista da empresa, pode-se dizer que estas funções apresentam “relativa eficiência”, na medida em que conseguem, em graus diferenciados, influir na prática dos extensionistas locais. Isto não quer dizer, de forma alguma, que, na medida em que se propugna pelo planejamento participativo, pelo trabalho educativo dialógico, elas não sejam dispensáveis, pelo menos nos seus matizes atuais.

Desta forma, o objetivo central da empresa terá nos ATR e ARER, seus guardiões. Sua função intermediária influi no estabelecimento da prática a nível municipal, como também no conteúdo desta prática. Eles formam, no entanto, um grupo de intelectuais de grau intermediário, por onde deverão passar e serem filtradas, adaptadas e “tornadas úteis” as informações que serão levadas para o nível municipal. Logo, qualquer mudança proposta na instituição extensão rural dependerá do consenso obtido junto a esse grupo, o que, certamente, não ocorreu no momento de levar para a prática as orientações estabelecidas a partir do repensar da EMATER – RS.

Este grupo, pelo seu lugar intermediário, na hierarquia, não sofre pressão direta dos movimentos sociais, dos grupos e das organizações da sociedade civil, enfim, do “público” do agente local. Seu lugar na hierarquia, também minimiza possíveis pressões que viessem dos próprios agentes locais. Por outro lado, sobre eles recaem as pressões do poder instituído, fazendo com que ATR e ARER sejam cumpridores de ordens e orientações superiores, em geral transformadas em programas e projetos em cuja elaboração seu papel é secundário, “funcional” ou simplesmente inexpressivo. Logo, sua tendência será levar para baixo as regras estabelecidas em cima e que, por terem relativa participação em sua elaboração, passam a ser também suas as obrigações de fazê-las chegar ao mundo das relações onde atua o extensionista rural, de maneira a obter resultados esperados em suas respectivas áreas.

Resulta daí que, quando perguntados se têm algum receio de sofrer sanções ou qualquer advertência de parte de seus superiores, por adotarem procedimentos de trabalho

contrário às orientações recebidas e com as quais não concordem, a maioria dos entrevistados respondeu positivamente. Segundo eles, os ATR e ARER detêm poderes específicos que poderão ser usados contra os extensionistas de campo, quando julgarem que isto é necessário para fazer cumprir suas metas.

Mesmo entre os que dizem não temer sanções ou advertências superiores, há os que se contradizem ou tentam amenizar sua posição subalterna afirmando que, se não teme é porque: “nas situações novas, discute-se, não adotando, procedimentos sozinhos”; “trabalho dentro das regras pré-estabelecidas”; “às vezes, para evitar problemas, cumpro o que os superiores acham correto”; “se o trabalho der resultado, não haverá problema”; “busca-se o consenso em entendimentos anteriores”; “os superiores existem para orientar e não para punir”. Todavia, as próprias respostas mostram certa submissão.

Pelo consenso ou pela coerção, pela ideologia dominante, ou pela fiscalização, a verdade é que os extensionistas de campo tendem a cumprir, como funcionários subalternos que são, as orientações superiores. Os limites que isto determina a sua prática são importantes, embora não sejam rígidos a ponto de fazer com que sua função de intelectual seja anulada em favor de uma função de pura execução.

De qualquer forma, se há limites à prática dos extensionistas do campo, estes também são originados e dirigidos pela ação da hierarquia imediata, pois ela existe para que as normas e diretrizes da organização tenham seus representantes e defensores bem próximos dos agentes locais, em permanente processo relacional, que vai da cobrança, fiscalização e punição, ao apoio, orientação e educação.

Os Assistentes Técnicos Regionais e os Assistentes Regionais de Extensão Rural desempenham, pois, um duplo papel. São, ao mesmo tempo, solicitados a apoiar as ações dos extensionistas de campo e a fiscalizar e, eventualmente punir. Este duplo papel repercute junto aos extensionistas, criando focos de insegurança e de passividade que, por sua vez, influem na prática dos “agentes”. Resulta, desta ambigüidade das funções que, os extensionistas locais que estão “conformados” com a sua atividade, com a direção de sua prática, pensando e agindo de acordo com a doutrina e segundo as normas e diretrizes do extensionismo, vêem seus superiores hierárquicos imediatos pela sua faceta de apoiadores, no sentido exato daquelas tarefas apontadas pelos manuais, que foram acima registradas.

Há, por outro lado, um expressivo grupo de extensionistas de campo que preferem apontar o caráter fiscalizador e coercitivo das funções de ATR e ARER, demonstrando sua contrariedade com relação ao exercício daquelas funções. Para estes extensionistas tais funções hierárquicas se destacam pelo seu conteúdo de chefia, de cobrança de metas e de

fiscalização das atividades que desenvolvem junto ao público.

Apesar da contravérsia que possa existir, e existe, em torno das funções hierárquicas dos ATR e ARER, da forma como desempenham estas funções os ocupantes dos cargos, ou mesmo da visão que os extensionistas locais possam ter sobre elas, fica evidenciado que o seu exercício, por mais democrático que possa ser, trás consigo elementos inibidores de mudanças da prática dos extensionistas e elementos direcionadores desta prática, uma vez que no limite de seu exercício, elas existem somente porque são necessárias à garantia do cumprimento das funções gerais do Estado e do seu aparelho de extensão rural.

5.3 – RELAÇÕES DE PODER E DIREÇÃO POLÍTICA NA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Como vimos acima, a prática extensionista não pode ser analisada sob um prisma descritivo, isolado do contexto onde ele atua, e particularmente das relações de poder que se refletem na direção d prática organizada pela instituição-extensão rural, enquanto instrumento de ação do Estado e dos governos.

Os funcionários extensionistas, ao assumirem a função de agentes do Estado, são empurrados para uma posição de meros executores. Seu saber profissional, no entanto, em sua função de intelectual, que mediatiza a atividade junto ao público, faz com que se evidenciem as contradições originadas da divisão que se quer impor ao homem-extensionista, que não é uma simples correria de transmissão das determinações superiores, mas sim um sujeito presente e atuante na construção da história, capaz de dar rumo a esta história e de ser produto desta mesma história.

Todavia, o Estado, ao legitimar a instituição-extensão rural, o faz mediante pré-requisitos amparados em teorias específicas, ideologicamente sustentadas, através das quais, introduz uma determinada direção política, orientadora da prática extensionista. A garantia, ou a tentativa de garantir que esta direção política será permanentemente seguida, pelos extensionistas rurais, é buscada através das relações de poder que se manifestam através de relações estruturais e sociais presentes e atuantes no interior aparelho de Estado.

Tomando-se em conta que as relações de poder são manifestações imediatas das relações entre as classes sociais¹ e que, por sua vez, os extensionistas, enquanto pertencentes à “classe média”, ao conjunto dos funcionários do Estado, podem ser identificados pelas ambigüidades próprias da “pequena-burguesia”, com sua ideologia

fragmentária e posição de classe indefinida, verifica-se que, enquanto fração de classe, estes agentes do Estado encontram-se subordinados ao poder maior dos representantes das classes dominantes que dão orientação política às ações do Estado, no campo das lutas econômicas, políticas e ideológicas.

Na verdade, o poder concentrado na instituição-extensão rural é um poder de classe, fazendo com que os aparelhos de extensão se constituam em “centro de poder” das classes e frações hegemônicas, na medida em que se constituem em organizações destinadas a fazer a intervenção no meio rural no sentido da concretização dos projetos e programas elaborados pelos governos. A organização extensionistas, por seus vínculos formais e informais com o Estado não têm uma autonomia absoluta, mesmo porque devem responder a outras instâncias superiores. Assim, estes “centros de poder” mantêm uma autonomia relativa, particularmente com respeito ao “onde fazer”, “quando fazer” e “como fazer”, embora não tenham quanto ao “que fazer”, pois este se origina em esferas superiores e depende de aprovação e recursos de instâncias superiores, mesmo que, por vezes, contem com a “colaboração” dos aparelhos de extensão e de seus “especialistas” no estabelecimento deste “o quê fazer”.

Os extensionistas, entretanto, não sofrem apenas as pressões das classes dominantes e estas nem sempre se dão num mesmo sentido, posto que existem, muitas vezes, interesses divergentes no interior das classes ou frações dominantes. Atuando nos aparelhos de Estado, estes funcionários também são alvos de pressões das classes subordinadas e de frações da pequena-burguesia rural e urbana. Desta forma, como ensina Poulantzas (1985:177), “As contradições de classe se inscrevem no seio do Estado por meio também das divisões internas no seio do pessoal do Estado em amplo sentido. Mesmo se esse pessoal constitui uma categoria social detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe e é, então, dividido”.

Evitar uma divisão entre os extensionistas, buscando assegurar a direção política da prática, é, pois, uma tarefa definida a partir das relações de poder e estas se manifestam, no interior dos aparelhos, com diversos matizes, inclusive, como vimos, com o destacado papel

1 - “De fato, as relações de classe são precisamente, em todos os níveis, relações de poder, não sendo entretanto o poder senão um conceito indicando o efeito do conjunto das estruturas sobre as relações entre as práticas das diversas classes em luta” Poulantzas (1986:97)

da hierarquia. Desta forma, na medida em que o poder de uma classe está diretamente associado à capacidade de fazer valer seus interesses específicos, também no interior dos aparelhos de Estado atuará a hegemonia da classe dominante para que a direção política da prática se desenvolva favor dos interesses das classes dominantes, quer pela coerção, quer pela tentativa de consenso.

De certa forma, a própria divisão do trabalho e a hierarquização instituída nos aparelhos de extensão vêm contribuir para que a direção política da prática dos extensionistas de campo seja orientada no sentido de favorecer o conjunto das classes e frações dominantes. Na medida em que os programas e projetos que desenvolvem os extensionistas, e que devem ser por eles interiorizados, chegam-lhe às mãos como pacotes resultantes de esforços consensuais realizados em escalões superiores e, enquanto as políticas e programas para o meio rural continuarem a ser definidas nos níveis superiores, cabendo ao extensionista de campo utilizá-las apenas como instrumento de trabalho, sem oportunidade de alterar seus conteúdos, estará sendo assegurada uma certa homogeneidade da prática, já que ela faz de conteúdo e método.

A direção política da prática também é buscada através da ideologia disseminada no interior dos aparelhos de extensão, bem como pelos mecanismos de valorização do trabalho como as avaliações de desempenho, ou ainda, pelos instrumentos de controle de “eficiência” e “eficácia” do serviço, como os relatórios, formulários de resultados alcançados, planos, etc..., os quais, tendo por base os parâmetros estabelecidos nas políticas, programas e/ou projetos pré-estabelecidos, acabam reforçando aquela direção política original, imanente aos propósitos da ação do Estado capitalista, no meio rural, através de seus aparelhos.

Embora se verifique uma resistência entre os extensionistas e mesmo um processo de “dissonância cognitiva” quando se manifestam sobre os mecanismos de coerção utilizados pelas organizações (avaliação, supervisão, etc...), observa-se, por outro lado, que elementos ideológicos da busca de “equilíbrio” e consenso pela burguesia são presentes nas respostas dos extensionistas, mostrando sua adesão às políticas do Estado. Isto se vê quando dizem, por exemplo, que o Estado mantém empresas para executar serviços de extensão rural para “evitar o êxodo rural”, “para fixar o homem do campo”, “pela função social que exercem” estas empresas. Estes elementos da ideologia burguesa também aparecem quando dizem que o Estado oferece serviços de extensão rural “porque cobra impostos e deve retribuir em serviços” ou mesmo quando acreditam que a empresa do Estado “é a única entidade preparada para executar extensão rural”.

Pelo menos 50% das respostas dadas pelos extensionistas enquadram-se neste

grupo, identificado pela imagem que fazem do Estado do bem comum, neutro, a serviço de todos. Eles não analisam os resultados mais amplos e complexos do desenvolvimento capitalista a sua volta e, portanto, transformam o aparelho em que atuam e a própria ação deste aparelho em um “fetiche”².

Esta construção imaginária, dissociada da análise da realidade objetiva, dos resultados da prática, que é fruto da ideologia dominante, afeta, pois, a maioria dos extensionistas rurais que responderam ao questionário da pesquisa, embora como se esperava, não afeta a todos de igual forma. Por isso mesmo, doze extensionistas, da amostra de trinta e dois, dizem que o Estado mantém serviços de extensão rural “para aumentar a produção e produtividade d agropecuária”; “para melhorar a vida do homem do campo e aumentar a sua produção”; “porque é necessário aumentar a eficiência do setor produtivo”; ou ainda, para “dar apoio para aumentar a produção de alimentos”. Isto é, respondem de acordo com os propósitos históricos e tradicionais do extensinismo.

Vê-se nas respostas deste grupo, a explicitação de um conjunto de propósitos que constam nos objetivos das empresas de assistência técnica e extensão rural mantidas pelo Estado e nas diretrizes que devem ser seguidas pelos extensionistas em suas atividades junto ao público, embora não expressem o conjunto das diretrizes e objetivos que constam nos documentos oficiais da empresa a qual trabalham. Estas respostas indicam, portanto, prioridades e, estas prioridades dizem respeito a direção política da prática destes extensionistas.

Há um grupo de nove dos trinta e dois extensionistas, que acrescenta do seu ponto de vista, outras razões mais amplas, mas não menos descomprometedoras de sua ação individual, para justificar a existência de empresas como a EMATER – RS. Para eles, a EMATER existe “para executar a política agrícola”; “para tirar proveito político-eleitoral”; “devido a interesses e compromissos políticos assumidos”; “porque é um investimento político e econômico para os governos” ou, simplesmente, “porque “era” cabide de empregos”.

2 - “Um organismo coletivo é constituído de indivíduos singulares ou os quais foram o organismo na medida em que se entregam e aceitam ativamente a hierarquia de uma direção determinada. Se cada um dos membros individuais pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha assim mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato transform-se num fantasma do intelecto, num fetiche. (...) O indivíduo espera que o organismo realize, embora ele não atue e não compreenda que por ser a sua atividade muito difusa o organismo é necessariamente inoperante”. Gramsci (1989:177)

Como se observa, mesmo sem buscar outras respostas mais dispersas, há, consciente ou inconscientemente, ativa ou passivamente, um entendimento geral indicado de que a direção política da prática dos extensionistas tem muito a ver com a própria instituição-extensão rural e sua função enquanto aparelho de Estado, direção esta que, em última instância, será dada pelas relações de poder que se estabeleceram dentro e fora dos aparelhos de extensão.

A resistência, referida anteriormente, que poderia anteciper um espaço de luta pela mudança da prática, mostra-se, no entanto ambígua e frágil. Assim, quando respondem à pergunta se o fato de serem “servidores públicos” influi no seu trabalho, os extensionistas se dividem, 50% respondem a si, enquanto a outra metade afirma que não. Entretanto, confirma-se a tese da direção política “externa”, quando vinte e oito dos trinta e dois extensionistas dizem que já constatam algum tipo de interferência de políticos no trabalho da EMATER – RS (apenas quatro dizem que não sabem), e vinte e sete deles concluem que esta interferência determina o desconforto e preocupação ao extensionista quando da execução do seu trabalho.

Desnuda-se aí um outro aspecto das relações de poder vigentes na sociedade de classes, que interferem na prática extensionista, particularmente quando se sabe que os partidos e os políticos representam interesses específicos de classes ou frações de classes e que historicamente no Brasil e no Rio Grande do Sul foram os partidos e os políticos conservadores e reacionários³ que detiveram os governos e, daí, a possibilidade de interferir nas organizações executoras de programas de governo.

Assim sendo, verifica-se que a prática profissional dos extensionistas se apresenta subordinada e articulada pelo aparelho de extensão, em razão da direção política que ela deve assumir para atender a interesses de classe, ou os da classe dominante e suas frações.

Portanto, uma nova direção política, imprimida a prática dos extensionistas, requer, antes de mais nada, consciência sobre as relações de poder que influenciam sua prática, mesmo porque a mudança da prática da extensão exigirá que se organizem “micropoderes” no interior dos aparelhos e alianças tático-estratégicas, capazes de superar movimentos instituintes desestabilizadores da instituição-extensão rural. Só uma nova síntese da dialética

3 – O termo conservador é utilizado para indicar aqueles que procuram manter o sistema, evitando mudanças que possam por em risco os valores que deferem. Por reacionários identificamos indivíduos ou grupos que se opõem a mudança para evitar perda de privilégios que o “status quo” lhe assegura.

instituinte/instituído poderá trazer elementos institucionais novos e, portanto, motivadores de uma prática diferenciada e alternativa, o que pode se constituir em barreiras à direção política determinada pela hegemonia burguesa à prática da extensão.

O vínculo das organizações extensionistas como o Estado e as relações de poder daí decorrentes são, entretanto, ainda mais complexos do que se pode tirar de uma análise superficial e apressada. Ocorre que a organização extensionista, na medida em que, ideologicamente, assume a perspectiva do Estado neutro e se diz uma entidade neutra, a serviços de desenvolvimento rural e do bem-estar do povo rural, caminha, não sem traumas, para novas contradições.

Destaca-se, por exemplo os aparelhos de extensão se vinculam a diferentes unidade da federação, mediante convênios com a União, os Estados e os municípios. Assim, embora no âmbito do Estado capitalista e sob a hegemonia das classes dominantes, a prática extensionista depara-se com a necessidade de atender “projetos políticos” que nem sempre apontam no mesmo sentido.

Governo federal, estadual e municipais não são sempre representantes de mesmo grupos ou frações da sociedade. As diferenças em prioridades, embora raramente sejam antagônicas (mas poderão vir a ser), entre os programas de governo dos três níveis de executivos, implicam na necessidade de subordinação da prática dos extensionistas a diferentes exigências dos partidos no poder. A neutralidade pretendida pela extensão rural força os agente a submissão, a diferentes enfoques e a diferentes direcionamentos políticos exigidos em sua atuação.

Embora as verbas para manter o funcionamento do aparelho, tenham origem, principalmente, nos governos Federal e Estadual, a proximidade com os governos municipais e com as forças políticas dos municípios impõem ao extensionista de campo uma função de mediação, nem sempre bem sucedida, em razão dos interesses em disputa, daí porque não é raro falar-se da necessidade do extensionista de campo ter “jogo de cintura” para administrar estas questões e também daí resultar a exigência de que o extensionista seja “politicamente neutro”, não exercendo qualquer atividade ou “proselitismo político-partidário” em sua função, mesmo que se saiba que sua atuação, em geral resume-se na busca de resultados para programas e projetos originados de diretrizes político-partidárias, que por sua vez sustentam-se em determinada ideologia.

Estas contradições, imanentes à organização extensionista e seus mecanismos de legitimação, manifestam-se, claramente, nas respostas dos extensionistas de campo, quando dizem que “geralmente interrompemos trabalhos importantes para atender interesse

da prefeitura, da Câmara de Vereadores, etc...”; “temos que tentar agradar a todos”; “o nosso trabalho depende de integração política”. Todavia, os extensionistas de campo desconhecendo as contradições onde trilham, mostram-se preocupados com a “contaminação” do seu trabalho pelos políticos, embora não percebam que este jogo de influências faz parte d democracia burguesa da nossa sociedade e interessa, sobretudo, para que deseja manter “status quo”.

O que é uma prática política comumente usada pelos “políticos tradicionais”, no sentido de defender interesses eleitoreiros e dogmáticos, aparece, diante da neutralidade dos extensionistas de campo, como mais um “problema” a resolver. E eles mostram seu descontentamento diante deste problema, afirmando que “empresas com grande número de funcionários são alvo de manifestações de apoio ou crítica especialmente em anos eleitorais”; “agoar é moda, antes não acontecia, temos sempre um olho político controlando tudo”; “políticos fanáticos querem impor suas idéias”; “os políticos tiram proveito do trabalho do extensionista”; “interferência para prejudicar traz intranquilidade e desmotivação”; “muitos políticos chegam a perseguir extensionistas”.

Como se vê, nestas frase, os agentes de extensão não se mostram conscientes de que a atividade que executam responde a interesses e que estes serão orientados pelas forças atuantes no seio do Estado, que, em diferentes níveis de poder, manifestam-se para dar direção política à prática que pretendem ver executada. Como elo fraco e sob a ideologia da neutralidade institucional, amplia-se, a nível de prática isolada, a pressão para que o agente do Estado siga a orientação das forças predominantes, donde poderão resultar tais “perseguições políticas” e, inclusive, “cirurgias” dramáticas quando a pretendida neutralidade se mostra ameaçada ou ameaçadora.

Hierarquicamente subordinado, resta pouco espaço para uma prática autônoma dos extensionistas. Logo, a direção política imposta à prática resultara em limites a possíveis mudanças, mesmo porque as contradições resultantes dos diferentes interesses políticos em jogo, encontrarem uma “organização” e um “funcionário neutro” impedirão que o aparelho do Estado tenha seu próprio poder e diga qual a direção política da prática que deve ser empreendida.

Assim sendo, a direção política orientadora da prática da extensão rural resultará das relações de poder presentes no interior do aparelho e, principalmente, foram do aparelho de extensão. A liberdade de ação dos extensionistas e os limites impostos à prática estarão sempre sobre determinados pelos interesses da classe dominante, de frações desta classe, ou mesmo, por interesses específicos da “elite no poder”, em determinado momento

histórico.

CAPÍTULO 6 – O EXTENSIONISTA DE CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE SUA PRÓPRIA PRÁTICA

Alguns elementos inerentes ao próprio extensionista, enquanto homem concreto, vivendo numa realidade histórica, certamente tem papel fundamental no limite dialético de sua prática. Neste capítulo serão abordados aqueles que se destacaram na pesquisa de campo.

6.1 – O EXTENSIONISTA LOCAL ENQUANTO INTELLECTUAL

Nas empresas de assistência técnica e extensão rural, mantidas pelo Estado, os extensionistas são funcionários contratados para exercer uma atividade dita educativa. Inclusive é este o sentimento generalizado entre os próprios extensionistas.

Aquilo que já foi verificado em ocasiões anteriores, veio a ser confirmado na pesquisa que agora foi realizada, já que mais de 80% dos extensionistas que responderam o questionário disseram que em seu trabalho se sente como educadores, enquanto mais de 70% disseram que se acham preparados para desempenhar tal função.

Embora, no nosso entendimento, a instituição extensão rural seja utilizada para mascarar o caráter ideológico-educacional da ação estatal na assistência técnica, a prática extensionista é, mesmo assim uma prática educativa do Estado.

Assim sendo, os extensionista-funcionário têm a função no aparelho do Estado que o diferencia de outros funcionários, mas que o inclui numa categoria ampla dos chamados intelectuais.

A atividade extensionista se desenvolve no seio do complexo das relações técnicas e sociais de produção, determinadas pelo MPC – Modo de Produção Capitalista. Suas atividades se destaca como uma ação dos Estado no sentido de impulsionar o desenvolvimento do MPC no campo. Para tanto, sua função principal é mediar a difusão e a adoção de tecnologias e processos de produção, ou mesmo, realizar o adiestramento da mão-de-obra que irá ser ocupada na agropecuária. Ele está imbricado no processo produtivo, mas não é ele que produz, não é ele que decide o que produzir e quando produzir, embora, por sua ação, possa dar certa a orientação de como produzir. O extensionista

trabalha intelectualmente de modo a fazer com que os outros façam determinadas coisas, como a doação de uma prática agrícola, a instalação de uma latrina, ou uso de algum insumo, e assim por diante.

Neste sentido, para atingir seus objetivos e metas, lança mão de técnicas didático-pedagógicas, usa “métodos de extensão”, monta “estratégias de comunicação”, capazes de levar diante seu trabalho e obter os resultados educativos desejados.

Como dizem os manuais, a extensão ensina a fazer, fazendo. Mesmo assim, quando é o extensionista que faz, ou faz como “demonstração”, caracterizando novamente seu esforço educativo, já que faz parte da instituição extensão rural a não prestação de serviços que não tenham caráter educativo. Logo, a ação extensionista se dá, prioritariamente, pelo esforço “intelectual-cerebral”, o que caracteriza como um intelectual o profissional que atua junto ao povo rural.

É Gramsci (1988:07) quem afirma que “Quando se distingue intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço “muscular-nervoso”. Todavia cabe ressaltar que nem todos os intelectuais encontram-se no mesmo patamar mas distribuídos segundo uma hierarquia complexa¹. Em sua análise, Gramsci (1988:11) afirma que “no aparato de direção estatal e social, existem toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (função de pura execução e não de iniciativa, de agentes e não de oficial ou funcionário, etc)”. De fato a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus...”.

Seguindo o mesmo raciocínio de Gramsci, Portelli (1987:97) após excluir os “agentes”, responsáveis pela “pura execução”, diz que “aqueles que participam da hierarquia repartem-se segundo o valor qualitativo de sua função, do grande intelectual ao intelectual subalterno: na cúpula os criadores da nova concepção do mundo e de seus diversos ramos: ciência, filosofia, arte, direito, etc...; no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar esta ideologia”.

Os extensionista de campo, segundo esta concepção pertenceriam ao grupo de

1 - “A análise da superestrutura mostra que existe uma hierarquia qualitativa entre os intelectuais. Esta hierarquia inclui, evidentemente, aqueles que, no ceio da superestrutura, não exercem uma função intelectual: os agentes subalternos, que não têm função de direção”. Portelli (1987:96)

intelectuais do escalão subalterno. Embora, muitas vezes, sejam identificados como “agente”, o uso do termo não seria totalmente correto, à luz da análise Gramsciana, uma vez que o extensionista acumula a função de agente e de intelectual subalterno, no interior do aparelho de Estado, já que, em alguns momentos aparece como “função de pura execução” e noutras, com função de intelectual.

Esta duplicidade e complementariedade de funções do extensionista é percebida por eles mesmos, tanto que, ao responderem sobre o seu que-fazer diário, dez responderam que atuam como assistentes técnicos à agropecuária, dez responderam que atuam como educadores, onze responderam que se decidem entre os dois papéis, enquanto um respondeu que tenta “ser mais educador mais não consegue se desvencilhar do lado produtivista do trabalho”.

Assim, embora para o atingimento dos objetivos do aparelho de Estado a dupla atividade do extensionista mostra complementariedade entre a função de agente e de intelectual, no estabelecimento da prática, isto emerge como uma contradição dialética e, portanto, como um elemento que limita a possibilidade de mudança desta prática, embora ao mesmo tempo abre espaço pra que ocorra mudanças na prática.

Além do mais, é preciso salientar que esta contradição é alimentada também por questões eminentemente ideológicas. Observa-se que os extensionistas que responderam dizendo que atuam como assistentes técnicos, justificam suas respostas afirmando que seu trabalho ocupa esta dimensão porque são “técnicos em ciências rurais formados para atuar na área técnica”; porque são “executores de programas da empresa”; porque é, “através do aumento da produção e produtividade que se consegue resgatar a cidadania”; porque “existem cobranças das famílias rurais e lideranças nesse sentido”; ou ainda, porque “trabalhar voltado para o resgate da cidadania gera conflitos e isto implica em riscos pessoais”.

Por sua vez, os que dizem estar seguindo a orientação do repensar, no sentido de atuar como educador voltado para o crescimento da participação e resgate da cidadania do “público”, dizendo que assim o fazem porque procuram “levar orientação para união das pessoas” ou “para participação coletiva”, porque sua “preocupação é com as condições econômicas e sociais”, com o “esclarecimento e progresso do povo rural”, porque tenta “mostrar os caminhos certos”, porque “procura debater com o público”, ou ainda porque vêem na educação uma forma de “conseguir resultados reais e duradouros”. Houve uma justificativa dizendo que assim o faz porque deseja que a “sociedade mude”.

Há, no entanto, um conjunto de respostas daqueles que responderam que trabalham

como educadores e assistentes técnicos, que deixam mais claro o aspecto ideológico que envolve a prática deste agente-intelectual subalterno do aparelho de Estado de extensão rural. Em geral, estas respostas apontam para a concepção instituída da extensão rural, ou seja, os extensionistas dizem que desenvolvem esta dupla função porque “isso é culpa da própria função”; porque “todo o trabalho de extensão é educativo”; “porque o aumento da produção, produtividade e da renda através da assistência técnica é o caminho para resgatar a cidadania e ampliar a participação do público assistido”.

Resulta, daí, que os extensionistas rurais de campo, quando atuam como assistentes técnicos, ou fazem “instrumentalizados” pelos conhecimentos gerados nos centros de pesquisa, universidades ou empresas privadas, que, em geral, se consubstanciam em tecnologias e processos que privilegiam a acumulação do capital nos setores industriais, comerciais e financeiros. Quando atuam como educadores, fazem o processo educativo uma esteira de persuasão e inculcação ideológica, através da qual leva o seu público a reproduzir as relações técnicas e sociais de produção, o que significa dar sustentação ao mesmo processo de acumulação capitalista.

Não fica evidente nas respostas, nenhuma forma de atuação que apostasse para rompimento dos aspectos fundamentais do MPC. Os extensionistas, em geral, cumprem a sua função de intelectual subalterno a serviço do “status quo”. Atuando no meio rural, já que o “lugar do extensionista é no campo” e sua “escola é a fazenda”, os extensionistas rurais podem, em partes, ser caracterizados como “intelectuais rurais”². Como tal, sua função

2 - “Os intelectuais rurais, exercem dupla função; de um lado, recebem desta classe o impulso para a sua atividade política e ideológica, mas sobretudo estão encarregados de colocá-la em contato com a administração local e os estado. O laço que une o campesinato a estes intelectuais mostra que realmente não o representam efetivamente, mas que invés disso estão encarregados de controlá-lo e mantê-lo na passividade. Este controle aparece sobretudo na canalização dos movimentos de massa do campesinato, que desembocam sejam nas articulações do Estado (município, parlamento), seja nas articulações da igreja”. Portelli (1987:99)

principal é de controle, que pela via ideológica, da educação e da assistência técnica, que servindo como “modelo social”³.

O controle exercido pelo extensionista sobre o público se explica quando seu trabalho não leva em conta as classes sociais e a luta de classe, quando atua no sentido da “mudança social induzida”, quando centra sua prática no aspecto técnico, acreditando que a solução para o resgate da cidadania das frações virá pelo aumento da produção e produtividade da agropecuária, ou mesmo quando educar o produtor para o uso alienado das tecnologias e processos, sem incluir em sua prática educativa, a análise sobre as relações de produção que determinam a subalternidade daqueles que ele enuncia como seu público prioritário.

Por isso, como acusa Portelli (1987:100) “O intelectual rural não é realmente intelectual orgânico da massa camponesa, mas da classe dominante, tendo a função política-social de perpetuar sua hegemonia através da neutralização das classes subalternas”. Embora, muitas vezes, sua ligação com as classes dominantes seja inconsciente, pois encoberta pela ideologia assimilada ao longo de sua formação, o extensionista está a ela ligada através dos laços com outros grupos de intelectuais que com ele interagem. Nos aparelhos de extensão rural, os extensionistas de campo ocupam a mais baixa posição intelectual. Acima deles, encontra-se as equipes de apoio e supervisão, os grupos de direção e administração e, mesmo que não “veja”, existe ainda outros graus na hierarquia intelectual, onde são gestado os programas e projetos que ele deverá executar. Logo, a prática dos extensionista de campo estará sempre limitada em razão da posição de intelectual subalterno e executor que ele ocupa na estrutura do aparelho.

6.2 – POSIÇÃO DE CLASSE E IDEOLOGIA NA DELIMITAÇÃO PRÁTICA EXTENSIONISTA

Os extensionistas de campo, atuando nos aparelhos de Estado, ocupam um lugar

3 – Ser “modelo social” para a população do campo, como ensina Portelli (1987:99) é algo que já foi mostrado pela história. Isto, no entanto implica no estabelecimento do padrão ideal de extensionista. Em sua Dissertação de Mestrado, Freitas (1989), colheu elementos para traçar o “perfil do extensionista”. Segundo a autora um bom extensionista deve atender inúmeros requisitos de qualidade, conhecimentos e competência, resultado da pesquisa que “o perfil idealizado pelos respondentes e de um técnico polivalente, perfeito como pessoa humana e com uma missão a cumprir”. (p.107) Nada mais, portanto, do que um exemplar raro que sirva de modelo para o seu “público”.

inferior na hierarquia das organizações. Desse lugar subalterno, desempenham a função de agente enquanto “executor puro” de tarefas, como também uma função de intelectual, num grau de menor importância, o conjunto de sua função, a serviço do Estado capitalista, leva-os a esbanjar-se, consciente ou inconscientemente, a favor da hegemonia das classes e frações dominantes.

Pode-se demarcar a situação consciente dos extensionistas em, pelo menos dois níveis extremos. De um lado, aqueles que conscientemente se apropriam da ideologia dominante como forma de ver e agir no mundo, fazendo a sua prática uma prática de dominação e exclusão das classes subalternas. De outro, encontrar-se-iam aqueles que têm consciência de que sua ação, no aparelho de Estado, tem, por definição, uma função de dominação de busca de consenso e, por isso, tentam encontrar caminhos diferentes, buscando a democratização da prática extensionista, quer pela seleção do público, quer pelo objetivo e conteúdo do trabalho, buscando ampliar os limites impostos pelo seu lugar na hierarquia.

Por sua vez, existem aqueles que atuam em inconscientemente. Uns devido à falta de uma formação que lhes permita aprofundar a análise da realidade onde atuam e por isso atuam acriticamente, são os que se movem conforme o vento. Outros, encontram-se envolvidos pela ideologia dominante, o que os faz adeptos de modelos de análise que, no fim, indicam para a possibilidade de ascensão social unicamente mediante o trabalho e esforço pessoais e uso adequado de tecnologia, tendo os demais aspectos das relações de produção como “naturais”.

Esta divisão, no entanto, não se dá por acaso e tão pouco pode ser considerada irreversível. Na verdade, ela tem muito a ver com a ideologia e com a posição de classe de cada um dos extensionistas, o que não pode ser tomado como um dado imutável.

Embora Harnecker (1973:99) afirme que “a ideologia dá coesão aos indivíduos em seus papéis, em suas funções e em suas relações sociais”, certamente esta coesão não se estabelece quando estes indivíduos não pertencem a uma classe com ideologia própria, como é o caso dos extensionistas, embora entre eles precaleçam interesses corporativos imediatos.

Não se pretende dizer que os extensionistas estejam infensos às ideologias. Ao contrário do que pensa a maioria deles, sua ação não é ideologicamente neutra, muito menos sem ideologia. A ação extensionista é orientada por “representações sociais” e “comportamentos sociais”¹. Saliente-se que “a ideologia impregna todas as atividades do

homem, compreendendo entre elas a prática econômica e a prática política (...) A ideologia se acha a tal ponto presente em todos os atos e gestos dos indivíduos que chega a ser indiscernível de sua experiência vivida”. (Harnecker: 1973:100).

Deve-se ter em conta, toda via, que existe uma relação profunda entre ideologia e posição política de classe. Segundo Poulantzas (1978:254) “em uma formação social capitalista só existem no sentido de ideologias de classe, as das duas classes fundamentais... enquanto conjunto de coerência própria e sistematicidade relativa, a ideologia burguesa dominante e a ideologia ligada à classe operária”, logo, os extensionistas, enquanto funcionários do Estado, não podem ser incluídos nas classes fundamentais e não possuem ideologia própria.

De qualquer forma, os extensionistas aparecem no modo de produção capitalista como trabalhadores assalariados não produtivos. Seu trabalho embora, em determinados momentos, contribua diretamente para a realização da mais-valia (quando tratam da capacitação da mão-de-obra ou quando difundem e fomentam o uso de insumos, máquinas, etc...), destaca-se pelo fato de ser o extensionista um funcionário assalariado cujo papel principal é atuar de forma a permitir que sejam reproduzidas as condições de acumulação capitalista².

Os extensionistas ocupam, portanto, um lugar no plano econômico, mas se destacam pela função política e ideológica de sua ação. Estas características de lugar e função permitem localizá-lo como fração da pequena burguesia, “classe intermediária”, sem ideologia própria e sem posição de classe definida.

Isto implica dizer que os extensionistas, enquanto categoria de funcionários, não transitam livres de contradições em seu seio. Na formação social capitalista, pelo contrário, o fato de pertencerem à “pequena burguesia” indica, antes de tudo, que estão sujeitos às

1 – Segundo Harnecker (1973:100-101), o conteúdo de nível ideológico “é formado por “dois tipos de sistemas”: “Os sistemas de idéias-representações sociais – abrangem as idéias políticas, jurídicas, morais, religiosas, estéticas e filosóficas”, e “os sistemas de atitudes – comportamentos – que se constituem pelo conjunto de hábitos, costumes, tendências a reagir de uma determinada maneira”.

2 – Não quer dizer que não sejam explorados e sim que sua exploração se dá por outros mecanismos, pois os extensionistas não produzem mais-valia. Os funcionários do Estado, como explica Poulantzas (1978:253), “vendem também sua forma de trabalho; o seu salário é também ele, determinado pelo preço da reprodução da sua força de trabalho, mas a sua exploração faz-se pela extorção, direta do sobretrabalho e não pela produção de mais-valia.”

contradições inerentes a esta “classe”, uma vez que assimilam, sob influência das “classes fundamentais”, elementos da ideologia daquelas classes, o que leva Poulantzas (1978:254) a falar em “efetivo subconjunto ideológico pequeno-burguês”, como forma de identificar a chamada ideologia da pequena burguesia³.

Logo, se não possui uma ideologia que lhe dê coesão, também não haverá entre os extensionistas uma única posição de classe, pois a posição de classe dependerá, fundamentalmente, da correlação dos elementos ideológicos das classes fundamentais, na conformação da ideologia pequeno-burguesa dos extensionistas, em dado momento histórico. Não possuindo ideologia própria e não tendo uma posição política de classe, os extensionistas aparecem como trabalhadores “neutros”, o que na realidade não são, tanto que as próprias organizações extensionistas tem sido palco de embates ideológicos que geram momentos instituintes como o do repensar, onde seus próprios funcionários mostraram-se divididos, em defesa de “interesses de classe” distintos, ou seja, os “interesses de classe” das classes fundamentais.

Todavia o fato da instituição extensão rural, apesar das mudanças propostas ao longo dos anos e, especialmente no recente “episódio de repensar”, permanecer quase inalterada desde a sua origem indica não só a hegemonia das classes dominantes e sua força de estabelecimento do poder relacional do Estado e de seus aparelhos, mas também a enorme ambigüidade que envolve seus funcionários, o que os faz agir e pensar, em geral, como se fosse o próprio Estado ou como se pertencesse à classe burguesa, tornando sua ação educativa um ato de dominação e exclusão das classes subalternas.

Nas informações coletadas junto ao extensionista de campo este caráter pequeno-burguês fica bastante explícito quando analisada as respostas para diferentes perguntas, como por exemplo, quando se pediu a opinião dos respondentes sobre a UDR – União Democrática Ruralista e sobre o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, entidades com sólida posição político-ideológica e que lutam em campos opostos.

3 - “Devido a situação ambígua da classe pequena burguesia, o subconjunto ideológico pequeno-burguês comporta geralmente, mais ainda do que a ideologia, as aspirações próprias da pequena burguesia. O que se pode desde já assinalar é que as formas de combinação destes fatores contraditórios da ideologia pequeno-burguesa – ou seja, o papel e as formas de influência da ideologia burguesa, o lugar e o papel dos “elementos” ideológicos próprios da pequena burguesia, o papel e as formas de “importação” da ideologia ligada à classe operária – dependem, dado este caráter móvel e instável da ideologia pequeno-burguesa, do lugar da pequena burguesia na conjuntura”. Poulantzas (1978:255)

Nos trinta e dois questionários analisados, houve apenas um extensionista que respondeu “nada a declarar” com relação às duas entidades. Todos os demais responderam, formando o seguinte quadro:

Sobre a UDR, quatro se mostraram claramente a favor da entidade e um disse ser “contrário a sua doutrina”. A maioria, (15 extensionistas) apenas disseram o que é e o que faz a entidade conforme o seu grau de conhecimento sobre ela. Dois preferiram justificá-la dizendo que se trata de uma organização para se defender contra as “idéias da reforma agrária que o PT sonha” ou como sendo uma “organização criada pelo MST, pois senão existisse o MST, não existiria a UDR”.

Por sua vez, sete extensionistas, além dizerem o que pensam que é, apontaram algum tipo de restrição à UDR, afirmando que “não geram emprego, não produzem alimentos”, “exploram a mão-de-obra”, “existe muito fanatismo”, “defende terras improdutivas”, “seus métodos não são convincentes”, “são poucos querendo muito”, “deveria defender também os arrendatários, parceiros e meeiros”.

Sobre o MST cerca de 15% dos extensionistas (cinco) manifestaram-se a favor, enquanto três mostraram-se contrários.

A ideologia dominante, no entanto, fica evidente nas afirmações dos extensionistas, quando, mesmo aqueles que acham o MST um movimento “muito justo” ou as “reivindicações justas”, apressam-se em dizer que “no meio existem muitas distorções, tais como: pessoas que nunca foram agricultores, militantes com idéias radicais, politiquieiros”. Ou ainda que, embora o caráter de justiça, “as pressões deveriam ocorrer a nível governamental, de outra forma não concordo com as invasões”.

Outro aspecto importante a mencionar diz respeito à análise dos extensionistas sobre o MST como um movimento “infiltrado por políticos”. 45% dos respondentes fazem alguma restrição vinculada a este fator, dizendo: “busca a reforma agrária com tendência e influência política”; “mais interesses políticos do que defesa dos sem-terra”; “considero um movimento revolucionário e anárquico”; “é um movimento altamente politizado”; “orientados por políticos que apenas desejam o voto”; “infiltrado por políticos aproveitadores”; “outros são pessoas que não sabem o que querem pois a confusão é o seu ideal e querem tirar proveito político da situação”; “movimento político patrocinado por interesses pessoais da classe política”; “gera conflitos de origem ideológica”.

Estas observações, colhidas do conjunto de respostas e propositalmente fragmentárias para evitar qualquer identificação dos respondentes, demonstram a profunda dominação ideológica dos extensionistas rurais. O que eles dizem é a “verdade” divulgada

pela UDR, através da imprensa. Por outro lado, na análise sobre a UDR não houve uma só resposta que indicasse o caráter ideológico e a ação política da entidade, o que demonstra a parcialidade dos extensionistas a favor da UDR, talvez inconscientemente.

Os extensionistas, cuja a maioria sequer trabalha com assalariados rurais, e cuja totalidade afirmou não trabalhar com o mais pobres do campo, certamente, não estiveram em contato com “os sem-terra” e desconhecem sua história. Entretanto, não exitam em fazer afirmativas, reveladoras do caráter ideológico de suas opiniões, quando enunciam, em suas respostas: “são fracassados que já foram agricultor em um dia”; “se cada um dos participantes pensassem em trabalhar honestamente”; “tem muita gente metida no meio que nunca foi produtor ou trabalhador rural”; “colonos que por pouca vontade de trabalhar venderam suas terras”; “um amontoado de pessoas pobres materialmente e espiritualmente”.

Verifica-se, portanto através desta importante questão atual, que o caráter pequeno-burguês dos extensionistas, a par de não garantir unidade e coesão, mostra-se preferencialmente em defesa do “status quo”. De modo geral a luta de classe, os interesses antagônicos que estão em disputa não são vistos pelos extensionistas ou o são pelo seu lado democrático-burguês da “igualdade de direitos”, esquecendo que o ordenamento jurídico mantém a “desigualdade de oportunidades”.

Os extensionistas, todavia, em sua maioria, permanecem “fora das disputas”. Embora mantém opiniões como vimos, representações sociais que influirão em seu trabalho, por expressarem “interesses de classe” que não são seus, mas sim das classes dominantes, preferem optar pela pseudo-neutralidade⁴.

Outro aspecto ideológico da posição assumida pelos extensionistas diz respeito ao

4 – “A pequena burguesia ao viver, pelo menos parcialmente, nas grandes cidades, submetida diretamente às influências do capitalismo em todas as manifestações exteriores da vida, não pode manter-se inteiramente indiferente ao fato da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Mas a pequena burguesia como classe de transição na qual os interesses das duas se atenuam reciprocamente vai sentir-se por cima da oposição da classe em geral. Como consequência disso, buscará meios não para suprir os dois extremos, mas para atenuar a oposição e transformá-la em harmonia. Passará, portanto, na ação ao lado de todas as decisões finais da sociedade e deverá necessariamente lutar alternativamente, e sempre inconscientemente, por uma outra das direções da luta de classes”. Lukàcs G. *Historie et conscience de classe*. Minvit. Paris, 1960. p.84 apud Harnecker (1973:179)

medo de tornar-se “pobre”, de deixar de pertencer à “classe média”⁵, num processo de mobilidade para baixo, não desejada. Ao contrário, a “pequena burguesia” aspira subir na “estratificação social”. Por isso ela absorve elementos da ideologia burguesa, evidentes quando manifestam opiniões como “se trabalhassem”, “se tivessem as mão calejadas”, que pretendem identificar que terão sucesso os “mais capazes”, os “melhores”, os “dedicados”.

A resposta de um extensionista sobre a UDR, no entanto, se sobressai do conjunto e serve como fecho ao aspecto em discussão, porque ela própria diz tudo. Vejamos: “Nada tenho em contrário. São pessoas que tiveram mais condições ou peripécias por isso são médios e grande proprietário. Parabéns a eles, quem sabe um dia eu também poderei chegar lá e ser um componente da UDR. Sou contra “estes vagabundo que ficam pensando em invasão, desapropriação, etc... ao invés de pensar em trabalhar para conseguir sua realização”.

Poder-se-ia, no entanto, alegar que a questão da terra e a disputa que se dá em torno dela não é um elemento suficiente para análise da ideologia e posição de classe dos extensionistas, mesmo porque as organizações que atuam em extensão rural propugnam-se fora desta luta, uma vez que a sua solução está noutra esfera ou pede responsabilidade de outro aparelho de Estado responsável pela Reforma Agrária.

Tal argumento perde sua força na medida em que desde 1987 a EMATER – RS proponh-se oficialmente a atuar no âmbito desta questão, embora não tenha fugida da sua ambigüidade característica⁶. Entretanto, o mesmo argumento não poderá ser usado com

5 – Embora reconhecendo a dificuldade da expressão “classe média”, uma vez que “classe se define ao nível das relações sociais” e média ao nível da “posição no sistema de estratificação social”, Saes (1985:09), estudando a classe média brasileira diz que: “no tocante aos trabalhos improdutivos a organização técnica do trabalho impõem limites à expressão ideológica e política do fato primordial que é a posição na organização social da produção. Em outras palavras, a “estratificação social” filtra os efeitos das relações sociais de produção e impede que se manifestem diretamente e sem medir ações no plano ideológico e político. Esta afirmação implica o conhecimento do fenômeno da “classe média” como uma questão da “estratificação social”.

6 – No documento oficial do repensar (EMATER:1987), lê-se: “estimular e apoiar a organização da população rural...” (p.10); “a extensão rural atuará junto aos assalariados rurais e suas famílias visando qualificá-los (...); aproximá-los das organizações de apoio; orientá-los quando as formas de se beneficiarem do PNRA”. “Com relação aos sem-terra a extensão rural apoiará e difundirá o PNRA...” (p.11). “Quanto aos movimentos sociais do público compromisso, cabe à Extensão Rural apoiar, participar, acompanhar e assessorar, pois esses movimentos representam os interesses e as necessidades desses segmentos populacionais”. (p.15)

relação ao “público assistido”, ou “público beneficiário”, desconsiderando-se, para efeito de análise, a luta pela terra.

A princípio, a seleção do público e a escolha das localidades onde vai atuar são duas atribuições deixadas para decisão dos extensionistas locais. Alguns aspectos de análise das respostas quanto ao público merece, portanto, ser descartados.

Quanto aos “assalariados rurais e suas famílias”, que passaram a constar como público da extensão no documento do repensar, verifica-se que este público permanece esquecido ou “desconhecido” pelos extensionistas em seu trabalho. Assim, ao serem perguntados se trabalham com assalariados rurais, dezoito responderam que não e treze responderam que sim.

Um dos entrevistados disse sim e não, justificando que há dificuldade de trabalhar com as famílias assalariadas porque elas dispõem de pouco tempo e “não têm infraestrutura para enfrentar atividade agrícola”. Além de demonstrar desconhecimento sobre a “estratégia” proposta no repensar para o trabalho com este público, esta resposta aponta para o caráter ideológico que orienta a seleção do público, pois apesar de sempre se dizer “preocupada” com o homem, a atenção extensionista se dirige ao “produtor”. Ou seja, quem não tem “infra-estrutura” para produzir não pode ser beneficiária dos serviços.

Por seu turno, os extensionistas que responderam que trabalham com assalariados rurais permitem levantar dúvidas sobre esta afirmativa, devido à pouca clareza da definição da categoria de assalariados por eles utilizada. Para oito dos treze que assim responderam, o público com quem trabalham, os “pequenos agricultores” com posse ou propriedade da terra, são considerados assalariados, não porque vendem força de trabalho, mas porque, segundo os extensionistas, o “pequeno produtor”, os “agregados” e “parceiros” “têm sua safra que pode ser considerada o seu salário” ou porque o “pequeno produtor é considerado um assalariado desqualificado” (e o extensionista é considerado um “trabalhador assalariado qualificado”), ou ainda porque “o produtor é assistido e sua renda é salarial”. Dois extensionistas disseram que os assalariados com os quais trabalham são “profissões” do meio rural, ampliando a ambigüidade antes apontada.

Embora estas respostas sejam esclarecedoras, pode-se dizer que três das treze respostas consensam e desnudam o assunto. Segundo estas respostas, o trabalho com os assalariados se dá “indiretamente”, quando “regulo uma plantadeira” ou “quando atuo nos projetos” ou porque “você assiste um produtor e ele sempre tem empregados”. Isto mostra que, mesmo entre os que dizem trabalhar com assalariados rurais, seu público é o “produtor”, o caráter da produção é o centro do trabalho, enquanto os assalariados rurais

serão um “instrumento de produção”, para o qual “são repassadas práticas que beneficiem os patrões”, como aparece nas respostas.

A maioria dos extensionistas, 56% da amostra, responderam que não trabalham com assalariados rurais. Ao justificarem esta resposta, 70% deles dizem que isto se deve ao fato de que o seu município ou na localidade onde atuam “não existem assalariados”, “os assalariados rurais são poucos”, “os assalariados rurais são poucos e não participam ativamente no processo de desenvolvimento do meio rural”, “são safristas, vêm e desaparecem”, ou ainda porque a maioria da população é formada por “produtores”, “pequenos produtores”, “pequenos proprietários”.

Há, todavia dois extensionistas que preferiram responder apontando outro tipo de problemática. Para eles, não há atuação como os assalariados rurais “porque o sistema quer é lucro e não a melhoria de vida”, ou porque “é complexo o trabalho e falta definição política clara da EMATER”. Entretanto, deve-se acentuar que, não está escrito e, logo, não se pode afirmar que haja impedimento aos extensionistas para que trabalhem com assalariados ao contrário, há orientações oficiais neste sentido. Assim sendo, os extensionistas que desejassem poderiam fazê-lo. Se não o fazem é, também, por motivos ideológicos, além de outros obstáculos já verificados.

A análise do caso inverso pode ajudar no esclarecimento desta questão. Neste sentido, tomando uma afirmação que consta do documento do repensar, segundo a qual “latifundiário e a empresa rural não são público preferencial da extensão rural”. (EMATER – RS 1987:12), foi perguntado aos extensionistas se concordam ou não com esta posição. Dos trinta e dois componentes da amostra, vinte e três responderam que sim e destes dezenove justificaram sua posição dizendo que este “público” pode contratar assistência técnica privada. Os demais “aprofundaram”, suas colocações afirmando: “concordo que não é preferencial, mas não faço discriminações”; “não são maioria”; “têm nível de conhecimento considerado bom, é informado”; “concordo, mas eles dão grandes resultados e não pagam técnico particular”; “concordam mas eles respondem com rapidez, dão mais resultados”; “quando procurados” devemos atendê-los e se forem bem sucedidos devemos indicá-los como exemplos”, “este público requer assistência praticamente exclusiva e de alta qualidade o que a extensão não possui” e, por último, embora concordando, o extensionista responde que a “Extensão Rural deve contribuir para o desenvolvimento igualitário de classe rural”.

Ninguém nega o “direito dos latifundiários e empresas rurais” de receberem assistência da EMATER, também não afirmam que não trabalham com este público, embora

a maioria concorde que não é o público preferencial. Por sua vez, sete extensionistas disseram que não concordam e usam argumentos semelhantes aos que concordam para justificar suas posições. Para estes, “todos devem ser atendidos quando nos procuram”, porque os “grandes são muito importantes para a nossa economia” e “todos pagam impostos”.

Os assalariados rurais, por estes argumentos são excluídos porque não pagariam impostos? Ou porque não teriam importância na economia? Mas, se a “extensão rural”, como se explica a discriminação?

Aliás, a discriminação tendenciosa dos extensionistas fica clarificada quando respondem sobre o público assistido pela equipe do escritório onde trabalham, Embora as respostas apontem para diferentes subconjuntos de público assistido, prevalece entre os respondentes (onze extensionistas) a informação de que são assistidos pequenos, médios e grandes produtores rurais, com prioridade aos pequenos e médios. Outros nove extensionistas dizem que a equipe municipal assiste a pequenos, médios e grandes, em igualdade de condições.

No entanto, não há nenhuma resposta no sentido de indicar que o trabalho se desenvolve junto aos “mais pobres do campo”, como desejaria o ex-Presidente da EMBRATER, Romeu Padilha⁷. Para alguns extensionistas, esta exclusão se dá porque “os mais pobres encontram-se, normalmente, em locais de difícil acesso”, ou porque eles “são às vezes tão pobres que através da extensão não é possível desenvolver nenhum trabalho”. Para outros, “os mais pobres pouco tem a oferecer, a sua resposta em termos de termos de resultados é baixa e como vivemos de números...”. Assim, “os mais pobres são esquecidos”, até porque eles “não têm consciência de sua situação e são mais resistentes a uma ação extensionista”, como afirmaram outros extensionistas.

O não trabalhar com assalariados, ou com os mais pobres, evidencia uma contradição fundamental do aparelho extensionistas, na medida em que se diz “preocupada” com a “melhoria do bem-estar”, com o “resgate da cidadania”, pois certamente este é, no meio rural, o grupo mais necessitado, mais carente de apoio, ao contrário dos médios, grandes produtores, latifúndios e empresas rurais, para usar categorias do discurso extensionista.

Outra contradição é evidencia por um extensionista quando diz que “aos mais pobres do campo só uma educação, neste momento, daria resultados, mas precisaria ser intensiva,

7 – Ver: EMBRATER. Extensão Rural – Desenvolvimento e Democracia. Brasília. EMBRATER, 1986. 69p.

sem esperar resultados”. Ora, a ação extensionista não é uma prática educativa? Ou ela só é educativa para alguns grupos da população?

Analisando sob o aspecto do público, torna-se transparente o papel produtivista da extensão rural e a implicação ideológica nele embutido, bem como a discriminação/exclusão daí resultante, uma vez que o extensionista só atuará com os “mais aptos”, os que se encontram em condições de “dar resultados” ao nível dos processos econômicos.

A ideologia dos extensionistas aparece também em seu esforço de “neutralidade”. Trabalhar com todos, embora com nem todos. Melhorar as condições de toda a “classe rural”, o que permitiria pensar em uma única classe social identificada pelo “rural”, mascarando assim os conflitos, as desigualdades, os interesses diversos e por vezes antagônicos entre as classes ou frações hoje presente no meio rural.

A não aderência aos movimentos sociais dos camponeses sem-terra, bem como o tratamento diferenciado que dão em suas respostas aos membros do MST e aos sócios da UDR denota, claramente que os elementos da ideologia burguesa, estão, neste momento e no grupo pesquisado, fortemente enraizados. Todavia, isto não é suficiente para que assumam aberta e declaradamente os “interesses de classe” da burguesia rural, mesmo porque a pseudo-neutralidade dos extensionistas faz parte também das exigências da instituição extensão rural. O extensionista tem que se relacionar bem com todos, atender a todos, evitar envolvimento em conflitos e, definitivamente, é proibido de fazer proselitismo político-partidário e religioso nas suas 8 ou mais horas de trabalho para o aparelho de Estado, o que subliminarmente mostra-o, perante os outros, como um profissional “neutro”.

Por outro lado, verifica-se que os extensionistas tomam por base, para as suas análises da realidade e para seus posicionamentos, elementos da ideologia nas formações capitalista, como o direito à propriedade, a igualdade jurídica, o direito de organização corporativista, bem como a ação do Estado em benefício comum. Em geral, não aparecem as determinações de ordem econômica e social que estão por trás das desigualdades.

Desta forma, quando perguntados se o “seu trabalho pode ser considerado “politicamente neutro”, quinze dos trinta e dois extensionistas responderam que sim e dezessete responderam negativamente. Um destes afirma que “o técnico por ingenuidade e por ser também oprimido, pensa que é neutro. Tudo o que se leva ao campo em termos de tecnologia atende a determinados interesses, contribuimos assim para manter o **status quo**”. Com ele concordam, pelo menos em parte, mais três, ao afirmarem: “ fazemos política comercial, educacional, financeira” “o extensionista é quase sempre empurrado a fazer o que

querem os políticos”, ou ainda, “toda empresa pública sofre influência política, inclusive através de programas especiais que atendem a interesses pessoais”.

Há, entre aqueles que respondem que o seu trabalho não é politicamente neutro, um número expressivo que prefere centrar sua crítica aos “partidos”, aos “politiqueiros” e aos “governos”, embora quatro deles preferiam dizer que “tudo o que se faz”, “qualquer atividade”, “toda a sociedade” gira em torno da política.

Uma resposta chama a atenção pelo seu conteúdo. Dizendo que o seu trabalho não é neutro, o extensionista justifica: “é um trabalho exclusivo, o único no sentido de evitar o êxodo rural”.

Por seu lado, entre os que dizem que o seu trabalho é politicamente neutro, e cujo número é significativo, quase 50% da amostra, justificam sua resposta de diferentes maneiras. Os quinze que assim responderam – que acreditam no trabalho politicamente neutro – fazem menção explícita à neutralidade político-partidária. Para eles, “os problemas do meio rural não têm ficha partidária”; procuramos atingir a todos independentemente de partido político”; “não distinguimos produtor por partido”; “ não atuo em político-partidária”; “procuro ficar à margem dos acontecimentos político-partidários”.

Este tipo de resposta se multiplica, dando a entender que, para este grupo de extensionistas, o “político” está estreitamente vinculado com o “partidário”, não sendo partidário não é político. Ora, isto tem sido utilizado pelos aparelhos de extensão, não sendo incomum, portanto, encontrar quase metade da amostra pensando assim. Todavia, fica claro que, enquanto assim pensarem, estes extensionistas terão uma ação política eficiente em favor das classes dominantes, na medida em que a sua atuação técnica, a difusão de tecnologias, o sentido da educação que praticam, a seleção do público e assim por diante, continuarão a ser consideradas atividades “neutras”, logo, atividades dirigidas pela ideologia burguesa.

Mas a questão da “neutralidade” vai além. Muitos se apressam em afirmar que “não devemos misturar as coisas”; “é um trabalho politicamente neutro, embora a empresa represente a ação governamental”; “não levo em consideração a política, procuro trabalhar com toda a população”; “não me envolvo em política, faço um trabalho anônimo”; “tampouco pertenço a partido político”; “é desgastante ficar neutro e estar sempre atento para não ferir suscetibilidades político-partidárias”.

Pode-se inferir dessas respostas, não só a posição ideológica predominante entre os extensionistas, como, sobretudo, uma forte coerção inerente ao fato de serem funcionários do Estado, que se diz neutro e dos governos, que embora eleitos por um partido e com um

programa, dizem sempre que “governam para todos”.

Esta condicionante ideológica, que perpassa os aparelhos de Estado, aparece nitidamente “infiltrada” no conjunto de idéias que movem a ação extensionista, ressaltando-se as excessões, que indicam a presença de elementos ideológicos destoante da maioria.

Como conclusão deste item, pode-se dizer que o caráter pequeno-burguês manifesta-se na prática do extensionista. Ele é determinado pelos elementos ideológicos predominantes, que embora não apontem para uma definição clara em termos de defesa de interesses de qualquer das classes, indicam um grau elevado de defesa do “status quo”, na medida em que as representações sociais são determinantes no estabelecimento da tendência geral da ação extensionista. Desta forma, como diz Poulantzas (1986:203) “a ideologia dominante ao assegurar a inserção prática dos agentes na estrutura social, visa a manutenção-a coesão- desta estrutura, o que quer dizer, antes de tudo, a exploração e a dominação de classe. É precisamente neste sentido que a ideologia é dominada, em uma formação social, pelo conjunto de representações, valores, noções, crenças, etc..., por meio dos quais se perpetua a dominação de classe; ela é pois dominada por aquilo que se pode, por isso, designar como a ideologia da classe dominante”.

Não tendo uma ideologia própria e mantendo-se na ambigüidade perqueno-burguesa, sem assumir posição de classe, os próprios extensionistas passam a determinar, por isso mesmo, limites à sua prática, obstaculizando possíveis mudanças desta prática na medida em que a julgam uma prática neutra e isenta de ideologias.

6.3 – OUTROS ASPECTOS DA ANÁLISE SOBRE O EXTENSIONISTA RURAL

Os extensionistas, em geral têm sua origem nas “camadas média” da sociedade. Provenientes do meio rural ou de famílias das cidades, todos têm, em sua história, algo em comum; foram escolarizados e socializados em bancos escolares. Alguns concluíram o nível médio, outros, mais afortunados, cursaram uma Universidade e possuem diploma do 3º grau. Todos, no entanto, tiveram a oportunidade de incluir, em sua formação, os valores e normas sociais difundidos pelas escolas tradicionais¹.

1 – Segundo Oliveira (1981:52) “a escola ocupa um lugar estratégico para a formação dos intelectuais. Nela, através do exercício da hegemonia é disseminada a ideologia do grupo que está no poder reproduzindo assim as relações de produção existentes. Este exercício da hegemonia se faz não só ao nível do ideário como ao nível das práticas materiais

Esta oportunidade de escolarização, assegura que, no conjunto dos extensionistas, se encontram aqueles que aderiram ideologicamente ao ideário capitalista que rege a sociedade, como também aqueles que descobriram novos cominhos a partir de experiência vivida no processo educativo. Aliás, esta é uma possibilidade objetiva criada pela educação formal oferecida pela sociedade capitalista. A educação, ao mesmo tempo que se esforça pela manutenção “status quo”, pode gerar, dialeticamente, a possibilidade oposta, a conscientização, a libertação².

A escola, e é o que interessa, é o “instrumento para elaborar os intelectuais dos diversos níveis”, como ensina Gramsci (1988:9), acrescentando, em seguida, que “Deve se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, produzem intelectuais;...a pequena e média burguesia latifundiária e alguns estratos da pequena e médias burguesia das cidades”.(p.10)

Acrescentado-se, pois, a sua origem e formação a posição objetiva que ocupa como funcionário assalariado do Estado, não fica difícil ver o extensionista rural como integrante da pequena burguesia³. Sua posição ambígua, enquanto classe ou fração, sua ideologia fragmentária e influenciada por elementos da ideologia das classes fundamentais, determinarão suas ações, seu modo de ver o mundo e a defesa de seus interesses, eivadas por contradições que acabam interferindo em sua prática.

Um dos aspectos ideológicos desta pequena burguesia é a sua aspiração a subir na vida. A crença, segundo a qual sua posição na “estratificação” da sociedade é apenas transitória e que trabalhando mais, mais rapidamente ocupará melhores lugares, “nesta estratificação” e com isto melhores “condições de vida” ou de consumo, são motores estimulantes de seu que-fazer e, inclusive de sua veia corporativista.

Ao mesmo tempo, imanente à esta posição e à esta crença, existe o medo do caminho descendente, logo, a garantia de emprego é, não só uma forma de garantia dos meios de subsistência, mas um valor em si, mesmo porque seu lugar privilegiado lhe garante “status” na sociedade em que vivemos.

2 – Ver: Oliveira (1981), Apple (1989), Werneck (1989), Gramsci (1988), Rossi (1986).

3 – “Colocava-se na pequena burguesia uma série de figuras sociais, caracterizadas pela posse de pequeno capital...Hoje, caberia o intelectual nesta categoria, pela razão de possuir um tipo moderno de “capital”, a saber, o domínio de habilidades técnicas com base no saber especializado”. Demo (1987:96)

Entretanto, como se vê como alguém que ocupa posição de destaque na sociedade capitalista, uma vez que detêm um saber técnico, julga-se pretensamente seguro de que sua função na sociedade e, portanto, seu lugar no espaço de trabalho que eventualmente ocupa, lhe é assegurado por um “direito” adquirido e que assim sendo, basta se mostrar “competente” e “agir tecnicamente” para que não precise temer pela segurança de sua posição no mercado de trabalho.

Assim, embora nem sempre admita, a pequena-burguesia vive em luta permanente no esforço de subir na vida e contra a temida possibilidade descendente a que esta cada vez mais próxima .

Esta condição de vida “em equilíbrio” se manifesta nas respostas dos extensionistas que colaboraram neste trabalho . Uma das perguntas feitas e dois componentes da amostra foi se a necessidade de garantir segurança e estabilidade no emprego influi no estabelecimento de sua ação, não chega a surpreender, já que quinze responderam positivamente, enquanto dezessete disseram que não.

Analisando tão somente a justificativa dos que responderam negativamente e possível identificar que a elas se aderem posições de conformismo e subalternidade ativa, que indicam, antes de tudo, o receio de fugir as normas e regras pré-estabelecidas e, portanto, a necessidade explícita de agir nos limites das orientações, para evitar caminhos descendentes na ‘estratificação’ social ou para buscar melhores posições na escala ascendente desejada.

Assim, embora digam que a necessidade de segurança estabilidade não influi no trabalho, acabam justificando suas resposta dizendo que isto ocorre porque se adaptam as exigências, se moldam ao que lhe e cobrado ou mesmo porque acreditam que o seu saber técnico e fator de segurança.

Dizendo não, eles acabam respondendo como os outros que disseram sim, quando afirmam que: “não no trabalho, mas sim no se expressar”; “mantenho-me na media”; “é impossível dizer sempre a verdade que se sabe”; “o profissional competente não teme por estabilidade”; “a experiência da equilíbrio suficiente para desempenhar o trabalho proposto”; “não vejo razão”; “desde que se seja eficiente não há limite para ação”.

Há, no estado, um grupo de seis extensionista que dizem não e parecem apontar para algo diferente em suas justificativas. Embora em minoria, suas respostas indicam elementos para o espaço da prática. São posições que apontam que para a autonomia relativa do extensionista de campo, que não pode ser desprezada. Confirmando, mais uma vez, as

contradições presentes no seio do aparelho extencionista, eles respondem: “eu não sou obrigado a fazer aquilo que seja contra a minha vontade”; “se o trabalhador se impor limites será escravo de si mesmo em benefício de outros” ; “procuro fazer o que considero justo , contribuir para eliminar a miséria” ;”procuro agir de acordo com o que considero correto” ; “a necessidade de segurança não me impõem limitações” ; “não estou preocupado em garantir o emprego ou não”.

Apesar destas exceções, pode-se inferir, do conjunto de respostas negativas e positivas que, a grande maioria dos extencionistas limita seu trabalho também em função da necessidade de segurança e estabilidade no emprego, condições fundamentais para que não perca sua posição de equilíbrio na formação social.

Um segundo aspecto que poderia ainda ser abordado relativamente a posição ambígua de classe e a ideologia predominante entre os extensionistas, manifesta-se na sua concepção sobre as diferenciação social presente no meio rural. Quando foram inquiridos sobre as razões determinantes de diferenças materiais profundas entre os ricos e os pobres do campo, as respostas mostram as percepções diferentes, às vezes contraditórias, impossibilitado ao analista apontar um mínimo de homogeneidade no pensamento expresso pelos extencionistas rurais .

Para um grupo significativo, de nove entre os trinta e dois, as diferenças entre ricos e pobres se devem ao recebimento de heranças, ou seja, os ricos de hoje são os descendentes dos ricos de ontem, todavia, não vão além destas constatações. Não há uma análise sobre como se deu a “acumulação primitiva”, se e que se pode dizer assim, no Rio Grande do Sul.

Outros cinco, preferem dizer que estas diferenças são causadas pelo sistema capitalista. Aparecem também respostas identificando a riqueza com a “corrupção” e “esperteza ” de alguns, bem como aos benefícios que os mais ricos obtém das políticas agrícolas.

Há, no entanto, um outro grupo que atribui, aos níveis de “educação” e “cultura ”, “à capacidade”, “à competência”, às ”habilidades gerenciais”, ou à “seleção natural” e ao “trabalho”, as razões das diferenças entre ricos e pobres. Para estes (nove extensionistas, quase 1/3 da amostra), a sociedade oferece oportunidades iguais para todos e, portanto, os mais aptos tenderão a ascender na estrutura social. Esta visão, carregada de elementos da ideologia burguesa, pode ser sintetizada em algumas justificativas dos extensionistas, tais como: “É difícil explicar as diferenças sociais num país onde as oportunidades são iguais para todos”; “todas as pessoas que tem em mente o trabalho é bem sucedida, aquela que

nunca pensou no trabalho continuará pobre”; “no ponto de vista acredito que devem existir ricos e pobres”; “atualmente as pessoas mais capacitadas, competentes, irão ficar mais ricas”.

Sem alongar a análise, verifica-se, de imediato, que este expressivo grupo aparece totalmente dominado ideologicamente. Sua percepção exclui, inclusive, uma análise de sua própria situação. Eles sequer se dão conta de que, apesar de terem salários privilegiados, no conjunto dos assalariados do país, ganham menos que muitas categorias de trabalhadores, logo, suas respostas permitirão inferir que os extensionistas não trabalham, não são competentes, não têm capacidade e, por isso, não são ricos. Mas eles não vêem estas contradições.

Constata-se também a presença de uma minoria, que atribui as diferenças materiais entre ricos e pobres às “políticas agrícolas”, à “Revolução Verde”, à “vontade dos governos de eliminar os pequenos e miniprodutores” ou à “evolução histórica” da nossa sociedade, deixando entender que a realidade pode ser mudada pela ação dos homens, mesmo porque o que é hoje não é necessariamente o que será amanhã, pois as “políticas”, as “ações do governo” a história, pressupõe relações nas quais os homens terão papel fundamental. Estes, contrapõe-se ao determinismo economicista de uns e ao conformismo, imposto pela ideologia burguesa, de outros. Todavia, a ideologia dominante manifesta-se como hegemônica, mais uma vez, na forma de pensar e na visão de mundo dos extensionistas.

Embora não se possa dizer de todos, se pode afirmar que a maioria dos extensionistas rurais assumem o que Martins (1986:IX) chama de “modo capitalista pensar”, que “não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais”.

Apesar de explicar, como vimos, as contradições do próprio capitalismo presente neste “modo de pensar”, o certo é que assim pensando, os extensionistas acabem invertendo o sentido de mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformando, desvinculando e contrapondo entre si o saber e prática”. (op. cit. X). Assim, os extensionistas ideologicamente envolvidos na sua condição de classe indefinida, constrangidos pelas exigências da sociedade de consumo que os ameaça dia-a-dia, mergulhados num mundo no qual não vêem relações nas coisas dadas, estabelecidas por um “destino”, passam a fazer com que sua prática tenda a se tornar estéril, limitada, simplesmente reprodutora.

Para sair deste círculo vicioso e escapar das condições alienantes imanentes à instituição extensão rural, manejada pelos aparelhos de Estado, o extensionista deverá assumir riscos, para os quais nem sempre está preparado, mesmo porque assumi-los individualmente pode significar um voluntarismo facilmente eliminável do interior da organização.

Como seu isolamento, característico da divisão do trabalho no aparelho extensionista e da própria distribuição geográfica dos locais onde atuam, induz a um sentimento de distância de seus pares, tornando difícil a ação grupal organizada, o extensionista local tende a permanecer respondendo às exigências do modelo de desenvolvimento, sem aprofundar em análises e reflexões sobre a sua própria prática. Isto, somado ao fato de que a organização possui mecanismos para pressioná-lo a manter-se fiel à ordem estabelecida, com uma crítica permanente dos desvios de sua atuação, torna-se causa de limitações objetivas para mudanças na prática dos profissionais que atuam em extensão rural.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil é uma história de subdesenvolvimento e dependência, marcada pelo crescimento econômico desordenado e excludente. Neste contexto e sob o modelo de desenvolvimento de corte urbano-industrial, implanta-se no País, no final da década de 40, um aparelho de extensão rural, baseado em experiências alienígenas, fortemente apoiadas por organizações estrangeiras que contaram com a devida colaboração das classes dirigentes nacionais. Trata-se de uma instituição de caráter educativo que passa a se organizar no âmbito da esfera pública, assumindo as funções de aparelho ideológico de Estado, com a função principal de disseminar/inculcar na população rural, a ideologia dominante – das classes e frações dominantes-, de forma a assegurar não só a internalização de bens industrializados, tecnologias e processos modernizantes, como idéias liberais, segundo as quais este seria o caminho para transformar o meio rural “atrasado” num setor moderno, capaz de acompanhar e dar sustentação ao desenvolvimento capitalista do Brasil.

A instituição extensão rural atua orientada por um objetivo geral, segundo o qual a meta é buscar a melhoria das condições de vida e bem estar social das famílias através de um trabalho eminentemente educativo. Esta melhoria de vida deveria ser consequência do aumento da produção e produtividade da agropecuária, que trariam aumento na renda líquida, o que seria obtido mediante a transferência e adoção de tecnologias. Observa-se

que no objetivo central do extensionismo há um pressuposto fundamental ideologicamente determinado, segundo o qual “doses” de educação administradas à população rural, seriam capazes de abrir seus corações e suas mentes para aceitar a modernidade, fazendo com que viessem a aceitar os ensinamentos dos extensionistas e com isso estariam, automaticamente, galgando degraus na estratificação social, melhorando sua renda e suas condições de vida.

Acreditando em seus propósitos, o extensionismo muni-se de um aparato teórico/metodológico – muitas vezes tido como próprio ou exclusivo – capaz de instrumentalizar seus “agentes” na tarefa de eliminar as barreiras impostas ao progresso. Assim, educar as pessoas para que viessem a dotar novas idéias parece ter sido a motivação central do extensionismo, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão de uma teoria difusionista alienante, calcada num processo educativo vertical, dominador, “bancário”, para usar a expressão do professor Paulo Freire, cujos resultados não poderiam ser positivos para todos, pois de imediato impedia a análise da realidade objetiva em que estavam inseridas a maioria das famílias rurais com as quais buscava trabalhar.

Passados cerca de 40 anos o próprio aparelho de extensão reflete sobre os resultados do desenvolvimento capitalista observado no campo, com o seu apoio, e reconhece que, a par dos sucessos pontuais, localizados, que foram obtidos, especialmente, junto aos “mais aptos” a adequar-se às exigências do modo de produção capitalista, o campo sofreu uma enorme transformação sim, mas uma transformação que acabou excluindo e expulsando a maioria, através de êxodo rural forçado, e ocasionou uma enorme diferenciação social entre aqueles que conseguiram permanecer na atividade rural. Logo, o projeto educativo da extensão rural, sob o modelo capitalista brasileiro, mostrou-se excludente. A prática dos extensionistas, por ser uma prática voltada para a pura transferência de informações tecnológicas, educando para a adoção, ou melhor dito, educando para a aceitação da assistência técnica à produção, automaticamente exclui da possibilidades de sucesso exatamente os contingentes mais pobres, os “menos aptos”, aqueles que estiveram e continuam sem condições de resolver seus problemas pela simples adoção de técnicas e processos modernos, ou mesmo por não poder adotá-los devido à sua realidade objetiva, ao seu lugar nas relações de produção.

Embora o esforço de intelectuais de dentro e de fora do aparelho extensionista apontasse para a necessidade de mudança na prática, de maneira a torná-la mais democrática, dialógica e participativa, a história mostra que até o início dos anos 90 o extensionismo luta para manter-se fiel a suas origens, reproduzindo o difusionismo tecnicista

ensinado por Rogers, mesmo sabendo que dessa forma sua educação informal ou não formal continuará sendo um processo de subordinação ao modo de produção capitalista, incapaz de permitir a libertação da população rural dos mecanismos que a mantêm subordinada.

Fica evidenciada por outro lado que ao tomar como bandeira o entendimento da educação e da tecnologia como coisas neutras, o extencionismo assegura não só a reprodução de sua própria doutrina, como também da ideologia que orienta o liberalismo econômico e reproduz o modo de produção e as relações de exploração, expropriação e subordinação dos trabalhadores rurais. O fato de se dizer uma atividade educativa é, por si só um elemento de auto-justificação de sua existência na sociedade burguesa em que vivemos, enquanto a natureza tecnológica do conteúdo de sua prática e sua “capacidade de resolver problemas” através da disseminação das tecnologias modernas, justificam-na como sendo importante para o crescimento econômico, mesmo que implique na exclusão das maiorias e atenda, principalmente, aos interesses do “capital em geral”.

A extensão rural não viu ou não quis ver, que a mudança de sua prática poderia ser um caminho para auxiliar na superação das desigualdades e impostas pelas relações capitalistas de produção ao seu público prioritário, destacando-se, inclusive, o seu papel estimulador do individualismo da distribuição de estímulos ao que se destacam em suas atividades, premiando os que atingem os resultados esperados pelos seus programas e metas, reforçando a meritocracia própria da educação tradicional. Por outro lado, enquanto organização a serviço do estado capitalista não permitiu, ou pelo menos não estimulou, que seus funcionários atuassem com base na realidade objetiva das classes ou frações com quais sempre se disse comprometida. Assim, mesmo tendo como prioridade histórica atuação “junto” e ao “lado” dos pequenos produtores rurais e sua família, jamais criou mecanismos efetivos para auxiliar no “resgate da cidadania” dos “mais pobres do campo”, como tratou de incluir no seu discurso.

Mesmo após o movimento instituinte do chamado repensar da extensão rural, ocorrida a partir do início dos anos 80, sobre condições políticas propícias, oferecidas pela conjuntura nacional, o extencionismo não avançou na prática aquilo que foi conquistado em seu discurso na EMATE-RS, por exemplo o repensar foi institucionalizado em 1987, estabelecendo novas bases filosóficas, objetivos e diretrizes que permitiram mudanças radicais na prática dos extensionistas de campo. Partiu-se da constatação de que “todos querem mudanças”, como mostram os documentos da época. A partir daí, foi ouvida a sociedade organizada e os próprios extensionistas-funcionários ou não, consubstanciando

em um documento oficial as mudanças determinadas democraticamente e participativamente, que assumidas como sendo as novas orientações da organização, deveriam passar a ser a base para o Plano Diretor 87/91, da EMATER – RS.

A análise empírica mostrou que as mudanças não só não ocorreram, como já aparecem retrocessos, na medida em que o objetivo da extensão rural instituído em 1987 foi esquecido e o Plano Estadual de Assistência Técnica e extensão Rural da empresa, para o ano de 90, retoma o objetivo histórico que visa o aumento da produção, da produtividade e da renda, através d transferência da tecnologia, esquecendo os outros aspectos daquele que deveria ser o objetivo da EMATER – RS, pelo menos até 1991.

Quanto à prática dos extensionistas, ela continua se caracterizando como uma prática educativa para a assistência técnica, sendo o processo educativo entendido como um processo de persuasão para a adoção de novas idéias. Desta forma, a transferência de tecnologia, embora sendo uma necessidade, parece continuar sendo um “fetiche” para os extensionistas, capaz de resolver todos “problemas” que eles observam a partir de sua leitura da realidade, orientada pela sua visão de mundo.

Como se bastasse, a participação no processo de planejamento e execução das atividades permanece sendo uma forma de controle e integração ideológica da população rural envolvida no trabalho da extensão, ou mesmo daqueles que não são diretamente envolvidos, mas são alvos de suas mensagens. Salvo raras exceções, a prática extensionista tenta cooptar as famílias rurais para a adesão aos programas e projetos gestados pela burocracia estatal ou pelos intelectuais orgânicos das classes ou frações dominantes – dirigente, os quais não contam, ou raramente contam, com a participação dos extensionistas de campo em sua criação e dimensionamento, embora sejam eles, posteriormente, os responsáveis pela execução, restando-lhes, assim, a tarefa de convencer as pessoas da “bondade” de tais programas e projetos, “educando-as” para a aderência aos mesmos.

Este quadro, apanhado geral dos achados anteriormente analisados, parece indicar a existência de barreiras intransponíveis, quando se pensa na necessidade de mudar a tática da extensão rural. Inclusive, poderia se dizer que este trabalho mostra-se marcado por um esforço com um desfecho fatalista. Até acreditamos que o seja, mais acreditamos, também, como ensina Gramsci (1989, 24), que a “o fatalismo não é senão a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real”.

Foi, pois, a partir deste desafio, que se entendeu necessário identificar as razões que possam esclarecer melhor porque não muda a prática extensionista, para que desvendando

estes obstáculos e lançando luz sobre os mecanismos que estabelecem limites à prática, possa ser buscada a sua superação, pois só conhecendo os limites pode-se conhecer os espaços e as possibilidades de transformação.

Assim, no estudo das relações que envolvem e limitam a prática dos “agentes” de extensão rural, os próprios extensionistas pesquisados informaram, em suas respostas ao questionário, que as mudanças introduzidas após o repensar realizado na EMATER – RS, não se fizeram realidade na prática dos funcionários devido a três elementos principais, ou seja: a aderência da organização extensionista ao Estado capitalista; as normas e regras impostas pela organização aos seus servidores; e ainda, devido aos próprios extensionistas, por sua ação consciente ou inconsciente.

O exame de cada um destes elementos, levou às seguintes constatações:

a) QUANTO À ADERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO AO ESTADO CAPITALISTA

O Estado, fundado na contradição entre as classes, necessita de aparelhos capazes de buscar, através da disseminação da ideologia dominante – das classes dominantes – um mínimo de consenso que assegure a reprodução das relações técnicas e sociais de produção. Para sua atuação, no meio rural, legitimado e sustentado financeiramente pelo Estado capitalista, o aparelho extensionista é organizado rígida e hierarquicamente, de maneira a ser uma entidade “ágil” e “eficaz” para a interiorização das políticas e programas do Estado e dos governos que agem e falam em seu nome.

A legitimação do aparelho extensionista, no âmbito do “setor público”, determina, mediante convênios específicos, ou mesmo pela ideologia que permeia a organização, que sua função se restrinja aquela dada pela direção orientada pelas classes dominantes – dirigentes, que não será a outra senão aquela capaz de assegurar a minimização de conflitos e ocultamentos das contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para isso, o aparelho extensionista, que não pode “ajudar” a todos, precisa “salvar” alguns e deve fazê-los de acordo com os princípios da “ordem” e do “progresso”, através de um trabalho educativo que mantenha alienação e assegure o desenvolvimento das forças produtivas, favorecendo o capital em geral mesmo que em detrimento das classes subalternas. Ao mesmo tempo, o aparelho será chamado a executar políticas assistencialistas, especificamente elaboradas em momentos de crise, ou destinadas a setores empobrecidos do meio rural, de forma a oportunizar mínimos de subsistência e reprodução

enquanto força de trabalho, amortecendo focos de tensão oportunizando novos mecanismos para a reprodução ampliada do capital nos setores que subordinam aquelas frações da população rural que é tida como público do extensionismo.

Resulta, daí, o dualismo assistencialista/produtivista, próprio do aparelho de extensão rural, marcado por suas atividades de fomento, distribuição de insumos, incentivos via créditos especiais, programas de saúde, alimentação, habitação e higiene, etc, oferecidos aos pequenos produtores e suas famílias, corresponsáveis pela permanência desses como agricultores e produtores de alimento baratos, embora subordinados a setores industriais, comerciais e financeiros que comandam a economia do setor rural.

Logo, o aparelho de extensão, sob o comando dos governos burgueses, das alianças entre as frações da classe dominante, não poderá fugir as funções do próprio Estado capitalista, sendo este um obstáculo imanente à sua existência como aparelho de Estado. Todavia, como vimos, o poder do Estado é uma resultante da luta de classe. Por ser um Estado classista o Estado capitalista apresenta em seu interior e reflete em suas manifestações as contradições da sociedade e, por isso mesmo, não pode deter um poder absoluto e total, o que, por sua vez, determina a presença de espaços de luta no interior deste Estado e de seus aparelhos. É diante da realidade desta luta de classes que se observa o Estado atendendo interpelações das classes subalternas, em atenção aos seus interesses imediatos, desde que, este atendimento não implique em ferir as condições fundamentais do sistema capitalista.

Diante disso, pode-se dizer que, quando e se estas interpelações das classes subalternas vierem a incluir a exigência de um extensionismo diferente, voltando para os mais pobres, e capaz de atuar imediatamente um processo educativo dialógico, que propicie condições para o resgate da cidadania da maioria da população rural, envolvendo-a na elaboração participativa do seu que-fazer, aí sim poderá o Estado permitir a introdução de mudanças na instituição extensão rural, ampliando os espaços, de maneira a possibilitar a redução dos obstáculos à mudança da prática dos extensionistas rurais.

Estaria, então, estabelecido um novo cenário, onde as forças em luta na sociedade determinarão a necessidade de os Estado moldar-se, adequar-se as novas exigências, mesmo que mantendo sempre limites à prática em funções específicas ideologicamente ocultadas, porque seus aparelhos de extensão não poderão deixar de ser aparelhos ideológicos de Estado, sob pena de tornarem-se desnecessários e virem a ser extintos.

b) QUANTO ÀS NORMAS E REGRAS IMPOSTAS PELA ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTAS

Ao esforçar-se para responder as funções que lhes são orientadas pelo Estado, o aparelho de extensão rural necessita, antes demais nada, assegurar mecanismos internos capazes de homogeneizar a doutrina, buscar um mínimo de coesão ideológica e de uniformização da prática de seus “agente”, de maneira a atingir os seus objetivos e metas e auto justificar-se perante as classes e frações que legitimam sua existência.

Diante disto, o extensionismo, desde o seus primórdios, desenvolveu uma doutrina própria, elaborou um conjunto de normas e regras, organizou-se mediante uma estrutura hierarquizada, rígida e eficiente, de forma a obter, pela coerção ou pela ideologia, o atingimento das funções que lhe foram sendo delegadas pelo Estado.

O presente estudo mostrou as diferentes formas e os diferentes mecanismos internos utilizadas para orientar a prática extensionista e para fazê-la eficaz. Como síntese, pode ser dito que o processo se inicia nos cursos de pré-serviço e culmina nas avaliações de desempenho dos profissionais da extensão rural.

Diversos mecanismos, inclusive, são associados pela organização de forma a fazer com que os extensionistas de campo reduzam suas funções de intelectual em favor de uma maior e mais eficiente função de “puro executor”. Assim, os agentes, que têm a fazenda como lugar de atuação e o campo como sala de aula, como ensinam os antigos manuais, são cobrados, fiscalizados e “apoiados” para que venham a alcançar os resultados esperados pelos programas e projetos, muitas vezes elaborados sem a sua participação, mas que exigem muito do seu empenho pra sua execução. Em geral, lhes é exigido o máximo de “tempo de campo”, reduzindo a possibilidade de reflexão, de estudo, de análise de sua própria prática e dos resultados de seu trabalho.

Os próprios extensionistas, envolvidos por esta orientação ideológica, acabam concluindo que não tem tempo para leituras, transformando seu que-fazer num ativismo orientado pelas regras e normas da organização e pela direção político-ideológica embutida nos programas que executam. A estrutura hierarquizada, característica das organizações autoritárias, mesmo quando as funções tentam ser desenvolvidas de forma democrática, faz com que a atividade de supervisão e apoio se transformem em mais um mecanismo de coerção e pressão para o atingimento das metas projetadas. Este modelo reserva ao extensionista de campo a posição mais “inferior” na escala de poder é uma posição de subalternidade, enquanto intelectual, na medida em que, no seu nível, mesmo quando é possível discutir normas e regras, programas e projetos, diretrizes e metas, elas são praticamente imutáveis, resultando-lhe executá-las, e cumpri-las. Apenas esta constatação

desmistifica as idéias de planejamento participativo incluídas no discurso extensionista, na medida em que existem limites anteriores impostos aos extensionistas de campo, que obstaculizam mudanças na sua prática exigidas para planejar com as comunidades.

Da mesma forma, embora o discurso aponte para a necessidade de um profissional eclético, a organização prioriza a capacitação técnica em áreas e projetos considerados prioritários pelos superiores hierárquicos, acentuando o máximo possível, a especialização em tecnologia e produção por produto ou em processos para determinadas atividades. Logo, mesmo que continuem afirmando, no discurso, que o extensionista é um educador, o que é incomparado pelos próprios extensionistas que se dizem educadores, verifica-se que o certo de sua atuação é assistência técnica à agropecuária e à economia doméstica, afinal é isto o que mais deseja a organização e o Estado.

Embora sem retornar a todos os aspectos levantados no estudo, pode-se concluir que a organização extensionista molda-se e esforça-se para cumprir o seu papel de aparelho de Estado. As mudanças eventualmente, inseridas em suas normas e regras, nem sempre asseguram, por si, a possibilidade de que serão transformadas em mudanças na prática, pois poderão vir a ser obstaculizadas por outros mecanismos.

Todavia, enquanto aparelho de Estado, as organizações de extensão rural do setor público tem se mostrado como lugar de luta de classes. As deliberações dos congressos da FAZER – Federação das Associações dos Serviços da Extensão Rural, dão prova de que não foi possível assegurar que a ideologia dominante se transformasse na ideologia de todos os extensionistas. Assim, as lutas internas devem continuar existindo, mostrando que há possibilidades para outros movimentos instituintes como foi o de repensar. Esta condição necessária, não é, entretanto, suficiente para que se venham a observar mudanças na prática dos extensionistas, posto que o novo necessitará da adesão da maioria dos funcionários para que possa se esboçar alguma consolidação destas mudanças.

É mister ter clareza de que os limites à prática, no interior dos aparelhos de Estado, estarão sempre presentes. As mudanças dependerão da superação dos obstáculos, hoje impostos pelas próprias organizações, de maneira a ampliar os espaços de liberdade dos extensionistas de campo, ampliando o raio do círculo dentro do qual ele deve atuar. Portanto, além de instituir novas normas e regras, faz-se necessário assegurar que os avanços se darão por etapas, solidificando posições, conquistando alianças e buscando a superação dos limites ideológicos hoje predominantes.

Certamente, a instituição extensão rural, pelo seus ideólogos, tratará de reagir. Como lembra Barbier (1985, p163), existem “limites de intolerância institucional”, logo, os

movimentos instituintes devem encarar o fato de que “toda a organização é, por natureza, intolerante aos fenômenos de contestação interna que possam limitar o seu poder (tornando-o mais claro) ou que possa desintegrá-la”. Por isso mesmo, a busca de aliados junto as classes subalternas e seus intelectuais orgânicos ou a aderência aos interesses das suas organizações, que enfim serão os que poderão vir a ser beneficiados por um processo educativo democrático, dialógico e libertador, desenvolvido pela extensão rural, parece ser uma condição indispensável para consolidar eventuais avanços obtidos e evitar rompimentos drásticos quando os movimentos instituintes se chocarem com os “limites de intolerância” das organizações extensionistas.

c) QUANTO AOS OBSTÁCULOS IMPOSTOS PELOS PRÓPRIOS EXTENSIONISTAS

Ficou evidenciado que, consciente ou inconscientemente, os próprios extensionistas estabelecem limites a sua prática e estes decorrem, especialmente das representações e valores que orientam o modo de ver, de pensar e agir num mundo dos funcionários da extensão rural. O estudo mostrou que em sua maioria, os extensionistas de campo se movem segundo orientações da ideologia dominante. Em seu discurso evidenciam-se elementos da ideologia burguesa, na medida em que tenta justificar sua prática e as relações sociais em que estão envolvidos como sendo algo que devem ser assim mesmo, que precisa ser assim para que eles possam ajudar o “desenvolvimento rural” e garantir a melhoria de vida das famílias com as quais trabalham. Inclusive, verifica-se que os “agente de mudança” mostram-se inseguros quando se trata da mudança do seu que-fazer, até mesmo por desconhecerem o que poderia ocorrer se as coisas não fossem como são.

Observa-se que, elevados pela sociedade burguesa a uma posição de “classe média”, os extensionistas cuja origem e formação favorecem uma posição ambígua de classe pequeno burguesa, receiam a perda do seu “status”, o que de certa forma é mostrado pela mobilização alcançada em suas lutas corporativas em comparação à mínima participação nas lutas gerais dos trabalhadores, ou mesmo as “reações sociais” do seu público.

De certa forma, a posição que ocupam na “estratificação social” e sua condição de pequeno burgueses apontam para uma não aderência a interesses específicos de classes, não assumindo posição de classe em defesa dos interesses gerais de nenhuma das classes ou frações em luta. Esta pseudo-neutralidade induz sua aproximação à burguesia mesmo porque são empurrados para “esse lado” pelos seus próprios anseios de ascensão social.

Esta posição ambígua de classe, faz com que os extensionistas transitem entre o

apoio aos interesses das classes dominantes, quando isso representa vantagens pessoais ou corporativas, ou defendam interesses das classes subalternas quando esta posição significar benefícios e maior segurança a sua condição de assalariado produtivo, funcionário do Estado.

O fato de não ter uma posição de classe e evitar de assumir uma posição clara em defesa de uma das classes fundamentais, interferem profunda e decisivamente na prática dos extensionistas de campo, na medida em que ela terá uma direção difusa, não apontando, exatamente, para onde se deseja ir com a sociedade, o que se espera como “transformação”, ou mesmo, quando trata de falar em educação libertadora, fica difícil saber que deve se libertar, do que ou de quem deve se libertar. Esta ambiguidade, certamente está a serviço das classes e frações dominantes/dirigentes, ela é um elemento forte a impedir que o extensionista aposte na mudança de sua própria prática e tenha insegurança quanto à necessidade de mudá-la.

A insegurança, por sua vez, aparece refletida, também, com relação aos riscos que possam ser oferecidos a sua estabilidade e a sua mobilidade social ascendente. Isto, de certa forma, funciona como um obstáculo grave pois na média em que os próprios extensionistas não lutam pela sua libertação, fica complicado imaginar que estarão motivados e preparados para utilizar em sua prática, a pedagogia da libertação, apontada pela própria empresa como uma das alternativas para a mudança da prática dos seus funcionários.

Por outro lado, ao manter os extensionistas de campo sob normas e regras rígidas, sob mecanismos de pressão e coerção minimizando, inclusive, sua função de intelectual, a organização ajuda a agudizar as contradições entre o homem e o agente de extensão nas suas relações com os outros homens e com o mundo. Neste sentido a própria organização oferece elementos da ideologia burguesa capazes de “auxiliar” os agentes a permanecerem em sua ambiguidade de classes isolados do conjunto dos trabalhadores. Mesmo que se confirme que a ideologia dominante não é a única a fornecer elementos para a visão de mundo dos extensionistas, é possível dizer que o discurso dos mesmos mostra que a burguesia assefurou sua hegemonia no interior do aparelho, conseguindo desta forma, que os extensionistas, consciente ou inconscientemente, mostrem-se como seus aliados. Talvez estas constatações permitam justificar pelo menos em parte as razões que fizeram com que as novas bases filosóficas, objetivo e diretrizes que foram instituídas a partir do repensar na EMATER -RS, não saíssem do nível do discurso para o lugar da prática. Talvez encontra-se aí razões explicativas para o fato dos extensionistas continuarem a não

trabalhar com os mais pobres do campo, selecionando o seu público pela escolha dos mais aptos a adotar tecnologias e processos que permitam alcançar os resultados esperados pelos programas e que devem ser registrados nos formulários de “acompanhamento, controle e avaliação”.

Qualquer dos aspectos analisados, e todos em seu conjunto, permitem inferir que a prática dos extensionistas apresenta limites que são importos por eles próprios, originados de diferentes motivações, mas, basicamente em razões da ideologia que os move e da ambiguidade de classe em que transitam. Eles próprios, consciente ou inconscientemente, criam obstáculos à mudanças de sua prática, especialmente, quando mudá-la possa implicar em riscos e incertezas. O que se observa, por fim, é que, da mesma forma com que se revelam conservadores com relação as lutas políticas que envolvem a sociedade, os agentes de extensão mostram-se extremamente conservadores quando se trata da doutrina e da prática da extensão rural. “Todos desejam mudanças”, mas desde que nada mude.

Como lembra Alves (1987, p268) “o que é, só tem sentido p’leno em razão do que pode ser”, por isso o estudo sobre as mudanças na prática dos extensionistas parte pressuposto de que existem possibilidades objetivas para que esta prática venha ser uma prática libertadora, mobilizadora, conscientizadora, aberta a participação e ao diálogo entre os sujeitos nela envolvidos, em contraposição àquela historicamente verificada e criticada por ser dominadora e alienante. Todavia, ao contrário de muitas outras conclusões, parece ter ficado evidente que qualquer mudança nesta prática, dependerá, antes, de mudanças que devem ocorrer nos próprios extensionistas, a partir da sua visão de mundo, dos elementos ideológicos que movem e dirigem sua ação. Caso contrário, mesmo mudanças institucionais poderão esbarrar nos limites determinados pelos homens e mulheres responsáveis pela prática da extensão rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCAR. **Agricultura e Desenvolvimento**. Coord. De José Pastore. Rio de Janeiro. APEC/ABCAR, 1973, 250 p.
- . **1º Reunião de Especialistas em Treinamento**. Rio de Janeiro. ABCAR. 1958. 31 p.
- . **Sistema Brasileiro de Extensão Rural**. Rio de Janeiro ABCAR. 1965 43 p.
- ABCAR. **Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural**. Rio de Janeiro. ABCAR. 1964. 40 p.
- ALMEIDA , Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão Rural: Um Manual de Metodologia**. Brasília , MEC/ABEAS, 1988, 182 p.
- ALTHUSSER, Lois. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Trad. De Walter J. Evangelista e Maria V. de Castro. 2º ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1987, 128 p.
- ALVES, Alaor Caffé. **Estado e Ideologia: Aparência e Realidade**. São Paulo, Brasiliense, 1987, 362 p.
- ALVES, Eliseu. **Papel do Estado na Agricultura**. Brasília. MA-CODEVASF, s.d., 11 p. mimeo.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 6º ed. São Paulo, Cortez, 1987, 176 p.
- ANDERSON, Perry et alli. **As Antinomias de Gramsci: A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. Trad. De Juarez Guimarães e Felix Sanchez. São Paulo, Editora Jornês, 1986, 156 p.
- APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Trad. De Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, 201 p.
- ARAUJO, José Geraldo Fernandes; Braga Geraldo Magela e Santos, Marinho Miranda dos. **Extensão Rural no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira**. Viçosa – MG, Univ. Fed. Viçosa, 1981, 58 p.
- ARNON, I. **La Modernización de la Agricultura em Vía de Desarrollo. Recursos-potenciales-Problemas**. México, Editorial LIMUSA, 1987, 733 p.
- ASAE. **Ata de Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS**. Realizada em Santa Maria –RS, em 17/5/86. Porto Alegre, ASAE, 1986, 7p. mimeo.
- . **Uma Nova Proposta para a Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto

Alegre, ASAE, Agosto de 1986,17p. mimeo.

Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. **A Extensão Rural e o Desenvolvimento**. por Celso Bruns, Curitiba-PR., ACARPA,1986, 6p (Série estudos,9).

BARBIE, René. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Trad.

Estela dos Santos Abreu e Maria M Andrade. Rio de Janeiro. ZAHAR, 1985. 280 p.

BAREMBLITT, Gregório F. (coord.) **O Inconsciente Institucional**. Petrópolis, Vozes, 1984, 168 p.

BECHARA, Miguel. **Extensão Agrícola**. São Paulo – Secretaria de Agricultura – Dep. Prod. Vegetal. 1954, 531 p.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise: Pluralismo, Democracia, Socialismo, Comunismo, Terceira Via e Terceira Força**. Trad. de João Ferreira. 1º reimpr. Brasília. Ed. UNB, São Paulo: Polis, 1990, 240 p.

---. **O Conceito de Sociedade Civil**. trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2º ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1987, 77 p.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O Ensino da Disciplina de Extensão Rural nos Currículos de Ciências Agrárias**. Rio de Janeiro. 1977. 16 p. mimeo. (Texto Apresentado na Reunião Técnica de Professores de extensão Rural realizada em Belo Horizonte - MG, de 11 a 14 de abril de 1977).

---. **O que é comunicação rural**. 3º ed. São Paulo, Brasiliense,1988, 104 p.

---. **O que é comunicação**. 10º ed. São Paulo, Brasiliense, 1987, 105 p.

---. **A comunicação Social como Instrumento de Desenvolvimento de Comunidades Rurais e urbanas**. S.d., 10 p. mimeo.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ARDIL DA ORDEM: Caminhos e Armadilhas da educação popular**. 2º ed. Campinas, Papirus, 1986, 115 p.

Brum, Argemiro Jacob. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro** 9º ed. Petrópolis/Ijuí, VOZES/FIDENE, 1990, 316 p.

---. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Petrópolis, Tjui, VOZES/FIDENE, 1988. 200p.

CANAUTO, João Carlos. **Capital Tecnologia na Agricultura e o Discurso da EMBRATER**. Santa Maria – RS , Dissertação de Mestrado no CPGER-UFSM, 1984 137 p. mimeo.

CARDOSO, Fernando H. e Faletto, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7º ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1970, 143 p.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestruturas, relações e mediações** 4º ed., trad. Dagmar M.L. Zibas, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1990, 88p.

---. **Estado e Teoria Política**. Equipe de trad. PUC CAMP. 2º ed. Campinas, sp, Papyrus, 1988, 339 p.

CARVALHO, Julio Pessoa de. **Obstáculos à Adoção do Planejamento Participativo da Ação Extensionista Local, no Estado do Pará – BR**. Santa Maria – RS. Dissertação de mestrado no CPGER-UFSM, 1989, 262 p. mimeo.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da Sociedade**. Trad. de Guy Reynavd., 2º ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 418 p.

CAPORAL, F. R. & FIALHO, J.R.D. **A Disciplina de extensão Rural no Curso de Agronomia da UFSM: Análise Geral e Sugestão de um novo programa**. Santa Maria-RS, set/1989, 41 p. mimeo (não publicado).

Centro de Educação Popular do Instituto sedes sapientiae – CEPIS – **Estratégia do imperialismo Norte-americano para a América Latina – Santa Fé II**. São Paulo, CEPIS, junho 1989, 36 p. mimeo. (Série Especial, Doc.3)

CETREISUL – ETA – Projeto 61. **Extensão Rural- Coletânea – IV Curso de Treinamento Pré-Serviço em Extensão Rural** – 2 volumes. Pelotas CETREISUL. 19/64. Vol. 1 – 271 p./ vol. 2. 191 p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 3º ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, 179 p.

---. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 4º ed. Ver. E ampl. São Paulo, Cortez, 1989, 309 p.

---. **O que é ideologia**. 30º ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, 125 p.

COSTA NETO, Luciano. **Hegemonia e Política de estado: do Marxismo à Realpolitik**. Petrópolis, Vozes , 1988, 181 p.

COUTINHO, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (orgs.).

Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1988, 159 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1989, 142 p.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Trad. de Manuel do Rego Braga. 7º ed. Rio de Janeiro, ed, Guanabara, 1987, 396 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1986, 255 p.

EMATER – RS. **Programação, Acompanhamento e Controle – Códigos – Manual de Instruções e Glossário – Versão Resumida.** Valida a partir de 10/7/83 Porto Alegre , EMATER/CPLAN. 1983, 70 p.

---. **Programação 89/90- Área de Bem Estar Social** , Santa Maria. Região Santa Maria, 1989c, 6p. mimeo.

---. **Avaliação de Desempenho: Manual de Orientação.** Porto Alegre. EMATER – RS/CODES. Jun/1986. 16 p.

---. **Atos Constitutivos: Histórico, Estatuto da ASCAR, Estatuto da EMATER – RS. Protocolo de Operacionalização.** In: manual Administrativo. Porto Alegre, EMATER – RS, 18/02/83, p. 1 a 5, 1 a14, 1 a 3.

---. **Diretrizes para Programação. Cultivo do Feijoeiro.** Santa Maria. EMATER – RS Região Santa Maria, 1989 b, 8 p. Mimeo.

---. **Diretrizes para Planejamento. Projeto Cebola.** Porto Alegre. EMATER - -RS, 1989 a, 3 p. Mimeo.

---. **Diretrizes para Assistência técnica e Extensão Rural.** PortoAlegre. EMATER – Rs. Maio 1980. 09 p.

---. **Manual do Extensionista: Manual de Capacitação Inicial.** Porto Alegre. EMATER – RS/CODES – NRH. sd.

---. **Manual de Integração.** Porto Alegre. EMATER – RS. 1990. 28p.

---. **Manual de Programação.** Porto Alegre, EMATER – RS. 1983/84 c/ atualizações 84/85.

---. **Orientações sobre Planejamento Participativo.** In: **Manual de Programação.** Porto Alegre EMATER – RS, 15/04/81, 16p. Mimeo.

---. **Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.** 1980/81 – 1984/85. Porto Alegre – EMATER – RS 1980.114 p.

---. **Plano Diretor 1985/1987 – Síntese do Documento Original.** Porto Alefre, EMATER – RS, s.d. 22p.

---. PROATER – 78 – **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Porto Alegre. EMATER – RS – 1977. 44 p.

---. **Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Programa para o Ano Agrícola 1981/82. Porto Alegre – EMATER – RE – 1981. 30p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural;** ano 1985. Porto Alegre. EMATER – RS. 1984. 59 p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural;** ano 1986. Porto

Alegre. EMATER – RS. 1985. 40 p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**; versão preliminar ano 1987 – Aprovada CTA 18/12/86. Porto Alegre. EMATER – RS. 1986. 59 p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**; ano 1989. Porto Alegre. EMATER – RS. 1988. 20 p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**; ano 1990. Porto Alegre. EMATER – RS. 1979. 57 p.

---. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**; ano 1988. Porto Alegre. EMATER – RS. 1987. 53 p.

---. **Plano Diretor 1985 – 1987**. Porto Alegre. EMATER – RS. 1985. 99 p.

---. **Processo de Programação 1988/89**. Porto Alegre. EMATER /CPLAN. 1983. 70 p.

---. **Relatório Analítico da Jornada de Mobilização – Novos Tempos da Extensão Rural**. Porto Alegre. EMATER – RS/CODEA. Set. 1986. 31 p.

---. **Relatório de Atividades; Ano Agrícola 1987/1988**. Porto Alegre. EMATER – RS. 1989. 63 p.

---. **Seminário Extensão Rural; Enfoque Participativo**. Porto Alegre. 8 a 10 de jul. 1987. **Proposta Aprovada**. Porto Alegre, EMATER – RS. 1987. 52 p.

---. **Seminário sobre a Atuação da Extensão Rural com a Juventude Rural – Relatório**. Porto Alegre. EMATER – RS/COPER. 1986. 93 p.

---. EMBRATER. **A Comunicação na Extensão Rural: Fundamentação e Diretrizes Operacionais**. Brasília. EMBRATER. 1987. 52 p.

---. **Comissão Nacional Provisória de Juventude Rural – Linhas Básicas da Auto-organização da Juventude Rural Brasileira; Proposta de Programa de Trabalho**. Brasília. EMBRATER. 1986 . 24 p.

---. **Diretrizes para o Sistema Embrater em 1990**. Brasília. EMBRATER. 1989 . 32 p.

---. **Diretrizes Gerais e Operacionais de Capacitação Inicial para Técnicos do SIBRATER**. Brasília. EMBRATER. 1982. 64 p.

---. **Diagnóstico de Assistência Técnica e Extensão Rural; Marco de Referência da Região Sul**. Brasília. EMBRATER. 1978. 47 p. (EMBRATER. Estudos Diversos, 3. elaborado pela Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley).

---. **Estruturação Operacional, Modelo, Estratégia e Diretrizes de Trabalho. Marco Geral de Referência**. Doc. 3. Brasília. EMBRATER. 1975. 76 p.

---. **Experiências de Processos Educativos no Meio Rural Brasileiro**. Brasília.

EMBRATER. 1988. 135 p.

---. **O Governo Federal e a Assistência Técnica e a Extensão Rural na Década de 90. Uma proposta de Atuação.** Brasília. EMBRATER. 1990. 32 p.

---. **Objetivos e Diretrizes para o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Rev. Bras. Extensão Rural. Brasília 1 (1): Maio/Junho, 1980, p. 12 a 14.

---. **Plano de Metas: Políticas Agrícola.** Brasília. EMBRATER. 1986. 128 p.

---. **Políticas e Diretrizes de Formação Extensionista.** Brasília. EMBRATER. 1987b. 52 p.

---. **Oposta da Capacitação de Recursos Humanos para Ação da Assistência Técnica e Extensão Rural nas áreas de Reforma Agrária.** Brasília, EMBRATER, Nov. 1986, 10 p. Mimeo.

---. **Procedimentos para o Planejamento Local de Extensão Rural.** Doc. 12. Brasília. EMBRATER. 1981. 36 p.

---. **Processos de Comunicação e Informação Tecnológica no Meio Rural; Sínteses das Proposições do Encontro Internacional Communitech 87.** Brasília. EMBRATER. 1988. 52 p.

---. **Política Agrícola, Reforma Agrária e Extensão Rural: Proposições à Assembléia Nacional Constituinte.** Brasília. EMBRATER. 1987c. 40 p.

---. **Sistema Embrater e o Plano de Metas.** Brasília. EMBRATER. 1986. 60 p.

---. **Supervisão nos Serviços de Extensão.** 2.^a ed. Brasília. EMBRATER. 1980. 116 p.

---. **Trinta Anos de Extensão Rural no Brasil; pronunciamentos.** Doc. 9. Brasília. EMBRATER. 1979b. 28 p.

---. **Uma Política Nacional de Assistência Técnica e de Extensão Rural. Proposições para o Novo Governo Brasileiro.** Brasília. EMBRATER. 1989. 20 p.

Encontro Nacional de Professores de Extensão Rural, II, **Viçosa – MG – 1977. Relatório.** Brasília. EMBRATER/ABEAS. 1977. 49 p. Mimeo.

Encontro Nacional de Professores de Extensão Rural, III, **Relatório Final do Projeto “Programa de Ensino de extensão Rural”.** SUPLAN/ABEAS 1978/1979. Rio de Janeiro 7 e 8 de junho de 1979. SUPLAN/ABEAS, 1979, 67 p. Mimeo.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** 7.^a ed. São Paulo. Cortez, 1989, 142 p.

---. **A Política Social do Estado Capitalista.** 5.^o ed. São Paulo. Cortez, 1987. 175 p.

---. **Saber Profissional e Poder Institucional.** 2.^o ed. São Paulo. Cortez, 1987. 159 p.

FASER. **Anais do 1.^o CONFASER – Congresso Nacional da Federação das Associações**

de Servidores da Extensão Rural. Realizado em Curitiba – PR. De 27 a 30/10/87. Brasília, FASER, 1987. 70 p. Mimeo.

FASER. **Anais do II CONFASER – Congresso Nacional da Federação das Associações de Servidores da Extensão Rural.** Realizado em Brasília - DF. De 26 a 30/09/89. Brasília, FASER, 1989. 45 p. Mimeo.

FIGUEIREDO, Romeo Padilha de. **Assistência Técnica e Extensão Rural: Instrumento de Desenvolvimento Rural?** Palestra apresentada no I Seminário sobre Políticas Agrícolas para o Setor Público Agrícola Estadual, no dia 26/05/82, em Maceió – Alagoas. 9 p. Mimeo.

---. **A Extensão Rural no Brasil,** 26 p. Mimeo

---. **A Extensão Rural, Desenvolvimento e Democracia; pronunciamento do Presidente da EMBRATER, em 1985.** Brasília. EMBRATER. 1986. 70 p.

FONSECA, Maria Tereza Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo, Loyola, 1985. 192 p.

FONSECA, Luiz (org). **Comunicação de Inovações no Processo de Mudança.** V.1. Brasília, UNB, Fac. Estudos Sociais Aplicados. Dept. De Comunicação, 1972, 93 p. Mimeo.

FONSECA, Luiz (org). **Comunicação de Inovações no Processo de Mudança.** V.II. Brasília, UNB, Fac. Estudos Sociais Aplicados. Dept. De Comunicação, 1972, 96 p. Mimeo.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Org. e trd. De Roberto Machado. 8.º ed. Rio de Janeiro. GRAAL. 1989. 295 p.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade.** 6.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 149 p.

---. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação. Uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire.** Trad. De Kátia de Mello e Silva. 3.ª ed. São Paulo, MORAES, 1980. 102 p.

---. **Educação e Mudança.** Trad. De Moacir Gadotti e Lillian L. Martin. 13.º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 79 p.

---. **Extensão ou Comunicação?** Trad. Rosisca D. Oliveira. 7.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 93 p.

---. **Educação como Prática de Liberdade,** 19.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 218 p.

---. **Pedagogia do Oprimido.** 11.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 150 p. Ilust.

FRIEDRICH, Odilo Antonio. **A dimensão educacional na formação extensionista.** Brasília 11 a 13/11/85, palestra proferida no Painel do mesmo nome promovido pela EMBRATER, 11p. Mimeo.

---. **Comunicação Rural: proposição Crítica de Uma Nova Concepção.** 2.^a ed. Brasília, EMBRATER, 1988, 64 p.

FREITAS, Maria Leonice. **Conceito de Extensão Rural e Perfil do Extensionista para o Estado do Rio Grande do Norte – Um Estudos Déléfco.** Santa Maria – RS. Dissertação de mestrado no CPGER – UFSM. 1990. 164 p. Mimeo.

GADOTTI, Moacir. **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA EDUCAÇÃO: Um estudo introdutório.** 5.^a ed. São Paulo, CORTEZ/AUTORES ASSOCIADOS, 1987, 175 p.

GEHLEN, Ivaldo. **FUNÇÃO SOCIAL DO AGENTE:** in: Contexto e Educação. UNIJUI, Ano 1, n.º 1, Jan/Mar 1986, p 29 a 38.

GEHLEN, Ivaldo & SILVA, Marta ^a da. **O SABER COMO INSTRUMENTO POLÍTICO E A FUNÇÃO DO AGENTE EM EDUCAÇÃO.** In: Contexto e Educação. UNIJUI, Ano 1, n.º 1, Jan/Mar 1986, p 39 a 49.

GILES, Thomas Ransom. **ESTADO, PODER, EDEOLOGIA.** São Paulo. EPV, 1985, 109 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. **DA LAVOURA ÀS BIOTECNOLOGIAS: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional.** Trad. De Carlos E. B. De Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1990, 192p.

GRAMSCI, Antonio. **A QUESTÃO MERIDIONAL:** trad. De Carlos Nelson Coutinho e Marco A Nogueir. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 165 p.

---. **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA.** Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 342 p.

---. **OS INTELLECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA,** trad. De Carlos Nelson Coutinho, 6.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, 244 p.

---. **MAQUIAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO,** trad. De Luiz Mário Gazaneo. 7.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 444 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A CRISE AGRÁRIA.** 2.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 362 p.

GUTIÉRREZ, Francisco. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA.** São Paulo, SUMMUS, 1988, 125 p.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis, Vozes. 1987, 163 p.

HERNECKER, Marta & Lapidus e Ostrovitianov. **O Capital: Conceitos Fundamentais. Manual de Economia Política.** Trad. De Edson Boni e Armandina Venâncio. São Paulo, Global Editora, 1978, 205p.

HERNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico**. São Paulo, s. Editora. 1973. 317 p.

IANNI, Octavio. **A ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, 227 p.

---. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**, 4.^a ed. Rev. Atual., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, 316 p.

IICA. **Fundamentos de Extensión Agrícola**. Montevideo, Uruguay, IICA/Zona SUR, 1954. 102 p.

ILHA, Neto. Severo Francisco. **Desenvolvimento Tecnológico e Transformação Sócio-Econômica no Meio Rural – observações sobre o Processo de Acumulação Capitalista na Agricultura Brasileira**. Santa Maria – RS. Dissertação de Mestrado no CPGER – UFSM. 1987, 206 p. Mimeo.

International Group, Ford Motor Company. **Juventude Rural das Américas**, Vol II., Dearborn, Michigan, Ford Motor Company 1962, 176 p.

JONES, Gwyn E. **A Carta de Clarendon**. In: Cadernos CPGER. Vol 1. N.º 1 Ag. 1989. Santa Maria, APGER – UFSM – p. 1 a 10.

KAMKHAGI, Vida Rachel (org) e Saidon, Osvaldo (org). **Análise Institucional de Brasil**. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1987, 175 p.

KARAVAEV, A **Brasil, Passado e Presente do Capitalismo Periférico**. Trad. De K.Asryants. Moscou – URSS. Edições Progresso, 1987, 262 p.

KEARL, Bryant E. **Comunicação para o Desenvolvimento Agrícola**. trad. De Raul C. Rosinha. Brasília, EMBRAPA/DID, 1979, 27p.

KELSEY, L.D. & Hearn C.C. **Serviço de Extensão Cooperativa**. Trad. Adap. Carlos E. M. Da Costa. Rio de Janeiro. USAID. 1966, 420 p.

KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. **RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1986, 176 p.

LAW, Howard. E. **Extension Agrícola – Principios Basicos y Metodos de Enseñanza**. Boletim Técnico n.º 4. 2.^a ed. CARACAS – Venezuela. Consejo de Binestar Rural, Junio 1955, 92 p.

LOPES, Renato Simplício. **A Extensão rural e a Assistência Técnica no Brasil: Um compromisso com o futuro**. Brasília, EMBRATER. 1989, 32 p.

---. **Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil**. Belo Horizonte, ACAR – MG, 1971, 17p.

LUPPI, Plínio. **História da Extensão Rural e Extensão Rural no Brasil**. Rio de Janeiro, ABCAR, s.d. 12 p. Mimeo.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Trad. De Moniz Bandeira. 2.^a ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976, 516 p.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 4.^a ed. São Paulo, Polis, Petrópolis: Vozes, 1987, 288 p.

MARX, Karl. **O Capital**: edição resumida. Trad. De Ronaldo Alves Schmidt. 7.^a ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982, 395 p.

---. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, trad. De Leandro Konder e Renato Guimarães. 5.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, 328 p.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 4.^a ed. São Paulo, hucitec. 1986, 82 p.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional** trad. De Giasone Rebuá. 6.^a ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982, 238 p.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O Uso dos Conceitos: uma tentativa de interdisciplinariedade**. 3.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1988, 176 p.

MILIBAND, Ralph. **O Estado da Sociedade Capitalista**. Trad. Fanny Tabak, 2.^a ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982, 334 p.

MÜLLER, gerald. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo, HUCITEC: EDUC.; 1989, 149 p.

MUSSOI, Eros Marion. **Extensão Rural: Uma contribuição ao seu Repensar**. Brasília. EMBRATER, 1985, 24 p.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**, São Paulo, CORTEZ, Autores Associados, 1990, 220 p.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de. **Origem e Evolução da Extensão Rural no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica**. Viçosa – MG, Dissertação de Mestrado no CPGER – UFV, 1987, 137 p. Mimeo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 2.^a ed. São Paulo, Ática, 1987, 88 p.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. **O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior**. 2.^a ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados. 1981, 111 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido – Classe e Identidade de Classe**. São Paulo, Brasiliense, 1987, 134 p.

- . **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987, 87 p.
- OLIVEIRA, Mauro Márcop. **A Utopia Extensionista: Ensaio e Notas**. Brasília, EMBRATER, 1988, 314 p.
- OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 610 p.
- . **Da Caça a Aurora da Civilização**. 1 Vol. In: OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 166 p.
- . **Antiguidade Clássica e Feudalismo**. 2 Vol. IN: OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 137 p.
- . **Advento do Capitalismo**. 3 Vol. OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 148 p.
- . **Era do Imperialismo**. 4 Vol. OHLWEILLER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre, TCHÊ, 1987, 159 p.
- PACHECO, Elieser e Bressan, Suimar. **Introdução à Teoria da Sociedade e Estado**, Ijuí – RS – Livraria UNIJUI Editora, 1987, 107 p.
- PINTO, João Bosco e ARRAZOLA, Laura Duque. **Conceito de Prática Social e sua Análise**. s.d., 5 p. Mimeo.
- . “Participação: **Rito ou Prática de Classe?**”. In: Caderno de Planejamento Participativo, 3. Ijuí, UNIJUI, 1986, p. 13 a 60.
- . “**Reflexões sobre Estratégias Educativas do Estado e a Prática da Educação Popular**”: in: Perspectivas e Dilemas da Educação Popular. Intr. E Org. De Vanilda Paiva. 2.ª ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1986, p. 85 a 117.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. De Angelina Peralva. 4.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 142 p.
- . **Gramsci e a Questão Religiosa**, trad. Luiz João Gaio. 2.ª ed. São Paulo. Ed. Paulinas, 1984, 230 p.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Trad. Rita Lima, 2.ª ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1985, 307 p.
- . **Facismo e Ditadura**. Trad. João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado. São Paulo, Martins Fontes, 1978, 385 p.
- . **Poder Político e Classes Sociais**. Trad. Francisco Silva. 2.ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1986, 354 p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 35.ª ed. São Paulo, Brasiliense,

1987, 364 p.

QUEDA, Oriowaldo. **A Extensão Rural no Brasil: Da Anunciação ao Milagre da Modernização Agrícola**. Tese de Livre Docência. ESALQ. Piracicaba – SP. ESALQ. Março de 1987, 201 p. Mimeo.

---. **Extensão Rural: Para que e para quem serve?**. Piracicaba – SP. ESALQ. s.d. 11 p. Mimeo.

---. **Pesquisa e Extensão Rural** – Comunicação apresentada no 1.º Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido, Olinda-PE, de 16 a 20 de agosto de 1982, 7 p. Mimeo.

RAE, Robert. **A Extensão Rural na Grã-Bretanha**. In: Cadernos CPGER Vol. 1. n.º 1, Agosto de 1989, Santa Maria – CPGER – UFSM – 1989, p 11 a 21.

RAMSAY, J., Frías H., Beltrán L. R. **Extension Agrícola – Dinamica del Desarrollo Rural**. San José, Costa Rica. IICA. 1975, 576 p.

RIBEIRO, José Paulo, **Objetivos, Princípios e Conceitos de Extensão Rural**, Brasília, EMBRATER, 1984, 20 p.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e Educação: Contribuição ao estudo críticos da economia da educação capitalista**. 3 ed. São Paulo, Moraes, 1986, 160 p.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. Traf. Malu Gitahy. São Paulo, T. A Queiroz, 1984, 235 p.

SANTOS FILHO, Onofre de. **Estado e Hegemonia: Algumas considerações sobre Estado, Hegemonia, Ideologias, Pluralidade do Social e determinação de Classe**. Belo Horizonte, UFMG/FFCH. Textos Sociologia e antropologia n. 23, 33 p.

SANTOS, Theotônio dos. **Conceitos de Classes Sociais**, trad. De Orlando dos reis. 4.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987, 84 p.

---. **Forças Produtivas & Reações de Produção. Ensaio Introdutório**. Trad. De Hugo Pedro Boff. 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986, 96 p.

---. **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**. Trad. De Jaime Clasen. Petrópolis, Vozes, 1987, 286 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 20ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988, 103 p.

---. **As teorias da Educação e o Problema da Marginalidade na América Latina**. In: Cad. Pes. São Paulo. (42): 8-18. Agosto 1982.

SCHMIDT, Wilson. **Algumas Orientações sobre o Uso da Metodologia e da Comunicação no Trabalho Extensionista**. Porto Alegre, EMATER – RS, Junho, 1990, 11

p. Mimeo.

---. **Estratégia de Comunicação para Difusão de Tecnologia.** In: EMATER _ RS, Extensão Rural; Manual de Capacitação Inicial, Porto Alegre, s.d. p. 30 a 20.

Seminário Internacional de extensão rural, 1, Brasília, 21 a 26 de Outubro de 1985, Relatório Final, Brasília, EMBRATER/FAO, 1986, 75 p.

SILVA, José Vicente P. Cardoso da. **Extensão rural no brasil e Proletarização na Agricultura – Desmistificação de um Discurso.** Santa Maria – RS, Dissertação de mestrado no CPGER – UFSM, 1986, 98 p. Mimeo.

SILVEIRA, Victor Emilio. **Função Sócio-Política do Agente.** In: contexto e Educação. UNIJUI Ano 1 n.º 1, Jan/Mar 86, p. 21 a 28.

STEIN, Suzana Albornoz. **Por uma Educação Libertadora.** 4.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981, 108 p.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista.** Trad. Ealtensir Dutra. 6.ª ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1985, 288 p.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária,** 5.ª ed. São Paulo, Polis, 1987, 270 p.

---. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 3.ª ed. São Paulo. CORTEZ: Autores Associados, 1986 , 107p.

USM. **Simpósio de Extensão Rural e Agricultura Brasileira, IV,** de 7 a 9/11/1985. Santa Maria – RS, UFSM, 1986, 51 p.

VÁSQUEZ. Adolfo Sánchez. **Ética.** Trad. De João Dell'Anna, 11.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 267 p.

---. **Filosofia da Práxis.** Trad. Luiz F. Cardoso. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 454 p.

WERNECK, Vera Rudge. **A Ideologia da Educação – Um estudo sobre interferência da ideologia no processo educativo.** Rio de Janeiro, Petrópolis, 1982, 136 p.

WILKINSON, JOHN: **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** Bahia/Fund. Centro Estadual de Planejamento – CEPA, São Paulo, HUCITEC, 1986, 219 p.

YATES, Lamartine P. E Pieters H. A L. **Extensão Agrícola no Nordeste da Europa.** In: Cadernos CPGER. Vol 1 n.º 1 Agosto 1989 Santa Maria – CEGER – UFSM, 1989, p. 22 a 35.